

FACULDADE UNIBRAS DO
NORTE GOIANO - FACBRAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE DIREITO

Porangatu/GO, 2023

Sumário

1 DADOS INSTITUCIONAIS DA MANTENEDORA E MANTIDA.....	4
1.1 Breve Histórico Institucional.....	4
2 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS DA INSTITUIÇÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	9
2.1 Missão.....	9
2.2 Objetivos e Metas da IES.....	10
2.2.1 Objetivos Gerais.....	10
2.2.2. Objetivos Específicos.....	10
2.2.3 Metas Institucionais.....	11
2.3 Responsabilidade Social na IES.....	16
2.4 Políticas Institucionais no Âmbito do curso.....	17
2.4.1 Políticas de Ensino de Graduação.....	17
2.4.2 Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica.....	18
2.4.3 Políticas de Extensão.....	19
2.4.4 Políticas de Pós-Graduação.....	20
2.4.5 Políticas de Valorização da Diversidade.....	21
2.4.6. Políticas de Valorização para a Educação Ambiental.....	21
2.4.7. Políticas de Promoção dos Direitos Humanos.....	22
2.4.8 Políticas de Valorização da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena.....	23
2.4.9 Políticas Voltadas a Pessoas com Deficiência.....	23
2.4.10 Língua Brasileira de Sinais.....	25
2.4.11 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	25
2.4.12 Políticas de Gestão.....	26
3 CONTEXTO DE INSERÇÃO REGIONAL E EDUCACIONAL DA IES.....	27
3.1 Contexto Regional.....	27
3.2 Da inserção do Curso de Direito.....	30
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO DE DIREITO.....	33
4.1 Dados Gerais do Curso.....	33
4.2 Formas de Ingresso.....	33
4.3 Objetivos do Curso.....	33
4.3.1 Objetivo Geral.....	34
4.3.2 Objetivos Específicos.....	34
4.4 Justificativa de Oferta e Demanda pelo Curso.....	35
4.5 Perfil Profissional do Egresso do Curso de Direito.....	37
4.6 Habilidades e Competências.....	39

4.7 Estrutura Curricular do Curso de bacharelado em Direito.....	43
4.7.1 Flexibilização e Interdisciplinaridade.....	46
4.7.2 Oferta de Libras.....	48
4.7.3 Contextualização e Articulação Teoria-Prática.....	48
4.7.4 Percorso Formativo.....	49
4.8 Conteúdos Curriculares.....	53
4.8.1 Diferenciais e Inovação no Âmbito do Curso de Direito.....	54
4.8.2. Compatibilidade e adequação da carga horária e Adequação Bibliográfica.....	56
4.9 Matriz Curricular.....	56
4.10 Ementário e Bibliografia.....	59
4.11 Atividades Acadêmicas no Âmbito do Curso.....	60
4.11.1 Estágio Supervisionado.....	60
4.11.2 Trabalho de Conclusão de Curso.....	62
4.11.3 Atividades Complementares.....	63
4.11.4 Atividades de Pesquisa e Monitoria.....	64
4.11.5 Atividades de Extensão.....	65
5 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	67
5.1 Metodologia de Ensino-Aprendizagem no Curso de Direito.....	67
5.2 Estruturação das Disciplinas Digitais e Recursos Didáticos e Tecnológicos.....	68
5.2.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).....	71
5.2.2 Produção e Distribuição de Material Didático.....	71
5.3 Mecanismos de Avaliação.....	72
5.3.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem.....	72
5.3.2 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino–aprendizagem....	75
6 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO.....	76
6.1 Núcleo Docente Estruturante.....	76
6.2 Coordenação do Curso.....	77
6.2.1 Atuação do (a) coordenador (a).....	78
6.3 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso.....	79
6.4 Equipe Multidisciplinar.....	80
7. CORPO DOCENTE DO CURSO.....	81
7.1 Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes Do Curso.....	81
7.1.1 Titulação Acadêmica.....	83
7.1.2 Experiência Profissional e Experiência Docente.....	84
7.1.3 Regime de Trabalho.....	84
7.1.4 Produção Científica, Cultural, artística ou tecnológica.....	85

7.2 Formação Acadêmica E Profissional Dos Tutores Do Curso.....	85
7.2.1 Titulação Acadêmica.....	85
7.2.2 Regime de Trabalho.....	85
7.2.3 Experiência do corpo de Tutores em educação a distância.....	86
7.2.4 Perfil e atribuições dos tutores.....	86
7.2.5 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso.....	87
8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	87
8.1 Ações de Acolhimento e Permanência.....	88
8.2 Acessibilidade Integral.....	88
8.3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente e Acessibilidade.....	89
8.4 Mecanismos de Nivelamento.....	89
8.5 Atendimento Extraclasse.....	90
8.6 Monitoria.....	90
8.7 Participação em Centros Acadêmicos.....	91
8.8 Bolsas de Estudo.....	91
8.9 Programa de Ouvidoria.....	91
8.10 Acompanhamento de Egressos.....	92
9 INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	94
9.1 Instalações Gerais.....	94
9.1.1 Salas de Aula.....	94
9.1.2 Instalações Administrativas.....	94
9.1.3 Instalação para Docentes.....	95
9.1.4 Instalação para os Coordenadores de Curso.....	95
9.1.5 Infraestrutura de Alimentação e de Outros Serviços.....	95
9.1.6 Instalações Sanitárias.....	96
9.1.7 Biblioteca.....	96
9.1.8 Laboratórios de Informática e específicos.....	96
9.2 Infraestrutura e acessibilidade.....	96
9.3 Acesso a Equipamentos de Informática.....	99
9.4 Recursos Audiovisuais e Multimídia.....	99
9.5 Serviços.....	99
9.5.1 Manutenção e Conservação das Instalações Físicas.....	100
9.5.2 Manutenção e Conservação dos Equipamentos.....	100
9.6 Biblioteca.....	100
9.6.1 Espaço Físico.....	100
9.6.2 Acervo: Bibliografia Básica e Complementar.....	101

9.6.3 Acervo: Periódicos.....	101
9.6.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo.....	102
9.6.5 Horário de funcionamento e pessoal técnico-administrativo.....	102
9.6.6 Serviços e Condições de Acesso do Acervo.....	102
9.7 Laboratórios De Informática.....	103
9.8 Laboratórios Específicos.....	104
9.8.1 Laboratórios virtuais.....	104
9.8.2 Núcleo de Prática Jurídica.....	105
10 PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO.....	106
10.1 Gestão e Autoavaliação do Curso.....	106
10.2 Formas de Participação da Comunidade Acadêmica e Técnico-Administrativa e Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	109
10.3 Avaliação Interna, Ações e Devolutivas à Comunidade.....	109
10.4 Planejamento e Ações Acadêmico-Administrativas a Partir dos Resultados das Avaliações. .	110
ANEXO 01.....	113

1 DADOS INSTITUCIONAIS DA MANTENEDORA E MANTIDA

Mantenedora:	Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda (CESNG)
Código:	2908
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direto Privado - Com fins lucrativos – Sociedade Civil
CNPJ:	7.538.863/0001-66
Endereço:	Rua 06, esquina com rua 01, nº 21, Setor Leste, Porangatu, GO.
Mantida:	Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS
Código:	4568
Endereço:	Rua 06, esquina com rua 01, nº 21, Setor Leste, Porangatu, GO. CEP: 76550000
Site:	https://faculdadeunibras.com.br/nortegoiano/
Organização Acadêmica:	Faculdade

1.1 Breve Histórico Institucional

A Faculdade UniBRAS DO NORTE GOIANO iniciou suas atividades na área de educação em 2009, a partir do diagnóstico do número insuficiente de vagas para acesso ao ensino superior na região norte do Estado de Goiás. Esse fato motivou a criação de uma instituição de ensino superior no interior do estado que pudesse atender àqueles que estavam à margem desse processo, o que significou uma ação em favor da democratização e interiorização do ensino superior, em um estado com dimensão significativa.

Outro motivo que impulsionou a criação da Faculdade UniBRAS DO NORTE GOIANO foi a possibilidade da instituição se constituir numa forte alavanca do progresso sócio-econômico do município de Porangatu e região.

Os cursos de graduação em diferentes níveis de abrangência e de diferentes campos do saber são ofertados conforme iniciativa da instituição e mediante proposta feita em razão de interesse da coletividade, desde que viável a oferta à instituição. O acesso aos cursos será realizado mediante processo seletivo a alunos que tenham concluído o ensino médio.

O Curso de Direito foi autorizado em 11 de maio de 2018, por meio da Portaria MEC nº 329.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS passou por recredenciamento em 05 de setembro de 2017, conforme Portaria MEC nº 1.059 e oferece os seguintes cursos de graduação:

CURSO	SITUAÇÃO	PORTARIA	DATA	DOU	VAGAS
Administração	Renovação de Reconhecimento	207	07/07/2020	07/07/2020	200
Biomedicina	Autorizado	334	23/10/2020	23/10/2020	150
Ciências Contábeis	Autorizado	463	02/07/2018	03/07/2018	100
Direito	Autorizado	329	11/05/2018	14/05/2018	120
Enfermagem	Renovação de Reconhecimento	90	06/01/2022	10/01/2022	80
Engenharia Agrônoma	Autorizado	1084	27/09/2021	27/09/2021	100
Engenharia Civil	Autorizado	1096	24/10/2017	26/10/2017	100
Estética e Cosmética	Autorizado	463	02/07/2018	03/07/2018	100
Farmácia	Renovação de Reconhecimento	110	05/02/2021	05/02/2021	80
Fisioterapia	Autorizado	463	02/07/2018	03/07/2018	100
Medicina Veterinária	Autorizado	903	26/12/2018	26/12/2018	100
Odontologia	Autorizado	300	01/07/2019	01/07/2019	100
Pedagogia	Autorizado	213	22/06/2016	24/06/2016	150
Psicologia	Autorizado	243	31/05/2019	31/05/2019	100

A proposta pedagógica de ação é arrojada, e requer além do ideal social e religioso, a criação de um centro de excelência educativa, a fim de ampliar a visão do ideal de homem e de uma sociedade moderna, com base no desenvolvimento das capacidades de percepção, análise, reflexão, observação e intervenção da realidade dinâmica e global, em suas várias dimensões: social, política, econômica, religiosa, jurídica, espiritual e cultural.

Esse ideal social baseou-se firmemente em princípios cristãos e foi apoiado por uma entidade Religiosa, que tinha como objetivo a concretização dos sonhos e da realização pessoal e profissional de seus alunos, baseada na proposta de inclusão e inserção social, oportunizando aos menos favorecidos, uma chance de concluir um curso de nível superior e com isso, adentrar o mercado de trabalho.

Assim, para cumprir esses objetivos e atender principalmente a população mais carente do Estado de Goiás, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS pratica valores acessíveis a toda população, por meio de vários projetos e política de descontos internos e ou através de parcerias e convênios com empresas públicas, privadas, autárquicas, entre outras.

Durante os treze anos de existência, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS tem a grata satisfação e o orgulho de também contribuir para o aprimoramento contínuo do educando, levando-o a refletir e a desenvolver suas habilidades cognitivas de modo a torná-lo um profissional crítico, ético, solidário, comprometido e plenamente capaz para o exercício de sua profissão.

A Instituição entende ser de sua responsabilidade a formação de profissionais da região, do Estado e do País, tendo no ensino, na pesquisa e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Nesta perspectiva, a educação superior da IES abrange os seguintes cursos e programas:

- a) de Graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- b) de Pós-Graduação, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam às exigências da Instituição;
- c) de Extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição;

d) Sequenciais, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou diplomados em cursos de Graduação e atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição; e

e) Tecnológicos, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, Técnico e Superior e atendam aos requisitos dispostos no Regimento da instituição.

Desta forma, a implantação da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS objetivou suprir a carência de profissionais especializados em vários setores, ao dispor de cursos que visam atender a essas principais demandas.

Desde que realizou o seu primeiro vestibular, centenas de estudantes já se graduaram, e, atualmente, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS possui uma estrutura sólida e de qualidade, com uma infraestrutura moderna e docentes altamente preparados e qualificados.

Todas as ações desenvolvidas pela Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, no campo do ensino e também da iniciação científica, visam contribuir para a formação de cidadãos aptos para o ingresso no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente.

A Instituição, por sua concepção histórica, entende ser de sua responsabilidade a formação de profissionais dessa região do País, tendo no ensino, na iniciação científica e na extensão o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

Nesses anos de atuação, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS expandiu muito a oferta de cursos e sua infraestrutura, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados. Por todas as conquistas alçadas, é notório o avanço da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, rumo a consolidação das suas bases no mercado educacional, com o objetivo de ofertar um padrão de excelência no ensino da graduação, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado, aliando ensino, iniciação científica e extensão.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS fortalece seu compromisso social ao reconhecer que a educação é a chave para o desenvolvimento sustentável. Seu propósito é possibilitar, por meio de seus produtos educacionais, a formação de profissionais em diversas áreas do saber, visando ampliar o patrimônio cultural, contribuindo para o crescimento econômico e social do estado de Goiás.

Com esse espírito empreendedor, pretende avançar ainda mais, agora redefinindo sua organização e prerrogativas acadêmicas. Assim a cada quinquênio, novas metas e objetivos serão traçados pela instituição para que sonhos sejam transformados em realidade, sendo uma forma de esta devolver à sociedade as respostas por ela demandadas, por meio da sua força de trabalho.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS é uma faculdade jovem, conectada com a sociedade de Porangatu, conhecedora do mercado onde se insere. Orienta sua ação educativa na participação ativa e crítica do acadêmico, direcionando-o à construção de conhecimentos teóricos e ao exercício pleno da vivência dos conhecimentos da prática. Esse direcionamento pedagógico tem conduzido a IES a resultados expressivos no ensino e na inserção social e comunitária através das atividades de extensão e dos projetos de iniciação científica.

A qualificação profissional Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS se expressa na formação de seu quadro docente, constituído de professores experientes, com formação acadêmica de especialistas, mestres e doutores. A faculdade possui uma infraestrutura adequada, com salas planejadas, laboratório de informática, laboratórios específicos aos cursos oferecidos, uma biblioteca informatizada e outros espaços acadêmicos.

A instituição ministra um ensino voltado para a interação entre teoria e prática, buscando a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, mesclando conteúdos e tendências de ensino para a formação de seus estudantes.

Com essa estrutura e sempre na busca de inovações pedagógicas, didáticas e tecnológicas, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS tem como princípio adotar práticas metodológicas de ensino que preparem os estudantes para a realidade de mercado que os espera, por meio de atividades que propiciem uma práxis constante, já na própria base do eixo epistemológico da instituição.

Assim, os estudantes são motivados a explorar a teoria e, através de simulação de casos concretos, aplicar nas atividades práticas dos cursos e nas do estágio supervisionado os conhecimentos acadêmicos em situações de enfrentamento semelhantes às que farão parte do cotidiano profissional em suas áreas de atuação, num constante aprender fazendo.

A partir disso e do que é exposto no PDI, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS reforça seu compromisso de dar continuidade ao seu projeto de excelência que a referencia no ensino superior, principalmente, na região onde está inserida.

2 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS DA INSTITUIÇÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

2.1 Missão

A missão da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS é: *“Oferecer educação de qualidade, de forma a satisfazer as necessidades dos alunos, formando profissionais qualificados, aptos a influenciarem, direta ou indiretamente, o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região”*, o que se traduz numa proposta principiológica de *“buscar, pelo ensino, a formação do profissional responsável dentro dos princípios da cidadania, tendo em vista ainda seu contínuo aprimoramento ético-sociocultural”*.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito desdobra a missão da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS inscrevendo como missão específica do curso formar profissionais que criem *oportunidades, inovações* em suas áreas de atuação e que através dela possam contribuir para a diminuição da desigualdade social, tenham preocupação com o meio ambiente e respeitem a diversidade.

É nesse contexto que se insere o Curso de bacharelado em Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS na medida em que a instituição de ensino superior, inegavelmente, é um agente transformador da sociedade, visando à melhoria da cidade e região, através de ações concretas, numa parceria constante e proveitosa entre a faculdade e a comunidade.

No cumprimento de sua missão institucional, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS tem como princípios norteadores:

- a) incentivo à paz, estimulando a harmonia universal;
- b) respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana e à ética;
- c) consciência para uma sociedade livre, justa e solidária;
- d) desenvolvimento da cidadania, da fraternidade, solidariedade humana e respeito às diferenças e ao direito de expressão, liberdade e consciência;
- e) formação do profissional competente e responsável para o mercado de trabalho;
- f) estímulo à criação científica e cultural, mediante o desenvolvimento do espírito crítico e reflexivo, promovendo a integração entre a ciência, a cultura e a arte;
- g) criação de programas de educação continuada;
- h) preservação do meio ambiente e da diversidade cultural;
- i) prática de uma gestão democrática e participativa;

- j) defesa do ensino privado de qualidade;
- k) respeito aos princípios da legalidade, transparência, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade.

A visão de futuro da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS é assumir a posição de um centro referencial na educação superior em Porangatu e região circunvizinha, objetivando dar respostas ágeis às necessidades da sociedade, a partir de práticas pedagógicas inovadoras e adaptadas às condições regionais.

2.2 Objetivos e Metas da IES

2.2.1 Objetivos Gerais

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, proporcionará o desenvolvimento institucional por meio de um processo de ensino e aprendizagem com metodologias pedagógicas científicas, ativas, multidisciplinares e dialéticas, com práticas educativas diversificadas, que contribuem para a formação e a qualificação do estudante ao exercício profissional técnico, responsável e ético no desenvolvimento socioeconômico-cultural na sua área de atuação.

2.2.2. Objetivos Específicos

- Realizar o ensino de conteúdos de formação geral, formação básica e formação específica e profissional com as correspondentes atividades práticas e complementares de cada curso.
- Ofertar ensino de graduação e pós-graduação de qualidade em conformidade com a legislação vigente. Ofertar cursos técnicos profissionalizantes de qualidade em conformidade com a legislação vigente.
- Promover eventos acadêmicos e culturais.
- Incentivar a criação cultural, a consciência de cidadania e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, divulgando-os através do ensino presencial e de outras formas de comunicação do saber.

- Promover a formação do profissional técnico, responsável e ético.
 - Levar a efeito estudos metódicos dos problemas regionais e nacionais.
- Oferecer condições de prestação de serviços à comunidade, estabelecendo laços de reciprocidade e parceria.
- Desenvolver trabalho de pesquisa e investigação, em especial os de iniciação científica.
 - Promover a extensão, visando à difusão dos resultados, da criação cultural e da pesquisa científica.
 - Formar profissionais e docentes aptos para o exercício de suas funções e para participação no desenvolvimento do estado e da região, suscitando nos mesmos o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.
 - Estabelecer intercâmbio interinstitucional com diversos sistemas de ensino nacionais e estrangeiros, através da presença e da participação contributiva da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS.
 - Buscar incentivos à pesquisa e iniciação científica por meio de parcerias com entidades públicas e privadas.
 - Incentivar a permanente interação com a sociedade, com fins educativos, científicos e culturais.

2.2.3 Metas Institucionais

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

METAS INSTITUCIONAIS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZOS	
Manter os cursos de graduação já existentes com o seu número de vagas	Qualificação contínua dos cursos de graduação já existentes	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos
Ampliar os Cursos de Graduação	Implantação do curso de medicina	2023	Mantenedor
			Diretoria Acadêmica
			Pesquisador Institucional
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos

Implantar Cursos Superiores de Tecnologia	Implantação do curso de Radiologia	2021	Mantenedor
			Diretoria Acadêmica
			Pesquisador Institucional
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos
	Implantação do curso de Segurança do Trabalho	2022	Mantenedor
			Diretoria Acadêmica
			Pesquisador Institucional
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos
Implantar Cursos de Graduação e Superiores de Tecnologia na modalidade EAD por meio de parcerias	Concretização de convênios com IES reconhecidas pelo MEC e com qualidade na oferta de cursos na modalidade EAD	2020	Mantenedor
			Diretoria Acadêmica
			Secretaria Acadêmica
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos
Implantar cursos de Pós Graduação lato sensu	Assegurar qualidade dos cursos e do corpo docente.	2018	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
Aperfeiçoar a política de comunicação interna e externa	Integrar todas as ações por meio da comunicação com a criação de documentos que socializem as informações e desenvolvimento de cronograma para Reuniões gerais.	2018	Mantenedor
			Diretoria Acadêmica
			Secretaria Acadêmica
			Coordenações
			Colegiados dos respectivos cursos
Incentivar a participação efetiva dos coordenadores dos cursos na elaboração de Projetos pedagógicos	Qualificar os coordenadores, comprometidos com garantia de qualidade do curso, na elaboração dos PPCs	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
	Aperfeiçoar todo o apoio didático-pedagógico necessário	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
Aperfeiçoar a organização do controle administrativo	Qualificar técnicos Administrativos através da capacitação e treinamento continuado	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações

DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

METAS INSTITUCIONAIS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZOS	
Estimular o aperfeiçoamento da qualificação docente	Contratação, em cada um dos cursos a serem implantados	2018-2023	Diretoria Acadêmica

	pela Instituição, de professores com Mestrado ou Doutorado, de maneira que atenda aos padrões de qualidade e a Avaliação das Condições de Ensino		Coordenações
	Incentivo aos professores contratados para o aperfeiçoamento da titulação.	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
Consolidar a cultura da auto avaliação institucional por meio da CPA e empregá-la como ferramenta de gestão da IES	Revisão da Metodologia e Procedimentos adotados no Processo de Auto avaliação Institucional	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações Secretaria Acadêmica
	Tornar a Avaliação mais participativa, ágil, capaz de acompanhar os projetos e programas da IES.	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações Secretaria Acadêmica
	Institucionalização da avaliação como instrumento para a melhoria da qualidade do ensino da IES	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações Secretaria Acadêmica
	Elaboração e divulgação para a Comunidade acadêmica de gráficos dos resultados e estudo das tendências, dos pontos altos, médios e baixos das expectativas dos alunos e professores	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações Secretaria Acadêmica
	Análise comparativa dos resultados da avaliação interna e externa	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações Secretaria Acadêmica
Promover a capacitação de docentes	Realização de programa de formação continuada com capacitação didático pedagógico, duas vezes por semestre	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
	Estabelecimento de estratégias para manutenção e melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos docentes	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA - CORPO DISCENTE			
METAS INSTITUCIONAIS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZOS	
Contínuo apoio ao discente	Ampliação das ações realizadas pelo Núcleo de Apoio ao Aluno (NUAL)	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Núcleo de Apoio ao Aluno
	Trabalhar a postura acadêmica e profissional do estudante	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Núcleo de Apoio ao Aluno
Fomentar o programa de acompanhamento ao egresso	Promoção de encontros de egressos da FACBRAS	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
	Participação do egresso no processo de avaliação institucional	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
	PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO		
	METAS INSTITUCIONAIS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZOS
Adequação do Currículo dos cursos	Identificação de possíveis deficiências na Estrutura Curricular dos Cursos e promover alteração curricular	2018-2022	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Secretaria Acadêmica
	Atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, para as Políticas de Educação Ambiental e para a Educação em Direitos Humanos	2018-2022	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Secretaria Acadêmica
Manutenção da política institucional de avaliação seguindo o padrão do SINAES	Aperfeiçoar os mecanismos de avaliação para todos os cursos seguindo as diretrizes do ENADE	2018-2022	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Copo Docente

INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PROGRAMAS DE EXTENSÃO			
METAS INSTITUCIONAIS	AÇÕES PROPOSTAS	PRAZOS	
Ampliação das atividades de iniciação científica	Desenvolver mecanismos para que todos os discentes participem ativamente dos projetos de iniciação científica	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Secretaria Acadêmica
			Corpo Docente
			NEIC
	Fomentar a produção científica docente e discente para publicação semestral da Revista Eletrônica da FACBRAS	2018-2023	Diretoria Acadêmica
			Coordenações
			Secretaria Acadêmica
			Corpo Docente
			NEIC
Ampliação dos programas de Extensão	Definição por curso um cronograma de atividades de extensão para todo o semestre	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
	Estabelecimento de parcerias, convênios e ações integradas com o setor produtivo e social para realização de Visitas Técnicas	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações
	Definição de uma agenda de visita técnica para cada semestre	2018-2023	Diretoria Acadêmica Coordenações

2.3 Responsabilidade Social na IES

Responsabilidade Social é política institucional prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que inclui políticas relacionadas à inclusão, direitos humanos, relações étnico-raciais, atendimento especializado, sustentabilidade ambiental e promoção da cultura da PAZ.

Sabendo do seu compromisso com a responsabilidade social como Instituição de Ensino Superior, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, prevê projetos sociais

para que o profissional reconheça a sua responsabilidade social e assuma o seu papel de agente transformador da sociedade.

Isto se materializa através das políticas institucionais de ensino, de extensão e de investigação científica. Além do permanente zelo em relação à qualidade do Ensino, as demais políticas também são essenciais. No âmbito de valorização da cidadania são prestados inúmeros serviços à comunidade, destacando-se projetos de extensão envolvendo todos os cursos.

Especificamente no Direito, nos eixos temáticos de orientação à população sobre cidadania e acesso à justiça e à jurisdição, com destaque para os serviços de assistência judiciária gratuita prestados pelo Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, que atende as mais diversas demandas da população.

A responsabilidade social é evidente no modo de pensar e desenvolver o eixo prático do curso, contemplando um estágio supervisionado voltado para a formação de um aluno atento às demandas da comunidade local, regional, nacional e mundial, além do estímulo às ações que vão de encontro com os anseios da população desassistida de orientação jurídica de qualidade, assim como as atividades complementares, os estudos disciplinares e o trabalho de curso bem definidos e amplos, que contemplam o ensino, a pesquisa e a extensão.

2.4 Políticas Institucionais no Âmbito do curso

2.4.1 Políticas de Ensino de Graduação

O ensino é uma das dimensões que possibilita a democratização e o acesso ao conhecimento elaborado, transformando-o em ações práticas de intervenção no meio social e no mundo do trabalho.

A proposta de ensino da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS é a prática docente reflexiva com compreensão ampla e consistente da organização do trabalho pedagógico (planejamento, organização curricular, execução e avaliação). Nesse sentido, o educador articula ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento e na prática educativa atuando de forma ética, profissional e com responsabilidade social.

Pelo ensino, a IES atenderá à população pela oferta regular de cursos e programas de educação superior voltados para a formação do cidadão e do profissional com competência técnica e política.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS se orienta, quanto à sua concepção e ação pedagógica e metodológica, pelas seguintes diretrizes:

- a) Desenvolvimento de valores humanistas, de uma visão crítica da sociedade e do homem como sujeito psicossocialmente constituído na integralidade das relações;
- b) Contribuição para a melhoria da condição da empregabilidade e do espírito empreendedor do educando;
- c) Impulsão de uma cultura de educação permanente;
- d) Emprego de metodologias que façam convergir teoria e prática;
- e) Estabelecimento de um vínculo permanente entre a teoria e a prática;
- f) Desenvolvimento de práticas educativas interdisciplinares e ativas que possibilitem aos educandos referenciais que promovam o conhecimento integrado, significativo e protagonista;
- g) Preparação de profissionais capacitados para interpretar criticamente o mundo do trabalho e enfrentar novas relações de trabalho oriundas das novas tecnologias;
- h) Desenvolvimento de padrões novos de gestão, que contemplem a participação, com responsabilidade e compromisso social;
- i) Valorização do saber acumulado através da experiência de vida de cada educando.
- j) Busca de referenciais em vários campos do conhecimento.

2.4.2 Políticas de Pesquisa e Iniciação Científica

Para atingir seus objetivos educacionais, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, em articulação com o corpo docente, desenvolverá uma série de eventos abertos ao corpo discente e à comunidade, em que a integração entre ensino, pesquisa e extensão será amplamente discutida.

A pesquisa atrelada ao ensino possibilitará ao saber acadêmico a articulação com os vários setores da sociedade, identificando aquilo que deve ser pesquisado, suas finalidades e interesses, e como os novos conhecimentos podem participar da dinâmica das transformações sociais.

Uma das prerrogativas da IES visando à produção da iniciação científica será a adoção

do trabalho de conclusão de curso (TCC) com monografia, precedida de um projeto de pesquisa, com orientação de professores e apresentação oral perante banca examinadora.

Conforme as possibilidades financeiras, a IES pode oferecer bolsas de iniciação científica a alunos e professores e para a atividade de monitoria, que poderá ocorrer mediante programa de redução do valor da mensalidade do curso ou declaração de carga horária na categoria de atividade complementar.

Para incentivo de produção acadêmica, a instituição manterá programa de pagamento de horas de orientação a professores orientadores.

Aos professores, conforme interesse e disponibilidade financeira, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS também poderá oferecer bolsas de capacitação ou licença remunerada em programas stricto sensu, bem como descontos de valores nas mensalidades de cursos de programas lato sensu ofertados pela própria instituição.

2.4.3 Políticas de Extensão

As políticas de extensão definidas no PDI Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS e que serão aplicadas no Curso de Direito, trazem a compreensão de que a extensão é um processo educativo de formação continuada para os acadêmicos e pode acontecer em diversos formatos e modalidades. Conforme a Resolução CNE/CES 07/2018, no artigo 3º as atividades de extensão também devem ser inseridas na matriz curricular: “ A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político e educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

Ainda, nesse mesmo documento, são apresentadas as modalidades possíveis de oferta da extensão: cursos e oficinas; programas; eventos; projetos e prestação de serviços. Parte das atividades extensionistas do curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS está associada à matriz curricular de forma prática e integrada aos conteúdos disciplinares necessários à formação do perfil do egresso e ao seu contexto profissional.

Tendo em vista a relevância acadêmica e a ênfase na formação inicial, progressiva e continuada, pautando-se pela relevância social, as atividades de extensão têm como objetivo atender às demandas sociais, estudos, realização de projetos de natureza científica, técnica, educacional, social e cultural, possibilitando a iniciativa de integração de diversos setores da

sociedade. Essas atividades serão desenvolvidas no currículo e sob a forma de eventos culturais, cursos e serviços de programas específicos.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS desenvolve atividades extensionistas, promove a curricularização da extensão e agrega valores à tradicional maneira de prestar serviços, difundir a cultura (eventos e toda uma vasta gama de realizações artísticas ou culturais) e disseminar conhecimentos (cursos, seminários, palestras, conferências), conferindo aos docentes e discentes a tarefa de disseminar seus conhecimentos junto à comunidade e dela retirar subsídios, inspirações e adequações educacionais voltados para encontrar soluções, num movimento de fluxo e refluxo realimentador do processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade.

No curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS as atividades de extensão serão realizadas presencialmente, e estão curricularizadas, como elemento integrante de componentes curriculares previamente estabelecidos na matriz curricular, assim como em unidades curriculares específicas denominadas Projetos de Extensão.

2.4.4 Políticas de Pós-Graduação

A política de pós-graduação tem como finalidade a qualificação acadêmica, técnica e científica dentro do cenário local, nacional e internacional, e busca a elevação de conceitos nos programas *lato sensu* e *stricto sensu* na formação de especialistas, mestres e doutores.

Os programas *stricto sensu* visam, inicialmente, à qualificação dos docentes da instituição, razão pela qual a faculdade buscou convênios interinstitucionais com universidades e campos de pesquisas. Os professores poderão receber ainda incentivos financeiros conforme a disponibilidade institucional para realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Os programas de pós-graduação objetivam a formação continuada, capacitando profissionais e proporcionando aprimoramento nas diversas áreas do conhecimento, além de atenderem aos anseios da sociedade, democratizando-se o saber.

A implementação dos cursos de pós-graduação tem como requisitos necessários a presente competência técnico-científica na área dos cursos, adequando a definição de propostas, buscando docentes qualificados para assegurar a qualidade da realização do ensino, da extensão e da pesquisa.

2.4.5 Políticas de Valorização da Diversidade

Para a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, promover a valorização da diversidade é sobretudo uma função social. É preciso que se desenvolva uma cultura de valorização da diversidade na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS como um todo.

Para tanto, a promoção da diversidade na IES é realizada por meio de:

- a) conscientização de todos: corpo docente; corpo técnico administrativo; discentes;
- b) treinamento dos setores em relação à temática;
- c) inclusão da temática no currículo de forma transversal;
- d) palestras, estudos e reflexões sobre a temática.

2.4.6. Políticas de Valorização para a Educação Ambiental

A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

As instituições de Ensino Superior devem promover a Educação Ambiental de forma integral em seus projetos pedagógicos. As diretrizes apontam a necessidade de que essa educação ocorra pela transversalidade, a partir de temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; como conteúdo dos componentes já constantes no currículo; e pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

A Educação Ambiental deve ser um processo permanente de aprendizagem individual e coletiva. O processo de ensino-aprendizagem deve levar a reflexão, construção de valores, atitudes e competências com vistas a qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade com o meio ambiente.

Deste modo, na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS a Educação ambiental ocorre por meio de:

- a) Projetos de extensão;
- b) promoção de práticas educativas transversais sobre a temática;
- c) promoção da educação ambiental integrando valores éticos e sociais;
- d) promovendo a educação ambiental na IES como um comportamento atitudinal;
- e) promovendo palestras sobre a temática.

2.4.7. Políticas de Promoção dos Direitos Humanos

A Resolução n º1 de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Um tema fundamental quando pensamos em uma educação voltada para a dignidade humana.

Direitos humanos refere-se a: “um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana”. (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. MEC).

A educação em Direitos humanos, fundamenta-se em: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Deste modo, na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS a Promoção dos direitos humanos ocorre por meio de:

- promoção do acompanhamento e do estudo das concepções e práticas educativas das questões pertinentes à defesa e promoção dos direitos humanos;
- nos projetos de extensão;
- instituição de diretrizes, normas e ações administrativas e pedagógicas relacionadas à valorização da igualdade e combate à desigualdade;
- provisão da adoção sistemática no curso das melhores diretrizes, normas e práticas, além de assegurar o adequado repasse aos corpos docente, discente e administrativo.

2.4.8 Políticas de Valorização da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena

A partir da aprovação da Lei 10.639 e da Lei 11.645 de 2008, a história e cultura afro-brasileira e a história e cultura dos povos indígenas brasileiros são inseridas no currículo como conteúdo obrigatório.

A temática, para além da obrigatoriedade, é fundamental por refletir sobre a importância dessas culturas na formação da nossa história.

Para tanto, pretendemos promover a diversidade na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS por meio de:

- a) conscientização de todos: corpo docente; corpo técnico administrativo; discentes;
- b) treinamento dos setores em relação à temática;
- c) inclusão da temática no currículo de forma transversal;
- d) palestras, estudos e reflexões sobre a temática.

2.4.9 Políticas Voltadas a Pessoas com Deficiência

Segundo a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, Pessoas com deficiência são aquelas que: “tem impedimentos de longo prazo de natureza, física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009).

Respeitando a legislação, suas políticas institucionais e sua responsabilidade como Instituição de Ensino, Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, presta Atendimento Prioritário a Pessoas com Deficiência, considerando, sobretudo, se tratar de responsabilidade social, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE). O atendimento é um serviço da educação especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Este atendimento leva em conta as características específicas de cada necessidade e promove alternativas viáveis às necessidades do aluno, utilizando tecnologia assistiva, acessibilidade ao computador, orientações em relação a mobilidade e disponibilização de material pedagógico adaptado a sua necessidade.

A tecnologia assistiva "é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. (CAT, 2007)

A faculdade, para além do atendimento especializado, implanta uma cultura de inclusão, baseada no respeito à diversidade. Leva em conta em sua política e planejamento o atendimento à legislação nacional para a Educação Inclusiva prevista na Portaria MEC

3.284/2003, Decreto 5.296/2004, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 e Decreto 7.611/2011.

Para tanto, pensa em uma política institucional voltada ao atendimento das pessoas com necessidades especiais trabalhada de forma transversal no âmbito dos cursos ofertados e através do Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Psicopedagógico com as seguintes ações:

- a) **para alunos com deficiência física:** A estrutura física da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS foi projetada com a eliminação de barreiras para circulação do estudante com deficiência física, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimão; barra de apoio nas paredes; portas e banheiros que atendam as normativas para cadeirantes.
- b) **no caso da existência de alunos (ou candidatos nos processos seletivos) com deficiência auditiva,** a Instituição disporá de intérprete de Libras para acompanhamento durante o processo seletivo ou no decorrer do curso, flexibilização na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.
- c) **em relação a possíveis alunos com deficiência visual,** a IES contará, com um espaço de apoio equipado com computador com programas especiais, impressora braile (podendo ter parceria com Institutos que realizam esta impressão), sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura e scanner acoplado ao computador;
- d) **atendimento especializado para deficiência mental e deficiências múltiplas;**
- e) **capacitação** para diretores, coordenadores, professores, e técnicos-administrativos através do programa de capacitação para a acessibilidade e inclusão que prevê: Informações sobre necessidades especiais; Cursos ou eventos a serem ministrados por especialistas para capacitação de uso de materiais; Cursos de noções de Braille e Língua Brasileira de Sinais;
- f) **para a comunidade são realizadas:** Campanhas de sensibilização e mobilização sobre acessibilidade e inclusão; Parcerias com as corporações, associações, federações, com objetivos de ações integradas para reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

2.4.10 Língua Brasileira de Sinais

A Faculdade atende ao Decreto 5.626/05 com a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como optativa em todos os cursos de Graduação Bacharelado e obrigatória nos cursos de Graduação Licenciatura.

A contratação do Tradutor e Intérprete de Libras, quando necessário, se dará para o cumprimento das seguintes atribuições, nos termos da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (art. 6º):

- a) efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio de LIBRAS para a língua oral e vice-versa;
- b) interpretar, em LIBRAS, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- c) atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades fim das instituições de ensino e repartições públicas;
- d) prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

2.4.11 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS atende a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, na Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A inclusão de Alunos Autistas tem por objetivos:

- a) garantir oportunidades socioeducacionais ao acadêmico ingressante com autismo, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimento e participação social, e objetivos específicos:
- b) garantir a avaliação, como conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem do acadêmico ingressante com autismo, podendo modificar a sua prática conforme necessidades apresentadas pelos indivíduos. Modelos qualitativos e contínuos possibilitam organizar e interpretar as informações, obtidas através dos registros informais do processo de ensino, evidenciando as potencialidades e habilidades do aluno e

apontando suas necessidades específicas e seus progressos frente às situações educacionais;

- c) proporcionar a formação de equipe de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social para atuarem de forma transdisciplinar no processo de avaliação e para colaborar na elaboração de projetos, programas e planejamentos educacionais;
- d) garantir o direito da família de ter acesso à informação, ao apoio e à orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais.

2.4.12 Políticas de Gestão

O modelo desenhado para a gestão acadêmica Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às exigências do mundo moderno.

O novo paradigma da educação pressupõe, entre outras mudanças, uma política descentralizadora traduzida em alguns princípios fundamentais:

- autonomia com responsabilidade;
- gestão participativa;
- avaliação permanente dos processos da aprendizagem;
- valorização dos profissionais da educação;
- construção de proposta pedagógica pelo coletivo da comunidade acadêmica.

Nessa política, todos são convidados a assumir um papel mais efetivo na vida acadêmica, partindo da construção coletiva do Projeto Pedagógico Institucional e de Curso como estratégia de uma gestão participativa.

No âmbito do curso de Direito, as políticas de gestão asseguram o funcionamento do curso observando a legislação vigente e a racionalidade das decisões nos âmbitos pedagógico e administrativo, buscando a participação eficaz dos públicos internos e externos, em ambiente ético e colaborativo.

3 CONTEXTO DE INSERÇÃO REGIONAL E EDUCACIONAL DA IES

3.1 Contexto Regional

Reconhecendo a crescente importância do conhecimento para a formação de sujeitos e para o processo de desenvolvimento sustentado, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS intenta partilhar essa responsabilidade com os ingressantes e concluintes de seus cursos e com as organizações sociais locais. Nesse sentido, e aliada à condição de instituição educacional do Estado de Goiás, visa ser referência nacional na oferta de ensino superior, assumindo o compromisso de concorrer para a promoção do desenvolvimento regional e nacional, participando ativamente do processo de inserção dos profissionais que formam no mercado de trabalho nesta região.

Considerando, principalmente a pujança econômica e a influência de Porangatu para a região, os dados apresentados sobre sua polarização estimulam a reflexão e justificam a inserção da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS na região, sobretudo por restar constatado, através de pesquisas, uma forte demanda reprimida por vagas na educação superior e, por conseguinte, uma carência de mão-de-obra qualificada na área de sua abrangência.

Por esta razão a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, na condição de agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, intenciona manter uma relação orgânica com as comunidades locais e regionais, com o propósito de contribuir e favorecer a estas, por meio de sua proposta educacional presente no Plano de Desenvolvimento Institucional, o desenvolvimento político, científico, social e cultural local, regional e nacional, bem como melhorar a qualidade de vida da população uma vez que busca desenvolver e difundir, por meio do ensino, como processo de mudança e de formação profissional capaz de atender às demandas da sociedade, consubstanciado a este a iniciação científica, que visa a capacitação de pessoas para o exercício da investigação científica e a extensão e prestação de serviços, como instrumento de intercâmbio entre os segmentos institucionais e a comunidade social estabelece formas de cooperação e parcerias com os poderes públicos, privado e outras instituições.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS tem limite territorial circunscrito ao município de Porangatu, no Estado de Goiás.

O Estado de Goiás é uma das unidades federativas do Brasil. Está situado na região Centro-Oeste do país ocupando uma área de 340.106 km². Sétimo estado em extensão territorial, Goiás tem posição geográfica privilegiada. Limita-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. Goiás possui 246 municípios e mais de 7,2 milhões de habitantes.

Goiânia, sua capital, é o núcleo polarizador da Região Metropolitana, aglomerado de 20 municípios que abriga mais de 2,5 milhões de habitantes e aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto goiano.

O município de Porangatu está localizado no extremo Norte do Estado de Goiás, sendo limítrofe ao Estado do Tocantins. Situa-se na microrregião de Porangatu, cortado pelo paralelo 13 e integra a Bacia Araguaia Tocantins, às margens da rodovia BR-153, distante da Capital do Estado de Goiás, Goiânia, 418 km e 561 da Capital Federal, Brasília. É considerada cidade polo dentro do contexto estadual de Goiás, por possuir uma rede de serviços que atende aos outros treze municípios do norte goiano, e outros nove municípios do Estado de Tocantins.

O povoamento da região originou-se da descoberta de ouro, pelo bandeirante João Leite, no século XVIII, denominando-se "Descoberto" o núcleo urbano primitivo. Segundo a história, já existia na fazenda Pindobeira uma "Colônia de índios", formada pelos Padres da Companhia de Jesus, onde surgiu, posteriormente, a primeira povoação.

Conforme relatos orais o nome de Porangatu é uma derivação da língua Tupi, e seu significado é definido pela Lenda de Angatu. Sendo que, a verdadeira história de sua origem é controvertida, a documentação a respeito é falha, por se tratar de informações lendárias.

Os primeiros habitantes da região foram os silvícolas, destacando-se a tribo dos "Canoeiros", cujos ataques frequentes impediam o desenvolvimento do povoado. Em 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 8305, passou a denominar-se "PORANGATU", do tupi: "Poran" = bela; "gatu" = paisagem: paisagem bela.

Depois de longa fase estacionária, o advento da rodovia BR-153, em 1958, trouxe forte impacto de progresso ao município tornando-o um dos mais influentes centros urbanos do Médio Norte Goiano, tendo como gentílico porangatuense.

Este município surgiu nos primórdios da mineração do ouro. De acordo com os dados oferecidos pelo IBGE, p. 370, da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, edição de 1958, consta que em "1952, os padres da Companhia de Jesus, construíram na região a Fazenda

Pindombeira, que ficou famosa como colônia dos Índios”. Esta afirmativa, no entanto, é evitada de incertezas históricas, visto a falta de documentos sobre o período.

Segundo Pesquisas do professor Paulo Bertran Porangatu pertenceu a Amaro Leite (fundados em 1742, dados do IBGE da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros ed. 1958), que por sua vez pertencia à Freguesia de São José do Tocantins (Niquelândia). Consta ainda dos apontamentos de Paulo Bertran que o Padre. Luiz Antonio Silva e Souza relacionava: “Amaro Leite” (Mara Rosa) e na sequência “Descoberto de Amaro Leite”, dois lugares diferentes, portanto, o último querendo designar o atual Porangatu, “sobre o qual em 1824, Cunha Matos diz: Arraial do Descoberto da Piedade”.

Como ponto turístico, destaca-se a Lagoa Grande de Porangatu, denominada, Alexandrino Cândido Gomes, riqueza natural e local de concentração da juventude. Na pista em volta da Lagoa os moradores costumam fazer caminhada diária, para relaxar e cuidar da saúde.

O município tem população estimada de 45.866 habitantes, segundo dados do IBGE, sendo que a sua principal atividade econômica é a pecuária, possuindo ainda um forte comércio que abastece toda a região.

Considerando, portanto, as características socioeconômicas, a presença de contingente expressivo de jovem no município e o desenvolvimento da cidade, a ampliação das possibilidades de formação superior torna-se uma tarefa prioritária para a região, que exige, cada vez mais, a qualificação de profissionais que estejam preparados para um novo mercado de trabalho que se forma.

Inserida neste contexto, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano tem como proposta promover a formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho regional e ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, de forma a atender uma demanda local.

A região apresenta grande necessidade de formação e geração de conhecimentos e aperfeiçoamento pessoal, garantindo acesso aos alunos da região e proporcionando a permanência deles a fim de desenvolverem suas atividades profissionais e contribuição na resolução de problemas locais e regionais.

3.2 Da inserção do Curso de Direito

O Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda. (CESNG), entidade mantenedora da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS surgiu com o firme

propósito de proporcionar à população do norte do Estado de Goiás o acesso à educação superior de qualidade, com o objetivo de consolidar-se a partir de um compromisso com a qualidade do ensino, de forma a adquirir o respeito da comunidade, como instituição séria e competente, de sorte que o alunado egresso possa suprir a carência de profissionais capacitados que aflige a região.

A decisão de implantar a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS decorre da conscientização da responsabilidade social de atender à população circundante e vem ao encontro dos anseios da população, com o apoio de toda classe política, empresarial e institucional da sociedade civil organizada.

Assim, a FACBRAS credenciada pela Portaria MEC n. 65, de 16/01/2009, é mantida pelo CESNG, pessoa jurídica de direito privado, com finalidade lucrativa, constituída sob a forma de sociedade empresária de caráter educacional, na modalidade de cotas de responsabilidade limitada, com sede própria no município de Porangatu, Goiás – local onde atua na atividade educacional –, com endereço na Rua 06 esquina com Rua 01, n. 21, Setor Leste, Porangatu, estado de Goiás, CEP 76550-000, telefone/fax: (62) 3367-1090.

Os cursos indicados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foram idealizados em razão do contexto regional, uma vez que não existe nenhum deles em funcionamento na cidade, a qual carece, portanto, de profissionais especializados que a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS se propõe a alocar no mercado. Além disso, Porangatu é uma cidade comercialmente forte, possui muitas empresas (pequenas, médias e grandes) e tem uma agricultura moderna voltada para a indústria e o comércio do agronegócio.

Os motivos que impulsionaram a criação da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS podem ser resumidos na possibilidade da Instituição se constituir numa forte alavanca do progresso sócio econômico do município de Porangatu-GO e região.

Os motivos apontados para justificar e defender a implantação do Curso de Direito no município de Porangatu-GO, de pequeno porte e localizado no interior, incluem:

- a dificuldade de deslocamento para as grandes cidades, fator limitante, principalmente para quem trabalha e dispõe de pouco tempo para os estudos;
- o baixo custo de vida, para facilitar a manutenção da estada do aluno;

- a melhor qualidade de vida e mais segurança;
- a ausência da oferta do curso de Direito no município quando de sua abertura;
- a necessidade de criação e deslocamento dos cursos superiores para o interior, em especial, no caso da região Centro-Oeste, segundo dados do Censo do IBGE (2010), divulgados pelo MEC, foi que a região que teve o desempenho mais modesto.

Em especial, percebeu-se a localização geográfica privilegiada do município de Porangatu-GO, privilégio esse acentuado pela proximidade do município entre outros 13 (treze) que o circundam e interposição do município no trajeto da rodovia que representa a veia cava na drenagem da região norte para o coração do país.

O Projeto Pedagógico do curso de Direito resulta, pois, da perspectiva de uma nova sociedade, na qual a busca do conhecimento e da informação torna-se fator fundamental tanto para o desenvolvimento do indivíduo como, em escala mais ampla, para o próprio crescimento da comunidade da qual faz parte. Trata-se, pois, de canalizar a energia produtiva de seus alunos para o esforço de construção de uma sociedade mais justa e humana.

Desta forma, é preocupação da IES desenvolver um projeto de ensino que se caracterize por não ser privilégio de poucos e possa levar o conhecimento em nível de terceiro grau à parcela menos favorecida da comunidade. Por isso, um aspecto deve ser ressaltado: o fato de a instituição estar localizada em área com população de renda média baixa. Esta é uma das razões porque a instituição volta-se mais para um ensino profissional que habilite o aluno a ingressar com maior desenvoltura no mercado de trabalho.

A presença da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS no município, identificada principalmente com as características regionais, contribui para dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que a região necessita.

A área de inserção da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS é um espaço social e econômico que demanda por uma intervenção qualificada para a geração de desenvolvimento. Neste sentido, cada vez mais, um conjunto de profissionais bem qualificados estão sendo solicitados no mercado de trabalho, para servir a sociedade.

A implantação do Curso de Graduação em Direito foi medida altamente valiosa para a região, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, assim como promover a inclusão social e o acesso à justiça. A iniciativa foi de grande importância para elevar o nível de escolaridade local, o que reforçou a propensão ao desenvolvimento da região. Por outro

lado, a educação, indiscutivelmente, é a condição básica para o exercício da cidadania, promovendo a inclusão social.

Não há dúvidas de que um dos grandes anseios da população é o acesso à proteção eficaz de seus direitos básicos, o que nem sempre está posto ao seu alcance pelo Poder Público. Assim, visando suprir a carência da comunidade do município de Porangatu-GO e de toda a região à sua volta, a IES implantou o Curso de Graduação em Direito para proporcionar à comunidade a formação de profissionais com sólidos conhecimentos jurídicos e elevado grau de comprometimento social, bem como para prestar serviços à sociedade em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais, através do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Além disso, Porangatu conta com estrutura judiciária que atende o município e as cidades circunvizinha, podendo ser destacada a existência do Fórum da Comarca de Porangatu (Justiça Estadual), 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porangatu, Posto Avançado da Justiça do Trabalho – Porangatu, Procuradoria Geral do Estado - Regional de Porangatu (PGE), Polícia Rodoviária Federal (PRF), 12º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás, Unidade Prisional Regional de Porangatu, 12ª Delegacia Regional de Polícia - Porangatu, OAB/GO - Subseção Porangatu, dentre outros, sendo importante polo de exercício da atividade jurídica.

Ao ratificar seu espaço de inserção regional a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS compreende e reforça seu compromisso com a Região Norte do Estado de Goiás e seu desenvolvimento. Para tanto, a primeira diretriz apontada é justamente a consolidação do papel da IES na integração e transformação regional. A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS conduz suas ações para efetiva integração desta porção goiana, com o propósito explícito de buscar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida desta população.

Dessa forma, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS está plenamente inserida no ambiente social e empresarial da cidade de Porangatu-GO e cidades circunvizinhas do Estado de Goiás e do Tocantins, contribuindo, de maneira efetiva, para o aprimoramento educacional e o desenvolvimento sustentável. Com vistas a estimular indivíduos e grupos a participarem da formulação de respostas e novos questionamentos acerca de demandas específicas da região, porém de impacto geral, foi criado o curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS.

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO DE DIREITO

4.1 Dados Gerais do Curso

Nome do Curso:	Bacharelado em Direito
Modalidade de oferta:	Modalidade presencial
Situação legal:	Autorizado pela Portaria MEC nº 329
Local de funcionamento:	Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS situada na Rua 06, esquina com rua 01, nº 21, Setor Leste, Porangatu, GO. CEP: 76550000
Vagas anuais:	120
Carga horária total:	3700 horas
Regime de matrícula:	Semestral
Prazo mínimo e máximo de integralização:	Mínimo 10 semestres Máximo 15 semestres

4.2 Formas de Ingresso

Os candidatos poderão participar dos processos seletivos através da Nota do ENEM, Vestibular Digital Agendado ou Tradicional, Vestibular Presencial Agendado ou Tradicional, Requerimento de vaga para Portadores de Diploma, Processo de Transferência Externa e Reingresso Estudantil, observando as regras gerais que serão previstas em Edital.

4.3 Objetivos do Curso

Os objetivos do Curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, divididos em objetivo geral e objetivos específicos, estão conectados com as políticas institucionais, convergindo integralmente com os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso do Curso de Graduação em Bacharelado em Direito.

4.3.1 Objetivo Geral

Levando em conta o substrato pedagógico que norteia as políticas institucionais, em atenção ao que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, o Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS tem o objetivo geral de formar Bacharéis e Bacharelas em Direito, aptos à compreensão dos fenômenos que se operam no contexto da sociedade contemporânea, capazes de contribuir com os processos de transformação que se desenvolvem no entorno em que estão inseridos, atuando diuturnamente como especialistas no domínio e manejo do arcabouço técnico-científico jurídico exigido pelos profissionais que exercem as diferentes carreiras jurídicas.

Por esta razão, o curso de Direito alcança além do domínio técnico os conteúdos curriculares obrigatórios previstos nas Diretrizes Nacionais, que atende as demandas nacionais, por abranger questões sociojurídicas pertinentes às regiões metropolitanas; bem como se aproxima aos fenômenos socioeconômicos da região, com a reflexão sobre o dinamismo das políticas públicas dentro de uma abordagem relacionada, mais especificamente, ao direito agrário, direito ambiental e ao direito das crianças e dos adolescentes, como alicerces na busca da proteção dos direitos humanos da comunidade.

4.3.2 Objetivos Específicos

Para o êxito do objetivo geral, o Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS tem como objetivos específicos:

- Facilitar a conformação de um ambiente acadêmico que pautado pelo respeito à diversidade e à dignidade;
- Estabelecer um processo cognitivo que permeie a dessemelhança epistemológica e doutrinária, como forma de utilização do questionamento analítico e crítico como método de construção do conhecimento e de transformação dos saberes inerentes a intervenção do agente de aplicação da ciência jurídica;
- Provocar o diálogo inter, trans e multidisciplinar, alargando as possibilidades de compreensão do mundo e da importância do Direito;
- Oferecer sólida formação geral e humanística;
- Viabilizar o desenvolvimento da capacidade de análise, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais;
- Otimizar o domínio dos conceitos e da terminologia jurídica;

- Instigar o domínio da importância e proceduralização das formas consensuais de composição de conflitos;
- Promover uma atitude comportamental própria ao incremento de uma visão crítico-reflexiva, indispensável para o desenvolvimento da aptidão para o aprendizado autônomo, independente e dinâmico;
- Facilitar o manuseio e apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação, como ferramentas apropriadas à realização e administração da justiça;
- Contribuir com a produção do conhecimento jurídico inovador, pela integração e atuação de grupos de estudos e iniciação científica;
- Utilizar a extensão universitária como instrumento de facilitação do aprendizado e de consolidação do diálogo entre a IES, a comunidade acadêmica e a sociedade organizada.
- Aprofundar-se nas questões locais e regionais com escopo na realidade sócio-econômico-cultural do seu entorno.

Com a extensão curricularizada o aluno passa a experienciar as demandas sociais de seu entorno, através do desenvolvimento de Projetos de Extensão que possibilitam, além de conhecer as realidades locais e regionais, propor iniciativas de intervenção em demandas carentes de solução.

4.4 Justificativa de Oferta e Demanda pelo Curso

Justifica-se a existência do curso tendo em vista a demanda crescente e emergente, bem como a necessidade de desenvolvimento local, regional e nacional. Mesmo porque, as grandes transformações econômicas e sociais em todo o mundo, principalmente pela introdução de novas tecnologias exigem cada vez mais profissionais qualificados.

O Brasil, para acompanhar este cenário, deve investir maciçamente na fomentação de profissionais que oportunizem acesso aos direitos e garantias fundamentais de cada cidadão. Ademais é importante a presença de profissionais do Direito que estejam preparados para a defesa de direitos frente a crescente expansão demográfica da região.

A formação acadêmica proposta requer uma concepção diferenciada, de modo que o jurista harmonize informações técnicas com uma orientação pragmática e hábil a provocar o surgimento de um novo profissional. Um profissional consciente de que os acontecimentos são dinâmicos e, por isso mesmo, em constante transformação, exigindo-lhe a inabalável

destreza de trabalho reflexivo, que o habilite à síntese dos instrumentos conceituais, técnicos, metodológicos e práticos compatíveis com a função pública e social que o direito desempenha na comunidade.

O currículo trabalhado pelo curso de Direito, da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, ostenta o desígnio de integrar habilidades diferenciadas, oferecendo uma formação coerente com a sociedade contemporânea, a partir de uma cultura digital e com a flexibilidade de tempo e espaço suficiente para assegurar ao futuro profissional a autonomia concedida a qualquer cidadão, bem como a possibilidade de adaptação e atuação em contextos e regiões variados, para desempenhar sua tarefa preordenada à salvaguarda dos direitos dos indivíduos e da comunidade, no âmbito das exigências da verdade e do bem comum.

Forçosa é a conclusão no sentido de que o currículo do ensino jurídico está fundamentado em um conteúdo que se integra a uma trajetória de aprendizagem articulada que somada à prática, oportuniza ao estudante uma formação acadêmica humanística, ética e centrada na investigação como base do ensino, da pesquisa e da extensão.

O curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS é norteado a uma especificidade diferenciada e busca agregar valores aos estudantes, pois alia o conhecimento à prática, levando a comunidade à reflexão do seu próprio fazer para, analiticamente, aprimorar os passos já dados ou a serem dados no ramo Direito.

Um fator relevante e que deve ser ressaltado no âmbito do processo de Reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS é que o curso de Direito da referida IES, desde a sua criação, tem confiado à comunidade local e região, egressos com condições de atuar, de forma eficaz e a partir de uma formação sólida e atual, na resolução de conflitos e na transformação da realidade social por intermédio do uso de sua expertise adquirida na jornada acadêmica.

Ademais, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS considerou as demandas socioeconômicas locais e regionais bem como o fato de Porangatu estar inserida no eixo dinâmico de desenvolvimento da região norte do Estado de Goiás, haja vista sua posição geográfica estratégica e com população convergente para a prestação de serviços, indústria, comércio e agronegócio e que possibilitam o acesso à educação, saúde, lazer e serviços que garantem a qualidade de vida, resultando em altos índices de desenvolvimento humano - como determinante para a escolha de suas instalações.

4.5 Perfil Profissional do Egresso do Curso de Direito

O egresso da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, de maneira geral, deve ser capaz de atuar na sua comunidade promovendo as mudanças necessárias para a melhoria do espaço em que vive e atua e, conseqüentemente, da sociedade na qual está inserido, contribuindo para uma sociedade mais justa e humana.

Pretende ainda qualificar profissionais aptos a promoverem o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços necessários aos setores produtivos e à sociedade local e regional. A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, desde o início de suas atividades na educação superior, tem buscado formar profissionais que criem *oportunidades e inovações* em suas áreas de atuação e, sobretudo, que contribuam para a *diminuição da desigualdade social*, tenham *preocupação com o meio ambiente e respeitem a diversidade*.

Neste sentido, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS não poupa empenho para que o seu egresso seja um profissional completo, dotado de senso crítico indispensável tanto à compreensão da função social da sua prática profissional na sociedade contemporânea, como ao entendimento de sua respectiva inserção nas distintas áreas dos setores público e privado.

O curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, solidifica um processo formacional para que seu egresso se qualifique para além da demonstração de competências e habilidades apenas no ambiente acadêmico, mas revele-se apto ao emprego do Direito para o desenvolvimento da cidadania, proteção da dignidade, garantia do respeito à diversidade, à liberdade e à igualdade.

Ante isso, o perfil profissiográfico do curso de Direito, foi elaborado a partir da concepção dos objetivos da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS e do curso, tendo em vista o mercado de trabalho regional e nacional, as mudanças socioeconômicas e tecnológicas e a nova legislação que disciplina a formação de recursos humanos para a área jurídica, preservando as conquistas históricas da IES, bem como o debate acerca da formação jurídica das últimas décadas, além de abrir e contemplar, desde logo, as perspectivas futuras, pretendendo manter-se afinada com a construção de um conhecimento arrojado e, ao mesmo tempo, consistente, necessário ao operador do direito em suas diversas dimensões e facetas.

Com estes pressupostos, o bacharel em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, deve, imprescindivelmente, incorporar conhecimentos técnicos a uma formação de cientista social, com capacidade de comunicação e argumentação, estando dotado de espírito crítico e investigativo.

Com isso, os egressos da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS devem estar aptos a apreender as alterações que se processam na realidade social, mercê dos fatores

não jurídicos que a condicionam, e a superar as distâncias eventuais entre o conteúdo do direito posto e os anseios sociais, por meio de juízo valorativo acerca dos temas e problemas que lhe forem propostos, sendo capazes de viabilizar a elaboração de respostas adequadas, suficientes e eficientes para o tratamento destes.

É desse modo que o egresso do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, será capaz de observar, compreender e explicar os fenômenos sociais, interagindo com as questões políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais que permeiam o desenvolvimento sustentável, em suas distintas ordens. Tudo isso será possível sempre e quando o egresso do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS relacionar-se com o mundo da vida, revelando:

- A compreensão do Direito não somente como um conjunto estanque de normas, mas como um fenômeno ético-jurídico e social, que reclama um olhar inter, trans e multidisciplinar;
- Uma postura reflexiva, que lhe permita ajustar a tenacidade do Direito à especificidade da fenomenologia sócio-política-econômica-cultural-ambiental;
- Uma aptidão para o desenvolvimento de estratégias, e mesmo teses teóricas, hermenêuticas, científicas e metodológicas que permitem o suplante da dogmática tradicional da Ciência do Direito;
- Uma capacidade de liderança, que lhe permita conduzir equipes multidisciplinares, para atuação no mundo da existência, com habilidade apropriada à aplicação do direito às especificidades de cada fenômeno;
- Envergadura para a utilização da prática do direito no âmbito judicial e extrajudicial, contribuindo para o alcance da efetividade de sua intervenção no caso concreto, elidindo dissabores oprimam o resgate do status quo ante entre as partes que se encontram em posições antagônicas;
- Facilidade para a utilização de meios alternativos, pré-processuais e autocompositivos, para a solução de conflitos, fazendo da mediação um meio de ação intrínseco ao exercício jurídico.
- Proporcionar condições para o desenvolvimento de profissionais do Direito capazes de contribuir para o avanço econômico e social local;
- Formar profissionais qualificados, aptos a influenciarem, direta ou indiretamente, o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região na qual estão inseridos.

Ciente de que a sociedade vivencia constantes transformações e de que profissional do Direito deve estar sempre preparado para as novas demandas do mercado, o Núcleo Docente

Estruturante do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, sob o aval do Colegiado de Curso, em seus respectivos Planos de Ação, promoverá estudos sistemáticos sobre a necessidade ampliação das competências a serem desenvolvidas pelo graduando.

4.6 Habilidades e Competências

O Projeto do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, apresenta algumas inovações estruturais e curriculares que articulam conteúdos curriculares, habilidades e competências. Desde a sua implantação, as habilidades e competências deste profissional tem sido objeto de interesse institucional. Em torno disso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante e Docentes passaram a identificar ideias comuns, e o resultado desse estudo conjunto, foi um conjunto de princípios que explicam as habilidades e competências que representam a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS e como elas podem ser alcançadas e desenvolvidas.

Os docentes são estimulados a pensar em termos de habilidades e competências quando preenchem os formulários dos programas das disciplinas e fazem o detalhamento destas, e, por consequência, quando desenvolvem suas atividades em sala ou nos demais ambientes de aprendizagem. As unidades de estudo visam o desenvolvimento das competências cognitivas, instrumentais e interpessoais descritas no artigo 4º, da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, a saber:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Competências e Habilidades

Perseguindo criteriosamente as orientações que emergem do marco regulatório, e sobrelevando a importância de formar, para o emprego de competências e habilidades adequadas à transformação real do indivíduo, para que ele próprio se descubra capaz de transformar saberes e fenômenos, percebendo as diferentes realidades no mundo da vida, o Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS pautará pelo desenvolvimento das seguintes competências gerais e específicas.

Competências Gerais

- Capacidade de leitura e interpretação de textos comuns e jurídicos;
- Capacidade para a identificação, proposição e resolução de problemas;

- Aptidão organizacional e de planejamento;
- Capacidade de comunicação verbal e escrita, com aptidão dialógica;
- Capacidade de emitir, receber e processar críticas, como ferramentas de aprendizado e crescimento pessoal e profissional;
- Capacidade de trabalhar em equipes, tomando as decisões necessárias à resolução de impasses e à motivação dos integrantes;
- Compromisso e responsabilidade socioambiental;
- Compromisso como respeito e garantia da diversidade, da liberdade, da igualdade e da dignidade;
- Capacidade para difundir os elementos congêneres ao exercício pleno da cidadania, participando do ambiente de integração como agente ativo de transformação.

Competências Específicas

De acordo com o que dispõe a pauta normativa do art. 4º, da Resolução CNE/CES 05, de 17 de dezembro de 2018, o egresso do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS deverá desenvolver um mínimo de competências específicas que legitime o exercício das profissões do Direito, quais sejam:

- Capacidade de interpretação e aplicação das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- Capacidade de leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Capacidade de comunicar-se com precisão;
- Domínio dos instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- Capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Capacidade para o desenvolvimento da cultura do diálogo e emprego dos meios consensuais de solução de conflitos;

- Capacidade de compreensão da hermenêutica e dos métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

- Aptidão para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

- Capacidade para o emprego correto da terminologia e das categorias jurídicas;

- Aptidão para aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

Capacidade de compreensão do impacto das novas tecnologias na área jurídica;

- Domínio das tecnologias e dos métodos para a permanente compreensão e aplicação do Direito;

- Capacidade para o trabalho em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

- Capacidade para o aprendizado de conceitos deontológico-profissionais e desenvolvimento de perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Campos de Atuação

Os Bacharéis em Direito, formados pela Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, terão a oportunidade de empreenderem um exercício profissional que viabilize seu trânsito tanto pelo setor público, como privado, destacando-se:

- A advocacia privada:

- A advocacia pública, na AGU

- As procuradorias municipais e Estaduais;

- A consultoria e assessoria jurídica;

- As Instituições Policiais Cíveis e Militares;

- O exercício da Magistratura;

- A atuação como Agente Ministerial, como membro do Ministério Público;

- Cargos na Administração Pública em Geral;

- Titularidade em Cartórios Registrais e Notariais.

Ademais, os formados pela Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS poderão dedicar-se ao exercício da docência, complementando sua formação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu*, de forma que se achem legitimados para o desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito das ciências sociais aplicadas.

4.7 Estrutura Curricular do Curso de bacharelado em Direito

O curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, tem carga horária total de 3.700 horas, sendo 2720 horas de unidades curriculares, 400 horas de extensão curricularizada, 60 horas de Atividades Complementares, 400 horas de Estágios e 120 horas de Trabalho de Conclusão de Curso.

As unidades curriculares foram organizadas e planejadas em uma lógica coerente de aprendizagem: os tópicos teóricos básicos estão contemplados nos primeiros períodos do curso com o objetivo de subsidiar o raciocínio crítico e analítico das disciplinas técnicas e específicas, contempladas nos períodos subsequentes, promovendo desta forma a adequada articulação do conteúdo no percurso formativo.

A estrutura curricular do Curso Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS é resultante, fundamentalmente, da reflexão sobre a concepção, objetivos e perfil do egresso desejado.

O currículo traz uma multiplicidade de conhecimentos que objetiva proporcionar aos estudantes uma formação humanista, crítica e reflexiva e fundamenta-se nos princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para *Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena* são trabalhadas de forma transversal e estão inclusas nas unidades curriculares *Pluralismo Étnico-Racial, Diversidade e Direitos Humanos, Questões socioantropológicas controvertidas, bem como nos projetos de extensão*.

A *Educação Ambiental*, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27/04/99 e ao Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, será trabalhada de modo transversal, através da unidade curricular *Educação Ambiental e Consciência Ecológica e, ainda, por meio dos projetos de extensão*.

No que se refere aos *Direitos Humanos*, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o tema é trabalho de forma transversal e na unidade curricular: *Pluralismo Étnico-Racial, Diversidade e Direitos Humanos*.

O empreendedorismo e o perfil inovador estão presentes de forma transversal no currículo e nas unidades curriculares: *Atitude Empreendedora e Inovação e Tecnologias e Ambientes de Interação*.

Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.626/05, o ensino de LIBRAS será ofertado no currículo sob a forma de disciplina optativa, no 8º período.

Para a prevenção e combate a todos os tipos de violência e a *Promoção da Cultura da Paz*, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*), no atendimento à lei nº 13.663/2018, são desenvolvidas medidas de conscientização e de prevenção. Os temas serão tratados também por meio dos projetos de extensão e atividades complementares.

A acessibilidade metodológica se apresenta na medida em que o curso não propõe somente um método de ensino e aprendizagem, mas por um composto de métodos que se complementam e que valorizam diferentes inteligências e formas de aprender, refletidos nas soluções didáticas digitais, nas atividades síncronas e assíncronas, virtuais e presenciais, bem como na organização do ambiente virtual e das avaliações de aprendizagem.

A comunidade acadêmica, em especial, os professores concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Para o acompanhamento dessas demandas, estará disponível a todos os docentes e discentes o suporte pedagógico, o programa de nivelamento e o apoio psicopedagógico através do NAPA (Núcleo de Apoio ao Aluno). Todas as dificuldades de aprendizagem são encaminhadas para o atendimento com a psicopedagoga que irá propor, juntamente com o professor, as melhores práticas e metodologias de ensino e aprendizagem para garantir a acessibilidade pedagógica.

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios e realizadas ao longo do curso. As atividades possibilitam o reconhecimento por avaliação de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico, espaço em que o aluno alarga o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao curso.

As Atividades Complementares orientam-se, também, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos; Educação Ambiental e Sustentabilidade e Promoção da Cultura da Paz.

Estas atividades com caráter complementar são implementadas na IES, através de eventos como congressos, palestras, estágios extracurriculares, monitorias, visitas técnicas, seminários entre outras, presenciais e virtuais, superando assim, a lógica tradicional onde as

atividades não consideram a realidade dos educandos. Podem também ser realizadas fora da IES.

A extensão é integrada à matriz curricular do curso, por meio de disciplinas específicas de extensão ou alinhadas às disciplinas teórico-práticas. É um instrumento de interdisciplinaridade e um ambiente propício ao desenvolvimento de novos campos ou temas emergentes. Essas atividades concedem flexibilidade curricular ao curso, proporcionando a oferta de conteúdos variáveis, contemporâneos aos avanços e às mudanças da sociedade, da ciência e da tecnologia.

O Coordenador do Curso da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS desempenha papel integrador e organizador na implantação e desenvolvimento da estrutura curricular, planejada conjuntamente com o corpo docente, buscando integrar o conhecimento das várias áreas. Para a implementação e execução do currículo, o Coordenador de Curso trabalha com o seu Núcleo Docente Estruturante – NDE, seu Colegiado de Curso e demais professores.

Para obtenção do título, o discente deverá cursar e ser aprovado em todos os componentes curriculares e integralizar a carga horária de total explícita na representação gráfica do curso, já computadas as horas de Atividades Complementares. Neste contexto, o curso atenderá, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação.

A estrutura do Curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS atende plenamente as Diretrizes Curriculares no que tange aos núcleos interligados de formação propostos, a saber:

- I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de

Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e

- III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

4.7.1 Flexibilização e Interdisciplinaridade

Dentre as estratégias acadêmicas que garantem a flexibilização, interdisciplinaridade e contextualização do curso e do aprendizado do aluno, merecem destaque:

- Uso de metodologias ativas de aprendizado;
- Atividades práticas diversas bem como projetos que permitam a integração de conhecimentos;
- Laboratórios de prática jurídica que oportunizam aos alunos ter contato com processos de diversas áreas, propiciando a interdisciplinaridade e contextualização.
- Disciplina optativa no 8º semestre. Dentre as optativas merecem destaque as disciplinas de: Libras; Direito Eleitoral; Direito Portuário; Relações Jurídicas Desportivas; Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos; Direito Agrário; Direito Ambiental; Direito da Criança e do Adolescente.
- Atividades e cursos de extensão diversificados e outros.

A flexibilidade curricular é uma estratégia necessária para tornar o aprendizado mais significativo frente à diversidade, demandas e expectativas de desenvolvimento regional e nacional. A organização dos componentes curriculares na matriz, numa perspectiva interdisciplinar, garante a integração horizontal e vertical de conteúdos.

A estrutura curricular prevista considera a flexibilidade curricular, uma vez que oferta disciplinas optativas, a interdisciplinaridade, presente, sobretudo, na extensão, a acessibilidade e a compatibilidade da carga horária total, já computadas em horas-relógio,

evidencia a articulação da teoria com a prática, e com a diversidade e amplitude da carga horária prática ao longo do curso e das diversas disciplinas.

O presente currículo considera, ainda, a necessária profundidade e complexidade crescente dos conteúdos e a interação dos conhecimentos com as outras áreas ou unidades curriculares, incluindo temáticas transversais e de formação ética e cidadã: educação ambiental, direitos humanos, étnico-raciais e indígenas, cultura da paz e aspectos sociais ou de responsabilidade social, éticos, econômicos e culturais.

Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribui diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional. Dessa forma, os componentes curriculares foram organizados ao longo dos semestres letivos considerando os seus aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais. E a sequência das unidades curriculares possibilitou a interligação dos conteúdos e a interdisciplinaridade.

A implantação de outras práticas interdisciplinares contribuiu para a sua efetivação, tais como:

- capacitações e reuniões de planejamento acadêmico dos docentes, visando a sincronização de atividades e programas e a coordenação comum das atividades pedagógicas;
- discussão coletiva sobre o PPC;
- projetos interdisciplinares;
- priorização da designação de docentes titulados, com experiência profissional, no magistério superior e em atividades jurídicas (capacidade para abordagem interdisciplinar, apresentar exemplos contextualizados e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral);
- desenvolvimento de avaliações e de projetos interdisciplinares. No desenvolvimento dessas práticas os docentes têm claras as interfaces dos componentes curriculares e as possíveis interrelações, criando, a partir disso, novos conhecimentos de forma relacional e contextual.

4.7.2 Oferta de Libras

O curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS atende ao Decreto 5.626/05 com a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) como optativa.

A contratação do Tradutor e Intérprete de Libras se dará para o cumprimento das seguintes atribuições, nos termos da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 (art. 6º):

- efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio de LIBRAS para a língua oral e vice-versa;
- interpretar, em LIBRAS, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades fim das instituições de ensino e repartições públicas;
- prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

4.7.3 Contextualização e Articulação Teoria-Prática

Os componentes curriculares possuem suas dimensões práticas. Foram organizados de modo a permitir a utilização de metodologias e práticas de ensino integradoras de conteúdos e de situações de prática, de modo que o futuro profissional compreenda e aprenda desde o início do curso as relações entre as diversas áreas de conhecimentos e a sua aplicação na complexidade da prática profissional.

Considerou-se a necessidade de fortalecer a articulação da teoria com a prática. A metodologia implantada e prevista no PPC coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática. Além disso, a experiência profissional do corpo docente contribuirá na sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, e no desenvolvimento da interação entre conteúdo e prática.

A contextualização e a atualização ocorrem no próprio processo de aprendizagem, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao

aprendizado, sobretudo, por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo e que estimulem a autonomia intelectual.

Além disso, na estrutura curricular o NDE valorizou a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação como base fundamental para uma formação sólida (estágios, investigação científica, extensão, atividades complementares).

A estrutura curricular torna-se inovadora na medida em que seus protagonistas são os docentes e discentes. Seus papéis, atitudes e performance também são modificados para a ela se adaptar. Considerando isso, a fim de que a estrutura curricular seja implantada em sua plenitude, torna-se necessária sua constante avaliação, para a efetiva integração entre os diferentes componentes curriculares pelos docentes, discentes, NDE, CPA e órgão colegiado de curso.

O planejamento, desenvolvimento e avaliação da estrutura curricular e da sua operacionalização, favorece ao corpo docente novos olhares sobre as concepções de ensinar e aprender. Aos discentes, induzem ao maior envolvimento, interconexão de conteúdos, aprofundamento de conhecimentos e de correlações entre teoria e prática nas abordagens estudadas, desdobrando num processo de aprendizagem mais significativo.

A prática do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS ocorre no Núcleo de Práticas Jurídicas, mas, também, por meio do AVA e de plataformas de simulações jurídicas virtuais, que utilizam elementos de gamificação e metodologia de problematização. Os estudantes do curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS terão familiaridade com todas as etapas de um processo judicial.

4.7.4 Percurso Formativo

O percurso formativo do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS atende a Resolução Nº 5, do Conselho Nacional de Educação / Câmara Educação Superior (CNE/CES), de 17 de dezembro de 2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Direito, bem como as suas alterações introduzidas pelo Parecer CNE/CES nº 757 de 10 de dezembro de 2020 e Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021.

Desse modo, o curso deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura

reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. Ainda, os planos de ensino do curso devem demonstrar como contribuirão para a adequada formação do graduando em face do perfil almejado pelo curso.

O curso de graduação em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, contempla em seu PPC, no respectivo ementário e nas atividades acadêmicas a serem desenvolvidas, as seguintes perspectivas formativas, já anteriormente explicitadas nesse PPC: **I - Formação geral; II - Formação técnico-jurídica; e III - Formação prático-profissional.**

Complementando a ideia acima apresentada, tem-se que as atividades de caráter prático-profissional e a ênfase na resolução de problemas devem estar presentes, nos termos definidos no PPC, de modo transversal, em todas as três perspectivas formativas. Ainda, sobre o PPC, esse inclui as três perspectivas formativas, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a formação pretendida.

As DCNs do Curso de Direito ressaltam que, tendo em vista a diversificação curricular, as IES poderão introduzir no PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário.

Tabela 1 - Perfil de Formação Resoluções CES/CNE nº 5/2018 e nº 2/2021-

Perspectivas Formativas	Eixo das Áreas	Componente Curricular	CH - h
Formação Geral	Língua Portuguesa	Argumentação e Gramática	60
	Educação Superior	Fundamentos do Ensino Superior	60
	Ciência Política	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60
	História e Filosofia	Análise Histórica e Filosófica do Direito	60
	Empreendedorismo	Atitude Empreendedora e Inovação	60
	Informática e Expressão gráfica; Letramento Digital	Tecnologias e Ambientes de Interação	60

	Relações Étnicas e Raciais e Direitos Humanos	Pluralismo Étnico-Racial, Diversidade e Direitos Humanos	60
	Gestão	Processos Organizacionais	60
	Educação Ambiental	Educação Ambiental e Consciência Ecológica	60
	Sociologia e Antropologia	Questões Socio antropológicas Controvertidas	60
	Economia	Cooperação, Economia Solidária e Compartilhada	60
	Psicologia	Psicologia Jurídica	60
	Ética	Ética Profissional	60
Formação Técnico-Jurídica	Teoria do Direito	Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica Bens, Atos, Fatos e Negócios Jurídicos	60
	Direito Constitucional	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais Organização dos Poderes e Controle de Constitucionalidade Ações Coletivas e Defesa dos Direitos das Minorias e Vulneráveis	60
	Direito Administrativo	Gestão da Administração Pública Compras no Setor Público e Compliance	60
	Direito Tributário e Direito Financeiro	Sistema Tributário Nacional Tributos em Espécie	60
	Direito Penal	Teoria Geral da Infração Penal Teoria da Pena Crimes contra a Pessoa, o Patrimônio, a Dignidade Sexual e a Administração Pública Legislação Penal Especial	60
	Direito Civil	Obrigações e Responsabilidade Civil Formação dos Contratos e suas Espécies Do Direito à Posse ao Direito das Megalópoles Novos Paradigmas das Famílias Sucessão Hereditária	60
	Direito Empresarial	Teoria da Empresa e Empresário Falência e Recuperação de Empresa e Títulos de Crédito e Valores Mobiliários	60
	Direito do Trabalho	Relações Laborais e Contrato de Trabalho Relação Jurídica Coletiva do	60

		Trabalho	
	Direito Internacional	Direito Internacional	60
	Direito Processual	Função Jurisdicional e Sujeitos Processuais - Jurisdição, Competência e Atos Processuais Tutelas Provisórias e Procedimento Comum Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação Cumprimento de Sentença e Execução Sistema Processual Penal Brasileiro Morfologia dos Procedimentos Penais e Prisões Meios de Impugnação e Execução Penal Procedimentos Trabalhistas e Meios de Impugnação	60
	Direito Previdenciário	Seguridade Social	60
	Direito Digital	Direito Digital e Inteligência Artificial	60
	Formas Consensuais de Solução de Conflitos	Métodos Adequados de Solução de Conflitos – MASCS	60
	Relações de Consumo	Relações de Consumo e Sustentabilidade	60
	Direito Agrário	Direito Agrário	60
	Direito Ambiental	Direito Ambiental	60
	Direito da Criança e do Adolescente	Direito da Criança e do Adolescente	60
Teoria da Decisão	Teoria dos Jogos	60	
Formação Prático-Profissional	Prática Jurídica	Laboratórios de Prática Jurídica: Prática Jurídica Cível Laboratórios de Prática Jurídica: Prática Jurídica Criminal Laboratórios de Prática Jurídica: Prática Jurídica Trabalhista Laboratórios de Prática Jurídica: Prática Jurídica Interdisciplinar	60
	Letramento Digital	Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada	60
	Trabalho de Curso	Metodologia do Trabalho Científico Trabalho de Curso (Projeto)	60

4.8 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares estabelecidos no presente Projeto Pedagógico do Curso, de acordo com as DCNs, estão atualizados e possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, de acordo com as políticas institucionais implantadas.

Essa estrutura curricular é fruto de discussões do NDE, considerando que organização curricular do curso deve articular as unidades de conhecimento de formação específica e ampliada, definindo as respectivas denominações, ementas e cargas horárias em coerência com o marco conceitual e as competências e habilidades almejadas para o profissional que pretende formar.

Assim, os conteúdos são relevantes e coerentes com os objetivos do curso, às necessidades locais e regionais, o perfil do egresso, as DCN's e a modalidade de oferta contando com adequado dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento. Além disso, são enriquecidos por Atividades Complementares.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS oferta em seus cursos de graduação mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, como monitorias, estágios, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares e cursos realizados em áreas afins.

O ementário explicita as linhas mestras dos conteúdos que são desenvolvidos em cada unidade curricular, seguido de bibliografia básica e complementar. A bibliografia básica e complementar utilizadas foram referendadas pelo NDE em relação aos componentes curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos).

A bibliografia prevista no presente Projeto Pedagógico de Curso é utilizada nos Planos de Ensino, está atualizada e considera os aspectos teórico-práticos da formação, a matriz curricular e o perfil do egresso.

Deve-se registrar que o estudo das políticas de educação ambiental, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, é realizado de modo transversal, contínuo e permanente. Tal conteúdo é contemplado no componente curricular *Educação Ambiental e Consciência Ecológica*.

Ademais, em atendimento à Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, no componente curricular *Pluralismo Étnico-racial, Diversidade e Direitos Humanos*, são desenvolvidos temas objetivando a educação das relações étnico-raciais, o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, assim como conteúdos da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Por fim, destaca-se que é contemplado no curso conteúdos relacionados às Diretrizes Curriculares Nacionais para a *Educação em Direitos Humanos*, conforme a determinação da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 em especial nas disciplinas Pluralismo Étnico-racial, Diversidade e Direitos Humanos.

Os conteúdos de formação geral e específica definidos pelo NDE; a abordagem de temáticas transversais (pertinentes à formação ética e cidadã, às políticas de educação ambiental, e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena); a sistemática estratégia de atualização curricular pelo NDE, derivada da avaliação interna e externa e do perfil do egresso; somados ao desenvolvimento de atividades de extensão e investigação científica, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

4.8.1 Diferenciais e Inovação no Âmbito do Curso de Direito

A estrutura curricular do Curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS explicita claramente a articulação entre os seus diversos componentes curriculares no percurso de formação e apresenta inovação no currículo com as disciplinas de Atitude Empreendedora e Inovação; Tecnologias e Ambientes de Interação; Cooperação, Economia Solidária e Compartilhada; Relações de Consumo e Sustentabilidade.

No processo de ensino-aprendizagem é através das metodologias ativas que o aluno se torna protagonista e responsável pelo processo de aprendizagem. Esse modelo tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da capacidade de absorção de conhecimento de maneira autônoma e participativa.

Segundo a teoria do psiquiatra americano William Glasser, as pessoas geralmente aprendem da seguinte maneira: Lendo 10%; Escrevendo 20%; Observando e escutando 50%; discutindo com outras pessoas 70%; Praticando 80%; Ensinando 95%, evidenciando que a absorção do conhecimento de maneira ativa é maior.

Pensando o estudante no centro do processo, como protagonista de sua aprendizagem, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS incentiva e realiza a capacitação para que os docentes utilizem metodologias ativas na sua prática pedagógica, a saber:

- *Project based learning* (PBL): nessa metodologia a aprendizagem é baseada em projetos ou problemas (ABP em português) e tem por objetivo fazer com que os alunos adquiram o conhecimento por meio da solução colaborativa de desafios.
- Estudo de caso: Tem origem na Aprendizagem baseada em problemas e oferece a oportunidade de explorar diversos conhecimentos em situações contextualizadas e complexas. Os estudos de caso são relatos da vida real apresentados com a finalidade de preparar para a resolução desses problemas reais.
- *Team Based Learning* (TBL), em português, aprendizagem por pares ou time. Trata-se de formação de equipe na turma para que o aprendizado seja feito em conjunto e compartilhado.
- *Flipped Classroom* – em português, sala de aula invertida. Tem por objetivo substituir a maioria da parte das aulas expositivas por conteúdos disponibilizados em momentos anteriores a fim de otimizar o tempo de aula. Isso faz com que o aluno chegue com um conhecimento prévio e tire dúvidas com o professor e colegas para resolver problemas ou analisar estudos de caso.

Na metodologia ativa o aprendizado é algo prazeroso e o aluno assume o papel de protagonista do seu processo, o que o auxilia a resolver problemas, tornando-o um profissional mais qualificado e valorizado pelo mercado.

Para tanto, a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS fechou uma parceria com a Plataforma *DreamShaper*, que permite uma aprendizagem baseada em projetos e ativa. A aplicação é desenvolvida por meio de ferramentas que permitem que o aluno tenha um guia “passo-a-passo” pré-definido sobre as etapas de um projeto e que podem se adaptar a qualquer tema ou unidade curricular, garantindo a autonomia dos alunos na construção dos projetos e está centrada em 3 pilares: Aprendizagem Baseada em Projetos; Aprendizagem Baseada em Problemas e Aprendizagem Colaborativa.

Adicionalmente, a Plataforma possui conteúdos motivadores e foi desenhada para proporcionar uma experiência de ensino-aprendizagem com o apoio de conteúdos pedagógicos de suporte às metodologias para garantir que os alunos sejam capazes de trabalhar autonomamente. Possui funcionalidades especificamente desenhadas para proporcionar uma boa experiência de ensino-aprendizagem baseada em projetos aos alunos e facilitar o acompanhamento e *feedback* por parte do professor. A ferramenta auxilia o

processo de ensino e aprendizagem de modo que a atuação docente no regime de oferta presencial seja permeada de boas práticas inovadoras.

4.8.2. Compatibilidade e adequação da carga horária e Adequação Bibliográfica

No curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS assume papel de protagonismo em relação a garantia da compatibilidade da carga horária das disciplinas, se reunindo conforme preconiza o regulamento do NDE, para dialogar sobre a compatibilidade da carga horária, a atualidade dos conteúdos e a adequação da bibliografia, registrada em ata e em relatório do acervo da bibliografia básica, complementar e dos periódicos, visando demonstrar a compatibilidade, em todos os componentes curriculares.

4.9 Matriz Curricular

SEM	COMPONENTE CURRICULAR	MODALIDADE			CH teórica/prática		TOTAL
		Presencial	Ensino à distância (EAD)	Extensão	TEÓRICA	PRÁTICA	
1	Argumentação e Gramática	30	20	10	20	30	60
1	Fundamentos do Ensino Superior		60		30	30	60
1	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60			30	30	60
1	Análise histórica e filosófica do Direito	30			30		30
1	Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica	60			30	30	60
Subtotal		180	80	10	140	120	270
2	Atitude Empreendedora e Inovação		60		30	30	60
2	Bens, Atos, Fatos e Negócios Jurídicos	60			30	30	60
2	Função jurisdicional e sujeitos processuais - Jurisdição, Competência e Atos Processuais	30			30		30
2	Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	30		30	30		60
2	Teoria Geral da Infração Penal	60			30	30	60
	Projeto de Extensão 1B			60			60
Subtotal		180	60	90	150	90	330

3	Pluralismo Étnico-Racial, Diversidade e Direitos Humanos		60		30	30	60
3	Tecnologias e Ambientes de Interação		60		30	30	60
3	Métodos Adequados de Solução de Conflitos - MASCs	30	20	10	20	30	60
3	Obrigações e Responsabilidade Civil	60			30	30	60
3	Organização dos Poderes e Controle de Constitucionalidade	30	30		30	30	60
3	Teoria da Pena	60			30	30	60
3	Projeto de Extensão 2A			60			60
Subtotal		180	170	70	170	180	420
4	Processos Organizacionais		60		30	30	60
4	Tutelas Provisórias e Procedimento Comum	60			30	30	60
4	Crimes contra a Pessoa, o Patrimônio, a Dignidade Sexual e a Administração Pública	60			30	30	60
4	Formação dos Contratos e suas Espécies	30	20	10	20	30	60
4	Gestão da Administração Pública	30	20	10	20	30	60
4	Psicologia Jurídica		30	30	30		60
Subtotal		180	130	50	160	150	360
5	Educação Ambiental e Consciência Ecológica		60		30	30	60
5	Questões Socioantropológicas Controvertidas		60		30	30	60
5	Compras no Setor Público e Compliance	60			30	30	60
5	Do Direito à Posse ao Direito das Megalópoles	30	30		20	30	60
5	Legislação Penal Especial	60			30	30	60
5	Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária	30	20	10	20	30	60
	Projeto de Extensão 3A			60			60
Subtotal		180	170	70	160	180	420
6	Cooperação, Economia Solidária e Compartilhada	30	20	10	20	30	60
6	Metodologia do Trabalho Científico		60		30	30	60
6	Ações Coletivas e Defesa dos direitos das minorias e vulneráveis	30	20	10	20	30	60
6	Novos Paradigmas das Famílias	30	30		20	30	60
6	Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação	60			30	30	60
6	Sistema Acusatório Brasileiro	30	20	10	20	30	60
Subtotal		180	150	30	140	180	360

7	Relações de Consumo e Sustentabilidade		60		30	30	60
7	Cumprimento de Sentença e Execução	30	20	10	20	30	60
7	Relações Laborais e Contrato de Trabalho	60			30	30	60
7	Sucessão Hereditária	30	20	10	20	30	60
7	Morfologia dos procedimentos penais e prisões	60			30	30	60
7	Laboratórios de prática jurídica 4A: Prática Jurídica Cível					100	100
Subtotal		180	100	20	130	250	400
8	Meios de Impugnação e Execução Penal	60			30	30	60
8	Optativa		60		30	30	60
8	Relação Jurídica Coletiva do Trabalho	30		30		30	60
8	Sistema Tributário Nacional	60			30	30	60
8	Teoria da Empresa e Empresário	30			30		30
8	Laboratórios de prática jurídica 4B: Prática Jurídica Criminal					100	100
Subtotal		180	60	30	120	220	370
9	Teoria dos Jogos - DIR		30			60	30
9	Falência e Recuperação de Empresa e Títulos de Crédito e Valores Mobiliários	60			30	30	60
9	Procedimentos Trabalhistas e Meios de Impugnação	60			30	30	60
9	Trabalho de Conclusão do Curso - Projeto	30	30		30	30	60
9	Tributos em Espécie	30			30		30
9	Laboratórios de prática jurídica 5A: Prática Jurídica Trabalhista					100	100
Subtotal		180	60	0	120	250	340
10	Direito e Inteligência Artificial	30	20	10	20	30	60
10	Direito Internacional	60			30	30	60
10	Ética Profissional	30				30	30
10	Seguridade Social	60			30	30	60
10	Trabalho de Conclusão do Curso 5B		60		30	30	60
10	Laboratórios de prática jurídica 5B: Prática Jurídica Interdisciplinar					100	100
Subtotal		180	80	10	110	250	370
	Atividades Complementares						60
Total		1800	1060	380	1400	1870	3700

Carga-horária TCC	120	3,24%
Carga-horária Presencial (aula)	1680	45,41%
Carga-horária Estágio	400	10,81%
Carga-horária Extensão	380	10,27%
Carga-horária Atividades Complementares	60	1,62%
Carga-horária Ensino à Distância (EAD) TOTAL	1060	28,65%
Carga-horária Total do Curso	3700	100,00%

ATIVIDADE COMPLEMENTAR + PRÁTICA JURÍDICA até 20%	460	12,43%
--	------------	---------------

*Dentre as optativas é ofertada a Disciplina de:

DISCIPLINA	Ch - h
Direito Eleitoral	60
Direito Portuário	60
Relações Jurídicas Desportivas	60
Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos	60
Libras	60
Ações Coletivas e Defesa dos Direitos das Minorias Vulneráveis	60
Direito Agrário	60
Direito Ambiental	60
Estatuto da Criança e do Adolescente	60

4.10 Ementário e Bibliografia

Anexo 01 desse documentos.

4.11 Atividades Acadêmicas no Âmbito do Curso

4.11.1 Estágio Supervisionado

O curso de bacharelado em Direito cumpre os requisitos das DCN ao ofertar o Estágio Curricular Supervisionado como um componente da matriz curricular, que corresponde a

10,81 % da carga horária total do curso, que ocorrerá a partir do 7º semestre com carga horária total de 400 horas.

O professor supervisor de estágio acompanha o cumprimento mínimo das horas de atividades relacionadas ao currículo, bem como avalia todo o seu desenvolvimento, realizando a supervisão da produção de registros reflexivos e de outras avaliações periódicas das etapas, que culminam na apresentação de um relatório de estágio final.

Os alunos realizam as atividades inerentes aos estágios curriculares supervisionados nos campi apropriados para o objetivo geral de cada estágio. Há a possibilidade de realizar a carga horária presencial do Estágio Curricular Supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica, nas instituições e organizações públicas e particulares, além de setores acadêmicos e administrativos da própria Instituição, dentre outras opções que viabilizarão uma oportunidade para os alunos vivenciarem a práxis formativo-profissional do seu curso.

Todo esse conjunto de tarefas diversificadas e específicas, além de lhes proporcionar a experiência necessária para o preparo profissional, possibilita-lhes uma visão concreta sobre o mercado de trabalho. Para além disso, o estágio promove o enriquecimento das experiências de convívio, de troca e de aperfeiçoamento de saberes e, sobretudo, de contato com situações reais de resolução de problemas e de conflitos, liderança, solução de problemas, atenção à saúde e produção de conhecimento que necessariamente implicará em aprendizagem significativa relacionada às questões éticas do exercício profissional.

É assim que, na IES, por meio dessa metodologia de organização das aprendizagens, baseada no princípio da avaliação processual e formativa, o Estágio Curricular Supervisionado consegue cumprir seu papel formativo de integrar disciplinas e informações coletadas ao longo do curso, organizando-as de forma criteriosa, propiciando aos estudantes aprofundar seus conhecimentos em uma área específica selecionada por eles, a partir de suas inclinações e habilidades.

Trata-se de componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado. Permite a integração das disciplinas que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e prepara os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

É objetivo do estágio supervisionado dar ao discente a oportunidade de estar em contato com profissionais de várias áreas em seu local de trabalho, seja no ambiente virtual

e/ou presencial, atuar de forma multi e transdisciplinar, conhecer a realidade do exercício da profissão em toda a sua complexidade e em todas as suas áreas de atuação. As atividades extramuros serão desenvolvidas em instituições públicas e privadas no município e nos municípios onde o aluno tiver interesse em atuar futuramente.

A organização do Estágio Curricular Supervisionado tem regulamento próprio e é uma proposta da Coordenação do Curso e NDE, em acordo com as rotinas dos campos de estágio das instituições conveniadas. A Coordenação do Curso trabalha em conjunto com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades do estágio supervisionado. No estágio curricular supervisionado, o docente orientador e o supervisor da unidade concedente atuam como facilitadores do processo ensino-aprendizagem, acompanhando o andamento das atividades por meio de orientação sistemática dos discentes nos locais cedentes de campo de estágio.

Na Prática Jurídica Simulada, o estudante executa expedientes relacionados, especialmente, ao exercício da advocacia, sob orientação de professor, que incluem visitas relatadas a órgãos judiciários, análise de autos findos, redação de atos jurídicos e profissionais, assistência e elaboração de relatórios de audiências e sessões de julgamento.

A Prática Jurídica Simulada é realizada em quatro unidades curriculares, respectivamente, no 7º, 8º, 9º e no 10º período do curso, por meio de atividades síncronas e assíncronas, nos ambientes virtuais e presenciais de aprendizagem. Nas Oficinas de Prática Jurídica o estudante experimentará atividades típicas de variadas profissões jurídicas para além da advocacia contenciosa.

As práticas jurídicas simuladas contam também com laboratórios e plataforma digitais que contribuirão ao estímulo e desenvolvimento das competências técnico-profissionais no aluno, possibilitando a realização de representações com semelhança de todas as modalidades de atos e ritos que compõem as principais atividades forenses cotidianamente enfrentadas pelos diversos atores jurídicos. Neste sentido, o *Laboratório Virtual da Algetec* proporciona ao acadêmico o direcionamento necessário à solução de casos, mediante trilhas que proporcionem a elaboração de peças processuais inerentes ao exercício profissional.

Na Prática Jurídica Real, o estudante encontra oportunidade para promover efetiva intervenção na comunidade, por meio de atividades de assistência jurídica, de mediação e arbitragem, de estágios conveniados e de extensão.

Mais uma vez, cabe ao estudante definir o percurso a ser seguido. Na Prática Jurídica Real, oferecida, respectivamente, do 7º ao 10º períodos do Curso, o estudante executará expedientes relacionados, especialmente, ao exercício da advocacia, sob orientação de

professor, que podem incluir atendimento jurídico a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, envolvendo entrevista e aconselhamento do demandante, investigação de fatos e produção de provas, redação de atos jurídicos e peças profissionais, planejamento estratégico e acompanhamento processual, instauração de processo judicial ou administrativo, análise de autos e execução de rotinas processuais, atuação em audiências e sessões de julgamento.

O estudante também deve atuar na solução de conflitos a partir de mecanismos extrajudiciais, contribuindo, por um lado, para divulgação da negociação, da mediação e da arbitragem, e, por outro, mediante a prática de tutela coletiva, para promoção do amplo acesso à justiça, da cultura da paz e da construção consensual de decisões, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

É relevante destacar que todos os alunos que estejam matriculados no Estágio Supervisionado de Prática Real com o atendimento de casos concretos devem frequentar o Núcleo de Prática Jurídica de acordo com plano de atividades desenvolvido pelo próprio NPJ. Esta exigência poderá ser excepcionada por meio da participação em estágios reais oferecidos por entidades públicas – Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Ministério Público, Procuradorias, Defensoria Pública etc., ou empresas privadas, pessoas jurídicas ou físicas que mantenham convênio para tal fim, em conformidade com a legislação aplicável e com o disposto no Regulamento próprio.

4.11.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é componente curricular obrigatório, institucionalizado e regulamentado, enriquecedor e implementador do perfil do formando. Sua carga horária e períodos foram pensados e referendados pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso. O Trabalho de Conclusão de Curso evidencia uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abre pistas possíveis e futuras de investigação.

Entende-se como Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa, relatada sob a forma de monografia e artigo científico, desenvolvida individualmente pelo aluno, sob orientação docente.

A realização da atividade envolve momentos de orientação e elaboração de um projeto de pesquisa; assim como o desenvolvimento dessa pesquisa e sua validação perante banca

examinadora, assegurada a necessária publicidade para uma efetiva divulgação dos resultados obtidos. A aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso é indispensável à colação de grau.

O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo orientador e composta por, pelo menos, mais 02 (dois) professores designados pelo professor indicado para o acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso, consideradas as sugestões do orientador.

O trabalho de conclusão de Curso tem regulamento próprio e ao aluno é disponibilizado manual, para instruí-lo na construção dos trabalhos finais, atualizado periodicamente. Os trabalhos finais passam a compor o acervo da biblioteca e são disponibilizados em repositório institucional acessível pela internet.

4.11.3 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e implementadores do perfil do formando. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado de trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso.

De acordo com o Regulamento das Atividades Complementares, entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares, obrigatórios da matriz, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do futuro profissional.

Consideram-se Atividades Complementares aquelas pela IES, ou por qualquer outra instituição devidamente credenciada, classificadas nas seguintes modalidades:

- I – Grupo 1: Atividades vinculadas ao ensino;
- II – Grupo 2: Atividades vinculadas à investigação científica;
- III – Grupo 3: Atividades vinculadas à extensão.

Serão consideradas atividades vinculadas ao ensino, no Grupo 1, *Atividades vinculadas ao ensino*: a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do Curso, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno; o exercício efetivo de monitoria, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável; o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

Serão consideradas atividade vinculada à investigação científica, no Grupo 2, *Atividades vinculadas à investigação científica*: o conjunto de ações sistematizadas e coordenadas por um professor orientador, voltadas para a investigação de tema relevante para a formação profissional; as atividades desenvolvidas em grupos de estudos e vinculadas a grupo de investigação científica cadastrado na Instituição poderá ser computada como Atividades Complementares e Extraclasse de investigação científica.

Serão consideradas atividades vinculadas à extensão, no Grupo 3 *Atividades vinculadas à extensão*: as desenvolvidas em cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios, conferências, palestras, oficinas, semanas acadêmicas ou outras similares.

4.11.4 Atividades de Pesquisa e Monitoria

No curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS a pesquisa atrelada ao ensino possibilitará ao saber acadêmico a articulação com os vários setores da sociedade, identificando aquilo que deve ser pesquisado, suas finalidades e interesses, e como os novos conhecimentos podem participar da dinâmica das transformações sociais.

Dentre as atividades de pesquisa estão o trabalho de conclusão de curso; participação em grupos de pesquisa; iniciação científica; incentivo a publicação sob a supervisão do orientador.

A Monitoria, com regulamento próprio, é compreendida como uma atividade desenvolvida na graduação, nas unidades curriculares, mediante orientação docente, cujo objetivo é propiciar oportunidade de crescimento intelectual e profissional para estudantes que revelem interesse pela carreira acadêmica, ou que queiram ampliar seu referencial de qualificação.

Para ser monitor o aluno precisa já ter cursado a unidade curricular e deverá exercer junto com o seu professor orientador atividades técnico-didáticas de acordo com seu grau de

conhecimento. O aluno precisa apresentar um projeto de monitoria que precisa ser aprovado e acompanhado pelo professor orientador e a banca examinadora.

Dentre as atividades de monitoria estão as tarefas de ensino, iniciação científica/pesquisa e extensão, auxiliando os professores na realização de trabalhos práticos, conforme o projeto aprovado, cronograma e regulamentação institucional para as atividades de monitoria.

4.11.5 Atividades de Extensão

No curso de bacharelado em Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS a extensão é compreendida como um processo educativo de formação continuada, curricularizada e interdisciplinar para os acadêmicos e pode acontecer em diversos formatos e modalidades.

Conforme a Resolução CNE/CES 07/2018, no artigo 3º as atividades de extensão também devem ser inseridas na matriz curricular: “ A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político e educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

No artigo 8º, desse mesmo documento, são apresentadas as modalidades possíveis de oferta da extensão: cursos e oficinas; programas; eventos; projetos e prestação de serviços. O caráter diverso da extensão atende o princípio constitucional de indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, as atividades extensionistas acontecem de duas formas: parte das atividades extensionistas está associada à matriz curricular de forma prática e integrada aos conteúdos das unidades curriculares necessários à formação do perfil do egresso e ao seu contexto profissional, trabalhada pelo professor da unidade curricular em consonância com as práticas extensionistas e, parte como unidade curricular específica trabalhada pelo professor Orientador da Extensão, sob a supervisão da Coordenação da Extensão.

Para a de extensão, os alunos trabalham com a construção de projetos voltados para a comunidade com os temas transversais e projetos relacionados ao curso e sua aplicabilidade:

- direitos humanos;

- educação ambiental;
- história e cultura afrobrasileira e indígena;
- promoção da cultura da PAZ;
- projetos na área de conhecimento do curso definidos com o professor orientador e coordenação de extensão de relevância para a comunidade.

A proposta é que o acadêmico, para além das atividades extensionistas, seja o protagonista na elaboração e aplicação dos projetos que desenvolve para a comunidade. O professor nesse contexto assume o papel de orientador dos projetos e conduzirá os acadêmicos nessa jornada rumo ao conhecimento. Todos os projetos são desenvolvidos via plataforma *DreamShaper*, que possibilita que o trabalho seja realizado a partir de Metodologia Ativa.

Nesse contexto, o aluno passa a ser o protagonista e o responsável pelo processo de ensino e aprendizagem o que o auxilia a resolver problemas, tornando-o um profissional mais qualificado e valorizado pelo mercado. Esse modelo tem como objetivo incentivar o desenvolvimento da capacidade de absorção de conhecimento de maneira autônoma e participativa.

A avaliação do projeto é feita pelo professor orientador via plataforma que fornece subsídios e relatórios do grupo de trabalho ao professor e é avaliada como componente curricular com média 6,0.

5 METODOLOGIA E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

5.1 Metodologia de Ensino-Aprendizagem no Curso de Direito

As metodologias e técnicas didático-pedagógicas praticadas contribuem para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem emancipatório, permitindo a abertura de espaços para a construção do próprio conhecimento.

A metodologia de aprendizagem norteadora do Curso será a problematização (PBL), acompanhada de outras metodologias ativas a serem aplicadas, de modo especial, na jornada virtual de aprendizagem dos discentes, mas, também, nos momentos presenciais.

Sendo assim, os conteúdos são apresentados partindo-se de uma postura problematizadora em relação aos assuntos a serem estudados, de modo a fornecer ao professor

uma constante atualização do perfil do aluno, bem como o grau de dificuldade identificado durante o processo de ensino-aprendizagem.

Tal procedimento possibilita ao professor a implementação de ações que se fizerem necessárias à minimização das dificuldades constatadas e evitará que o aluno assuma uma postura de mero espectador, participando ativamente da aula. Isso significa uma metodologia de ensino dinâmica, que privilegia o debate ao invés das aulas puramente expositivas.

Adicionalmente, outras estratégias de ensino devem ser cuidadosamente selecionadas e planejadas, de modo a propiciar situações que:

- viabilizem posicionamentos críticos;
- proponham problemas e questões, como pontos de partida para discussões;
- definam a relevância de um problema por sua capacidade de propiciar o saber pensar, não se reduzindo, assim, à aplicação mecânica de fórmulas feitas;
- provoquem a necessidade de busca de informação;
- enfatizem a manipulação do conhecimento, não a sua aquisição;
- otimizem a argumentação e a contra argumentação para a comprovação de pontos de vista;
- dissolvam receitas prontas, criando oportunidades para tentativas e erros;
- desmistifiquem o erro, desencadeando a preocupação com a provisoriedade do conhecimento, a necessidade de formulação de argumentações mais sólidas;
- tratem o conhecimento como um processo, tendo em vista que ele deve ser retomado, superado e transformado em novos conhecimentos.

A adoção desses critérios neutraliza a preocupação em repassar conhecimentos a serem apenas copiados e reproduzidos, desafiando os alunos a fomentar sua capacidade de problematizar e buscar respostas próprias, calcadas em argumentos convincentes.

No desenvolvimento do Curso são utilizadas metodologias ativas e interativas, centradas no aluno e voltadas para o seu desenvolvimento intelectual.

Também como opção metodológica para os diversos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do Curso, pode-se citar a utilização de investigações científicas pontuais voltadas para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do conhecimento, assim como para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Além disso, são desenvolvidos, entre outros métodos e técnicas, as seguintes opções: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, visitas técnicas, aulas práticas, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

São estimuladas a realização de atividades interativas e virtuais, tais como: discussão;

debate; mesa redonda; seminário; webinars; simpósio; painel; diálogo, entrevista; e estudo de casos.

5.2 Estruturação das Disciplinas Digitais e Recursos Didáticos e Tecnológicos

Estudos publicados nos últimos anos (Tori, 2010; Moran, 2011) apontam como tendência um modelo híbrido de educação que articula momentos presenciais e à distância. Nesse sentido, Moran destaca que:

caminhamos para fórmulas diferentes de organização de processos de ensino-aprendizagem. Caminhamos rapidamente para a flexibilização progressiva e acentuada de cursos, tempos, espaços, gerenciamento, interação, metodologias, tecnologias, avaliação. Isso nos obriga a experimentar pessoal e institucionalmente modelos de cursos, de aulas, de técnicas, de pesquisa, de comunicação. Todas as universidades e organizações educacionais, em todos os níveis, precisam experimentar novas soluções para cada situação, curso, grupo. (MORAN, 2011, p. 146)

Atenta a este contexto, vem realizando iniciativas para a consolidação da oferta de unidade curricular híbrida e à distância em seus cursos presenciais. Essas disciplinas estão sob a Coordenação do Núcleo Integrado de Formação Digital (NFID), que incorporaram nos projetos pedagógicos dos cursos as unidades curriculares híbrida e à distância.

A oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de professores, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e no plano de ensino da unidade curricular, citada na Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019.

Esta Portaria estabelece que as unidades curriculares com esta metodologia podem ser ofertadas integral ou parcialmente à distância, desde que esta oferta não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso.

A opção da Instituição pela oferta de unidade curricular híbrida e à distância tem por finalidade desenvolver uma cultura do uso da tecnologia no contexto acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de estratégias metodológicas que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo educacional.

Visa ainda flexibilizar tempo e espaço de estudos dos estudantes, criando condições para o desenvolvimento contínuo da autonomia intelectual com vista a uma aprendizagem ao longo da vida, além de proporcionar inovação pedagógica no currículo realizada através de recursos didáticos com suporte tecnológico.

Na IES, as unidades curriculares híbridas e à distância são coordenadas pela Direção Acadêmico-Pedagógica, Direção Geral, Coordenações de curso e Coordenação do Núcleo Integrado de Formação Digital, que têm a responsabilidade de acompanhar o processo de ensino- aprendizagem durante o semestre, e oferecer ao professor possibilidade de formação continuada para o uso de tecnologias na educação.

Entre as suas funções, o NIFD tem que prestar esclarecimentos no início do semestre letivo, quanto ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), metodologia da unidade curricular híbrida e à distância, elaborar panfleto informativo, manual, cronograma e formação do estudante.

Cabe ainda ao NIFD e coordenadores de curso, apoiar e orientar os professores na construção do plano de ensino que deverá conter informações detalhadas sobre a:

- metodologia de ensino: de que forma o conteúdo será desenvolvido;
- avaliação: de que forma será o processo de avaliação, considerando que deverá ser composto por atividades avaliativas e avaliações escrita;
- cronograma de aulas: estabelecimento de datas das aulas, encontros, fórum síncrono e avaliações escrita;
- atendimento ao estudante: realizado nos encontros semanais (híbrida) e fórum síncrono e AVA (à distância).

Na organização didático-pedagógica das unidades curriculares, os encontros professor-estudante deverão estar articulados com os momentos de estudos orientados a distância.

A unidade curricular híbrida e à distância possui características peculiares, por exemplo, o rompimento da lógica do tempo e espaço e a utilização sistemática das tecnologias da informação e da comunicação na mediação pedagógica e na organização do conteúdo, que requerem atenção especial no processo educacional. Assim, se faz necessário que o professor, antes de assumir uma unidade curricular com esta metodologia, realize o curso de formação sobre essa temática, oferecido pela Direção Acadêmico-Pedagógica. É essencial também que, durante todo o semestre, o professor participe de formações e/ou reuniões, sempre que convidado.

Para as unidades curriculares à distância o estudante será acompanhado sistematicamente pelo professor, que desempenha também a função de tutoria. No

desenvolvimento da tutoria, o professor dará apoio ao processo de aprendizagem de cada estudante através das ferramentas de comunicação do AVA. Destaca-se que os momentos de estudos orientados à distância constituem-se de grande relevância, pois, além de exigir compromisso do estudante com o seu processo de aprendizagem, demandam interação entre professor e estudante; estudante e estudante a partir de atividades dialógicas e colaborativas que abordam as questões sobre o objeto de estudo, propiciando maior desenvolvimento da aprendizagem.

Toda a comunicação com o estudante deve estar registrada obrigatoriamente no AVA. Portanto, é vedado ao estudante encaminhar trabalhos por e-mail ou outras plataformas digitais.

Para a unidade curricular híbrida o professor irá trabalhar a sala de aula invertida: os acadêmicos acessam previamente os conteúdos no AVA, e, durante os encontros semanais, desenvolvem a aplicação, o debate e a argumentação. Deve-se observar que o relacionamento do estudante com o conteúdo no AVA otimiza o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, pois o estudante, além de preparar-se para as aulas presenciais, tem a possibilidade de complementar, reforçar e realizar atividades de aprofundamento, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem.

5.2.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O principal Ambiente de Aprendizagem Virtual utilizado pela Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS é o Moodle, instalado em servidores contratados terceirizados, escaláveis, seguro e redundante e o ambiente do Google for Education.

A Coordenação Núcleo Integrado de Formação Digital (NFID) é responsável por gerir a adequação do Moodle aos requisitos do PDI e prover a sua integração com os demais sistemas e rotinas da instituição.

A plataforma de aprendizagem utilizada, o ambiente Moodle, é um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS – Learning Management System) ou ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, livre, gratuito, customizável e utiliza recursos tecnológicos avançados o que possibilita aos professores e administradores a criação de ambientes de aprendizado diversos que são seguros e robustos.

Trata-se de uma plataforma onde são disponibilizados os conteúdos e atividades das unidades curriculares híbridas e/ou a distância dos cursos e que prevê mecanismos de

comunicação, cooperação e coordenação disponibilizados através de diversas ferramentas tornando-se um ambiente de aprendizagem acessível para alunos, professores e tutores.

O Moodle está pautado em sistemas operacionais livres e inovadores que visam potencializar constantemente maior interatividade e navegabilidade de todos seus usuários (docentes, discentes, tutores) de forma atemporal, rompendo barreiras geográficas de localização e tempos pré-determinados.

Neste sentido, o aluno tem acesso a um portal com alto grau de interatividade, podendo desenvolver o processo de aprendizagem munido de diversos recursos tais como vídeos, questionários, fóruns e até mesmo laboratórios.

5.2.2 Produção e Distribuição de Material Didático

Os materiais didáticos são disponibilizados digitalmente em a Parceria com a Sagah +, disponibilizado para os alunos acesso as Unidades de Aprendizagem que contemplam:

- portfólio com mais 19.424 unidades de aprendizagem, elaboradas para atender a 58 cursos de graduação.
- os livros que apoiam as unidades de aprendizagem são elaborados em linguagem dialógica visando tornar o conteúdo mais próximo da linguagem do aluno.
- 61 objetos de realidade aumentada disponíveis em unidades de aprendizagem; 17 disciplinas concluídas.
- 10 vídeos 360° disponíveis em unidades de aprendizagem; 1 vídeo de realidade virtual disponível em unidade de aprendizagem.
- parte dos vídeos disponíveis nas unidades de aprendizagem são gravados pelo núcleo de realização audiovisual em estúdios, cozinhas, academias ou utilizando técnicas como lightboard (cálculo), entrevistas e simulações.
- conteúdos se ajustam ao dispositivo do aluno (computador, notebook, tablet, smartphones) permitindo que tenha uma experiência única de aprendizagem independente do tamanho de sua tela.
- disponibiliza uma versão adaptada das unidades de aprendizagem para alunos com deficiência visual e auditiva.
- versão para impressão é desenhada para fornecer o conteúdo na íntegra. de forma que os alunos conseguem acessar o conteúdo offline e/ou ainda imprimi-lo para realizar anotações.

- a unidade de aprendizagem (ua) é composta por objetos de aprendizagem que permitem ao aluno desempenhar um papel ativo no processo de construção do conhecimento.
- materiais de estudo com: apresentação, desafio, infográfico, conteúdo do livro, dica do professor, exercícios de fixação, na prática e saiba mais.

5.3 Mecanismos de Avaliação

5.3.1 Avaliação do Ensino-Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem no Curso está centrado no aluno, enfatizando novas formas de estudar, pensar e adquirir conhecimento, considerando a necessidade de desenvolver as competências e habilidades cognitivas, instrumentais e interpessoais estabelecidas no perfil do egresso.

É enfatizada a articulação entre o conhecimento teórico e prático, de modo transversal e permanente, em todo o desenvolvimento do curso. Especial atenção será dada à resolução de problemas, razão pela qual a metodologia de ensino e aprendizagem será essencialmente ativa.

Nesse cenário, a avaliação do processo ensino-aprendizagem pode compreender diferentes modalidades avaliativas, considerando os objetivos de cada etapa da formação profissional. A avaliação do desempenho acadêmico é pensada pelo NDE e Colegiado de Curso, sendo aprovada pelo CONSU por meio de Resolução.

Na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS, do ponto de vista pedagógico, a avaliação só faz sentido quando se insere em um projeto educativo que fornece informações que possibilitem orientar a ação dos atores envolvidos no processo de construção do conhecimento e que indique rumos para a ação pedagógica.

O processo avaliativo é processual e formativo, realizado de forma diversificada e sob um olhar reflexivo e acontece de várias formas: prova escrita, projetos, exercícios, trabalhos em grupo. É realizada de forma contínua e nesse sentido é entendida como um processo e deve prever mecanismos de acompanhamento dos estudantes.

Os professores das disciplinas são os responsáveis por elaborar e corrigir as questões avaliativas. É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas em Regulamento próprio.

A Resolução destina-se às unidades curriculares presentes nas matrizes curriculares dos cursos de Graduação. Para os demais componentes curriculares, como, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, projetos de extensão, projetos interdisciplinares e atividades complementares, o sistema de avaliação será determinado por regulamentação própria de cada Curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares do curso.

A avaliação do desempenho acadêmico é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo realizada por unidade curricular e incide sobre a frequência e o desempenho escolar do estudante.

Para aprovação na unidade curricular o estudante deverá obter frequência igual ou superior 75%..

O desempenho acadêmico se dará por meio de mensuração dos resultados obtidos a partir de três momentos de avaliação, denominados Desempenho 1 (D1), Desempenho 2 (D2) e Avaliação Final (AF).

O D1 será realizado dentro do 1º bimestre letivo, cuja nota poderá variar de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. Este ciclo de avaliação deverá incluir a Avaliação (AV1) e Atividades Avaliativas (AA1) sendo que:

- A AV1 será realizada por meio de prova escrita com questões objetivas e discursivas, obrigatoriamente, e representará 60% (sessenta por cento) da nota.
- As Atividades Avaliativas (AA1) Corresponderão a 40% (quarenta por cento) da nota, e deverão compor atividades diversificadas de acordo com o perfil da unidade curricular e com os objetivos de aprendizagem. A soma de AV1+AA1 totalizará 100% do D1 (10,00 pontos).
- O D2 será realizado dentro do 2º bimestre letivo, cuja nota poderá variar de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos. Este ciclo de avaliação deverá incluir a Avaliação (AV2) e Atividades Avaliativas (AA2) sendo que:
- A AV2 será realizada por meio de prova escrita com questões objetivas e discursivas, obrigatoriamente, e representará 60% (sessenta por cento) da nota.
- As Atividades Avaliativas (AA2) corresponderão 40% (quarenta por cento) da nota, e deverão compor atividades diversificadas de acordo com o perfil da unidade curricular e com os objetivos de aprendizagem. A soma de AV2+AA2 totalizará 100% do D2 (10,00 pontos).
- Ao estudante que tenha faltado no dia de aplicação da AV1 ou AV2 fica facultado o direito de requerer, no prazo definido em Calendário Acadêmico, a aplicação da Avaliação em Segunda Chamada.

- A Média Final (MF) (média aritmética simples) do estudante será calculada a partir das notas obtidas na D1 e D2, da seguinte forma:
- Para aprovação, o estudante deverá obter Média Final (MF) maior ou igual a 6,0 (seis) pontos.
- Ao estudante que obtiver média final igual ou superior a 3,0 (três) pontos e inferior a 6,0 (seis) pontos, será facultado o direito à recuperação em Avaliação Final, a ser aplicada em prazo estabelecido no calendário acadêmico.
- Para todas as unidades curriculares, a Avaliação Final será realizada por meio de avaliação única, que totalizará 10,0 (dez) pontos.
- O resultado final (RF) do(a) estudante(a) será composto da seguinte forma: Soma da Média Final (MF) e a Avaliação Final (AF) dividido por 2 (dois).
- Será considerado(a) aprovado(a) o estudante(a) que obtiver Resultado Final igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

O registro, na pauta acadêmica eletrônica, do desempenho acadêmico parcial ou final do estudante, que compreende frequência e o desempenho da aprendizagem é de responsabilidade do docente daquela unidade curricular, devendo ser entregue na coordenação do curso, no padrão estabelecido pela instituição e na data definida no Calendário Acadêmico.

Ao estudante que discordar do resultado da sua avaliação, fica facultado o direito de recorrer, formalizando pedido de Revisão de Nota, por meio de processo próprio junto à Secretaria Acadêmica da instituição, no prazo de 7 (sete) dias, a partir da data de divulgação da nota, objeto de revisão, devendo anexar documento comprobatório que fundamente sua solicitação.

5.3.2 Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS utiliza as Tecnologias de Informação e Comunicação no espaço pedagógico de formação, como uma estratégia de adaptação e aproximação entre o docente e o estudante universitário do século XXI, viabilizando a acessibilidade digital, comunicacional e a interatividade entre docentes e discentes, proporcionando experiências diferenciadas de aprendizagem.

A utilização das TIC'S na Educação deve ser acompanhada de uma concreta formação continuada dos professores para que eles possam utilizá-las de forma responsável e com potencialidades pedagógicas adequadas.

Cabe ao professor, como mediador do processo, selecionar os objetos de aprendizagem tendo em vista o perfil profissional do egresso e o PPC, que melhor contribuam para a criação de significado dos conceitos por ele apresentados, com o fim de gerar conhecimento e não apenas informação sobre o conteúdo.

Fica assim evidenciada a importância que deve ser dada à escolha destes recursos/ferramentas que são utilizados com intuito educacional. Seguem alguns recursos/ferramentas que a Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS disponibiliza:

- **Biblioteca Digital:** possui mais de 10.000 títulos disponíveis em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por grandes autores nacionais e estrangeiros:

- O acesso a todos os estudantes é gratuito e livre, podendo o estudante utilizar quaisquer dos títulos disponíveis sem limite de títulos ou tempo de utilização. Desta forma, a vida acadêmica se torna muito mais prática.
- Há inúmeras ferramentas disponíveis na Biblioteca dentre elas, de acessibilidade e de apoio aos estudos as quais possibilitam: criar anotações digitais em seus e-books, imprimir páginas selecionadas, copiar trechos de texto dos *e-books*, pesquisar palavras dentro dos *e-books*, receber atualizações gratuitas da editora e ler *e-books* com diferentes opções de layout.

- **Laboratórios Virtuais:** permitem o desenvolvimento complementar de atividades práticas auxiliando na fixação de conteúdos, bem como no ‘aprender fazendo’ que faz parte dos esforços metodológicos da IES:

- os laboratórios virtuais são práticas roteirizadas, associadas ao plano pedagógico da instituição de ensino, com alta fidelidade aos experimentos realizados nos laboratórios reais.
- abordam três objetivos básicos de uma prática laboratorial, a saber: objetivos conceituais/cognitivos, atitudinais e procedimentais.
- o catálogo dos laboratórios virtuais conta com: 206 práticas de saúde; 77 práticas de ciências naturais; 86 práticas de exatas; 17 práticas de humanidades.

- **Parceria com o Google** que possibilita ao estudante e ao professor, acesso sem limitações de todos os recursos do Google: Google Meet, Sala de Aula, Drive, Formulários, Documentos, Planilhas, Apresentações, Desenhos e outros.

- **Parceria com a DreamShaper**, uma ferramenta on-line, a ser trabalhada no âmbito dos laboratórios da IES, pautada em Aprendizagem Baseada em Projeto, que guia os estudantes por experiências de aprendizagem práticas e motivadoras. Os estudantes aprendem de forma autônoma e protagonista, além de ter todo o suporte e orientação dos seus

professores. As metodologias que utilizamos foram desenvolvidas por professores das universidades de Harvard, Stanford e George Town.

- **Plataforma de simulação de práticas jurídicas:** para atender as demandas específicas do Curso de Direito, a Instituição formalizará parceria com *startup* a ser definida para oferta de uma plataforma virtual de práticas jurídicas.

6 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

6.1 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), é constituído pelo Coordenador do Curso, por docentes do curso em regime de carga horária parcial/ou integral. Todos os membros têm regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

No curso de bacharelado em Direito, 100% dos professores do NDE estão contratados em regime de tempo parcial e/ou integral, sendo 20% em tempo integral e 60% dos docentes possuem titulação *stricto sensu*.

Nome do Docente	Titulação	Regime de Trabalho
ALINE PEREIRA DOS SANTOS AMARO CORREIA	Mestre	TP
DÉBORA CAROLINNA PEREIRA COSTA	Doutora	TP
MURILLO HENRIQUE BRAZ JARDIM	Especialista	TI
RAYSSA PRISCILLA FERNANDES PORTO	Especialista	TP
RUBENS CORREIA JUNIOR	Mestre	TP

O Núcleo Docente Estruturante atua no acompanhamento, na consolidação e nas atualizações do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

Trabalhará também revisando ementas e conteúdos programáticos; indicando cursos que podem ser ofertados quando necessário para nivelamento de alunos ingressantes. O funcionamento e normas que versam sobre a atuação do NDE encontram-se disponíveis em seu regulamento devidamente aprovado.

6.2 Coordenação do Curso

O (A) Coordenador(a) do curso atua em regime integral, tem representatividade nos Conselhos Superiores, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso. É responsável pela concepção e garantia da qualidade acadêmica do curso ofertado. O regime de atuação possibilita o atendimento da demanda do curso, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes.

O coordenador de curso faz a gestão pautado no plano de ação documentado e compartilhado com a comunidade acadêmica, prevê indicadores de desempenho da coordenação e planejamento da administração do corpo docente do curso, dessa forma facilitando a integração e os processos de melhoria contínua de seu curso.

O Coordenador de Curso, Murillo Henrique Braz Jardim, é graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e é especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio.

O coordenador possui 4 (quatro) anos de experiência na docência superior e 9 (nove) anos no desempenho de atividades jurídicas, sendo 3 (três) anos na condição de servidor público junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e 6 (seis) anos no exercício da advocacia, o que o possibilita articular a vivência prática com a teórica na sua prática pedagógica e como coordenador de Curso. Como docente tem experiência ministrando as seguintes disciplinas: Direito Civil I, Direito Civil II, Direito Civil V, Direito Civil VI, Direito Processual Civil V, Obrigações e Responsabilidade Civil, Novos Paradigmas das Famílias, Sucessão Hereditária.

6.2.1 Atuação do (a) coordenador (a)

O Coordenador atua como gestor de equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando com o desenvolvimento da Instituição e crescimento dos alunos, contribuindo e acompanhando juntamente com o NDE e Colegiado de Curso o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso e sua consolidação.

O coordenador deve ser um facilitador no projeto que conduz, avaliando suas fraquezas e fortalezas, de forma permanente, buscando a excelência na área de educação. Para

tanto, precisa ser proponente, executor e ter uma liderança inovadora e deve atuar a partir das seguintes competências:

Competências Administrativas: Ser proponente e implementar dinâmicas criativas e inovadoras com indicadores de qualidade identificando oportunidades de negócio, de ação e de inovação, fornecendo subsídios para a tomada de decisão da Direção Geral.

Selecionar, contratar e capacitar a equipe de forma permanente e com perfil e competências adequadas à execução da proposta. Conduzir a área pedagógica para o cumprimento dela, gerindo, professores, técnico-administrativos e equipe multidisciplinar, priorizando a qualidade no processo de Ensino – Aprendizagem.

Deve propor ações que auxiliem a Direção-Geral na captação e retenção de alunos, auxiliando em estratégias para negócios e parcerias.

Competências Coletivas: Criar e aplicar práticas que garantam a interlocução entre professor, administrativo, equipe multidisciplinar e alunos, sendo um facilitador e articulador da interatividade entre professores alunos nos ambientes de aprendizagem, tendo o aluno como centro do processo educativo, favorecendo desse modo a interação entre os múltiplos atores do ensino garantindo que eles assumam o seu protagonismo no processo.

Manter a autonomia para que o professor possa ser gestor do conhecimento em sua disciplina com liberdade e flexibilidade sem perder o foco na construção coletiva e interdisciplinar dos processos mantendo a motivação da equipe tendo em vista a peculiaridade da sua formação espaço/tempo. Contribuir com o Diretor-Geral para garantir uma política de capacitação docente e formação continuada a todos os envolvidos no processo para que possam se desenvolver e aprimorar suas qualidades de forma permanente.

Competências De Compromisso: Ter conhecimento, implementar e acompanhar os processos regulatórios com vistas a resultados satisfatórios, no que for de sua competência, que coloquem a instituição em posição de destaque no cenário educacional.

Acompanhar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Conhecer e conduzir ao que compete a IES nas avaliações externas: Credenciamento e credenciamento institucional; autorização e reconhecimento de cursos; ENADE e as avaliações internas, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Acompanhar e gerenciar o Censo da Educação Superior. Controlar a qualidade na execução de todos os projetos, planejando, avaliando e produzindo relatórios para a Direção-Geral e dando *feedback* para a equipe.

A coordenação do curso possui carga horária disponível para atendimento aos alunos, docentes e realização de reuniões com o Colegiado de Curso e o NDE. Quando necessário

encaminha alunos e professores para o atendimento psicopedagógico. Monitora as atividades acadêmicas para que tenham o sucesso esperado. Organiza atividades de nivelamento para os alunos com dificuldades de aprendizagem e se mantém atualizado com relação à legislação educacional e ao exercício profissional. Dialoga com direção da IES e a informa, sobre medidas saneadoras, quando necessário.

6.3 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso

O colegiado de Curso é um órgão deliberativo, consultivo e normativo para a organização e realização do planejamento didático-pedagógico e de avaliação de desempenho de seu curso. Será composto pelo coordenador de curso, sendo seu presidente, obrigatoriamente, pelos docentes do curso, representante discente indicado por seus pares e técnicos administrativos vinculados ao curso.

O planejamento do colegiado de curso prevê sua institucionalização, com representatividade dos segmentos e prevê reuniões com periodicidade determinada com registro das decisões do colegiado e com fluxo determinado de encaminhamento das demandas, acompanhamento e execução de seus processos e decisões.

O planejamento prevê ainda, a realização de avaliação periódica sobre seu desempenho.

O Colegiado de Curso deve se reunir, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Curso, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

O Colegiado de Curso tem suas especificidades e competências devidamente descritas no Regimento da IES e em regulamento próprio.

6.4 Equipe Multidisciplinar

A equipe Multidisciplinar é coordenada pelo Núcleo Integrado de Formação Digital e focada, principalmente em três eixos: educação, comunicação e tecnologias, formada por coordenadores, professores, professores-tutores, designer instrucional, profissionais de

comunicação como web design, especialistas em produção de multimídia e profissionais de tecnologia.

A equipe trabalha de forma colaborativa e suas funções, de forma resumida são as seguintes:

- a) educação: cuidará do processo pedagógico do curso. construção do projeto, metodologias de ensino, conteúdo, desenho do projeto na plataforma;
- b) comunicação: cuidará do design do projeto, produção do conteúdo, principalmente de vídeos; interfaces de sites e plataformas digitais;
- c) tecnologias: plataforma; elementos tecnológicos.

Dentre as competências da equipe estão os conhecimentos, habilidades e atitudes:

- a) conhecimento da sua área de atuação: o resultado de suas experiências pessoais e profissionais;
- b) habilidade: a capacidade de colocar em prática o conhecimento adquirido;
- c) atitude: atitude em relação ao projeto e a organização. a atitude de ser.

Além disso, trabalha-se cotidianamente com pesquisas tecnológicas para melhoria de nossos processos educacionais, comunicacionais e tecnológicos, testando e implementando diversas ferramentas que dão suporte às atividades e agilizam os fluxos de produção.

Nome do Professor	Titulação
Marlus Silva dos Santos	Mestre (a)
Pedro Fugioka	Especialista
Igor Gonçalves da Silva	Mestre (a)
Rogério Bernardes Andrade	Mestre (a)
Sanmia Shunn de Oliveira Jesus Costa	Mestre (a)
Ricardo Martins da Costa	Mestre (a)
Denisa André de Oliveira	Mestre (a)
Cláudio Antônio de Matos	Mestre (a)

7. CORPO DOCENTE DO CURSO

7.1 Formação Acadêmica e Profissional dos Docentes Do Curso

O mundo contemporâneo está em constante transformação e mudanças. A palavra que mais ouvimos é *inovação*. A educação está inserida neste contexto e vem apontado para *mudanças significativas*.

Uma dessas mudanças está relacionada ao papel do professor na Educação Superior. O professor passa a assumir um papel de protagonismo no processo de ensino- aprendizagem tendo como foco a formação do *futuro profissional*.

Outra mudança significativa é a de que o *discente deve ser o centro* de todo o processo educativo e toda a proposta pedagógica deve convergir para a *formação do egresso expressa no Projeto Pedagógico do Curso*.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano - FACBRAS entende essas mudanças e pretende contribuir com a qualidade no processo educativo, preocupando-se *com a formação do seu docente, sua experiência profissional, e sua capacidade de adaptação às mudanças*.

Para tanto, ao selecionar seu futuro quadro de professores, preocupa-se em selecionar profissionais qualificados e competentes para exercer a função docente.

Para ratificar a qualidade e a experiência de seu quadro docente, o Núcleo Docente Estruturante produz relatório que comprova como as experiências profissionais dos professores e sua experiência docente contribuem para prática docente e coadunam com a formação do perfil profissional do egresso descrita no Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Direito.

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	GRADUAÇÃO
ALBERTINO AZEVEDO MELO	ESPECIALISTA	DIREITO
ALINE PEREIRA DOS SANTOS AMARO CORREIA	MESTRE	DIREITO
AMANDA BARROS COSTA JARDIM	ESPECIALISTA	DIREITO
BRUNO INÁCIO DA SILVA PIRES	MESTRE	PEDAGOGIA/BIOLOGIA
DAVID APARECIDO CORREA	ESPECIALISTA	DIREITO
DÉBORA CAROLINNA PEREIRA COSTA	DOCTORA	DIREITO
DENISA ANDRÉ DE	MESTRE	LETRAS/PEDAGOGIA

OLIVEIRA		
FABIANO SIMÃO PRADO	ESPECIALISTA	DIREITO
FERNANDA FERREIRA CARVALHO	MESTRE	DIREITO
FRAYTON APARECIDO AMORIM	DIVINO ALVES ESPECIALISTA	DIREITO
GABRIELA FELIPE	GOMES ESPECIALISTA	DIREITO
GERMANNA FERREIRA DE MELO	SAMARA ESPECIALISTA	DIREITO
JAYRTON NOLETO DE MACEDO	MESTRE	DIREITO
JESSYCA BOAVENTURA	FERNANDES ESPECIALISTA	DIREITO
MICHAEL PORTO	BEZERRA ESPECIALISTA	DIREITO
MURILLO BRAZ JARDIM	HENRIQUE ESPECIALISTA	DIREITO
RAYSSA FERNANDES PORTO	PRISCILA ESPECIALISTA	DIREITO
RODRIGO ROCHA ALVES ROCHA DE SOUZA	ESPECIALISTA	DIREITO
SAULO SOUZA	CHRISTOFER ESPECIALISTA	DIREITO
RUBENS JUNIOR	CORREIA MESTRE	DIREITO
RICARDO COSTA	MARTINS DA MESTRE	PEDAGOGIA
TIAGO SANTOS	CACERAGHI DOS MESTRE	ANÁLISE DE SISTEMAS

7.1.1 Titulação Acadêmica

A partir do relatório de estudos e considerando o perfil do egresso, foi possível analisar e verificar que a titulação do corpo docente está coerente e adequada a seu desempenho e atuação em sala de aula, atendendo de forma excelente aos objetivos projetados para o curso e construção do futuro egresso.

As áreas de formação dos docentes atendem as demandas do curso de bacharelado em Direito tanto nas disciplinas de formação geral, quanto nas específicas. A formação dos professores é adequada às disciplinas que irão lecionar e as formações irão contribuir para a articulação entre teoria e prática, premissas da proposta metodológica do curso, e para o perfil profissional do egresso.

O corpo docente é composto por especialistas, mestres e doutores e que a partir do relatório docente é possível perceber uma formação sólida, interdisciplinar e que atende a demanda do curso.

A formação do corpo docente também permite que os professores possam fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionar o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, bem como incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

É de responsabilidade do Coordenador de Curso, manter atualizado a documentação descritiva no que se refere ao corpo docente a cada semestre, com as atribuições individuais, carga horária e planejar a gestão contínua do corpo docente.

7.1.2 Experiência Profissional e Experiência Docente

Em relação à experiência profissional docente, o relatório de estudos considera o perfil do egresso constante neste Projeto Pedagógico e demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional do corpo docente, e sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática, promover a compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso considerando o conteúdo abordado e a profissão.

Os relatórios de estudos tem por objetivo observar, demonstrar e justificar a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem

de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

7.1.3 Regime de Trabalho

No que tange ao regime de trabalho do corpo docente previsto para o curso, o regime atende integralmente a demanda, o que pode ser verificado no relatório docente produzido pelo Núcleo Docente estruturante, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e a correção das avaliações de aprendizagem.

7.1.4 Produção Científica, Cultural, artística ou tecnológica

O corpo docente do curso é composto por professores com relevantes produções científicas, culturais, tecnológicas que podem ser verificadas no relatório docente produzido pelo Núcleo Docente Estruturante. Dentre essas publicações estão: livros; capítulos de livros; material didático; artigos; anais; produções técnicas e de inovação, nacionais e internacionais e entrevistas.

A IES oferece as condições necessárias ao desenvolvimento da investigação científica e à inovação tecnológica, inclusive com a participação de alunos. As atividades serão desenvolvidas promovendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

7.2 Formação Acadêmica E Profissional Dos Tutores Do Curso

7.2.1 Titulação Acadêmica

A partir do relatório de estudos e considerando o perfil do egresso, foi possível analisar e verificar que a titulação do corpo de tutores está coerente e adequada a seu

desempenho e atuação em sala de aula, atendendo de forma excelente aos objetivos projetados para o curso e construção do futuro egresso.

As áreas de formação dos tutores atendem as demandas do curso tanto nas disciplinas de formação geral, quanto nas específicas. A formação dos tutores é adequada às disciplinas que irão prestar tutoria e irão contribuir para a articulação entre teoria e prática, premissas da proposta metodológica do curso, e para o perfil profissional do egresso.

É de responsabilidade do Coordenador de Curso, manter atualizado a documentação descritiva no que se refere ao corpo de tutores a cada semestre, com as atribuições individuais, carga horária e planejar a gestão contínua dos tutores.

7.2.2 Regime de Trabalho

No que tange ao regime de trabalho do corpo de tutores previsto para o curso, o regime atende integralmente a demanda, considerando a dedicação à tutoria, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e a correção das avaliações de aprendizagem.

7.2.3 Experiência do corpo de Tutores em educação a distância

Em relação a experiência do corpo de tutores em educação a distância, o relatório de estudos considera o perfil do egresso constante neste Projeto Pedagógico e demonstra e justifica a relação entre a experiência profissional EaD e de Tutoria do corpo de professores – tutores.

A experiência permite ao professor - tutor identificar as dificuldades dos discentes, expondo o conteúdo em linguagem adequada para a turma. Apresenta exemplos contextualizados com os conteúdos curriculares e elabora atividades específicas em colaboração com os docentes para a promoção de aprendizagem de alunos com dificuldades, adotando práticas inovadoras e exitosas na sua prática pedagógica.

7.2.4 Perfil e atribuições dos tutores

Na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano, os professores também podem desempenhar a função de tutores. A contratação dos tutores prevê como requisitos, graduação na área de conhecimento da unidade curricular que irá ministrar. Deverão prioritariamente possuir titulação obtida em pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. Terão prioridade os tutores com maior tempo de experiência no Ensino a Distância e experiência profissional.

São atribuições dos tutores:

- k) esclarecer dúvidas pelos fóruns de discussão na internet, pela participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem;
- l) auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação ao âmbito de sua atividade, bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam; auxiliar ou assistir o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

7.2.5 Interação entre tutores, docentes e coordenadores de curso

Para as disciplinas digitais (híbridas ou a distância) a interação entre professores, tutores, coordenador de curso e equipe multidisciplinar é fundamental para alcançar o sucesso no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre as principais iniciativas para a interação entre professores, tutores, coordenador de curso e equipe multidisciplinar estão:

- o acompanhamento constante do processo de ensino-aprendizagem;
- realização de reuniões periódicas para dialogar sobre as atividades de avaliação e avaliação da equipe multidisciplinar;
- A coordenação de Curso juntamente com o Núcleo Integrado de Formação Digital (NFID), são responsáveis pelos relatórios do AVA e análise dos resultados bem como, coordenar as ações pedagógicas para cada caso e por orientar professores e professores tutores para adequação e melhoria de materiais didáticos, das atividades e da mediação pedagógica;

- São proporcionados momentos virtuais de formação e capacitação pedagógica e técnica dos professores-tutores, incentivada pelo NFID e Coordenador de Curso, com suporte da equipe multidisciplinar e da Direção Geral;
- Todo início de semestre, são realizadas reuniões e capacitações com Coordenador de Curso e a Coordenação do Núcleo Integrado de Formação Digital (NFID) para novos professores, tutores e atualização dos demais.

Todos os encontros são previstos no calendário acadêmico e tem como suporte tecnológico o Google Meet, que permite a construção de salas virtuais onde professores, tutores, e coordenadores podem interagir através de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas e podem disponibilizar documentos, vídeos e áudios.

8 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

O Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as políticas institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, estabelece a política de atendimento aos estudantes, por meio de programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares, ouvidoria, bolsas, apoio à participação em eventos, valorização do egresso e apoio à participação em eventos culturais e esportivos. A IES disponibiliza aos estudantes o acesso a dados e registros acadêmicos.

8.1 Ações de Acolhimento e Permanência

Considerando a importância de promover a integração e assimilação da cultura e da vida acadêmica dos alunos ingressantes, assim como a necessidade de integrar esses alunos no ambiente acadêmico apresentando, e ao curso e às políticas institucionais, foi implantado o Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência com a finalidade de acompanhar o acesso e a trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes e favorecer a sua permanência.

O Programa de Acolhimento ao Ingressante e Permanência tem como objetivos: desenvolver ações que propiciem um diálogo intercultural na comunidade acadêmica; oferecer acolhimento, informações, socialização, solidariedade e conscientização aos alunos ingressantes; integrar o aluno ingressante no ambiente acadêmico, promovendo o contato com

professores e alunos veteranos e com as informações sobre o funcionamento da IES, dos cursos, dos projetos de extensão, investigação científica e dos programas de formação continuada; desenvolver ações de inclusão (bolsas; financiamentos; apoio psicopedagógico e em acessibilidade; nivelamento etc.) que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

8.2 Acessibilidade Integral

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS atende a Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I e garante condições de alcance e utilização, com segurança e autonomia, dos espaços mobiliários, comunicação e sistemas de tecnologia.

A acessibilidade ao discente é prevista no plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhada de laudo técnico, objetivando a garantia de acesso: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

O discente da IES também conta com apoio e acolhimento necessário para a sua integração e permanência no curso até a sua formação, com o *programa de acompanhamento de egressos*. Há também para o apoio ao aluno política de concessão de bolsas, com regulamento próprio.

A IES tem ainda outros serviços de atendimento aos alunos que vão desde a garantia da acessibilidade, programas de monitoria e nivelamento, apoio psicopedagógico, representação estudantil e Programa de Ouvidoria e Núcleo de Apoio ao Aluno.

8.3 Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente e Acessibilidade

O Núcleo de Apoio ao Aluno NAPA é um órgão acadêmico com a finalidade de colaboração e de acompanhamento ao aluno com dificuldades intelectivas no processo de ensino e aprendizagem e de relacionamentos interpessoais na comunidade acadêmica, sendo coordenado por um psicopedagogo.

8.4 Mecanismos de Nivelamento

A IES construiu um projeto pedagógico que, em seu desenvolvimento, exige dos atores um processo contínuo de reflexão e avaliação e o compromisso com a qualidade e eficácia de suas ações, atentos ao seu compromisso de responsabilidade social.

Dentre as propostas de enfrentamento da evasão e da reprovação dos alunos, após discussões que transitaram no âmbito da comunidade acadêmica, observando a legislação educacional, embasa na Avaliação Institucional, com vista a identificar os aspectos pedagógicos que podem interferir no processo ensino aprendizagem, implantamos o Programa de nivelamento dos estudantes, oportunizando o aprimoramento de disciplinas dos Cursos da IES.

O nivelamento acontece, sobretudo, nos anos iniciais do curso com as unidades curriculares: Argumentação e Gramática; Fundamentos do Ensino Superior; Tecnologias e Ambientes de Interação; Atitude Empreendedora e Inovação e através de cursos de nivelamento com o objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica; e refletir com o estudante sobre o que representa a nova vida acadêmica.

A IES oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades dos cursos que são oferecidos, conforme necessidades identificadas pelas Coordenadorias de Curso. Dessa forma, outros conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos.

Além disso, é possível aos professores identificar o mais precocemente possível os alunos com dificuldades pedagógicas, para dispensar-lhe atenção individualizada mediante a realização de estudos dirigidos e leituras complementares e, quando necessário, encaminhando o aluno ao atendimento psicopedagógico.

8.5 Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos membros do Núcleo Docente Estruturante e pelos professores com jornada semanal específica

para atendimento ao aluno, assim como pelo Serviço de Atendimento Psicopedagógico ao Discente. Esse atendimento será personalizado e individual.

8.6 Monitoria

A IES mantém programa de monitoria, nele admitindo alunos regulares selecionados pelos cursos e designados pelo Diretor dentre os alunos que tenham demonstrado rendimento satisfatório na unidade curricular, bem como aptidão para atividades auxiliares de ensino e investigação científica.

A monitoria é uma forma de estimular a vocação para o ensino e a investigação científica, como apoio ao professor, sendo exercida por alunos que tenham se destacado na aprendizagem de determinada disciplina.

A monitoria não implica vínculo empregatício e será exercida sob a orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular da unidade curricular.

8.7 Participação em Centros Acadêmicos

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da IES e compete ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da IES.

8.8 Bolsas de Estudo

As Bolsas de Estudo são políticas de permanência de estudantes no ensino superior e fundamentam-se em critérios de acompanhamento pedagógico, em espaço de participação e de convivência direta dos alunos com os demais integrantes da comunidade acadêmica, familiarizando-os ao ambiente acadêmico com estímulos à valorização do conhecimento e, quando necessário, por meio de incentivos financeiros, como bolsas do FIES, bolsas de

estudos da própria instituição ou bolsas decorrentes de convênios com órgãos públicos ou empresas do setor privado, em consonância com o contexto social da cidade e região.

São oferecidas:

- Bolsas de Iniciação Científica
- Bolsas de Extensão
- Bolsas na graduação do Curso.

8.9 Programa de Ouvidoria

A ouvidoria é um setor de assessoramento da Direção-Geral e tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento institucional, oferecendo à comunidade universitária e à sociedade em geral um canal de comunicação com os setores da Instituição, intermediando informações, sugestões e ações corretivas viáveis pertinentes.

A ouvidora da IES tem compromisso com a visibilidade, transparência dos serviços prestados e padrões de qualidade de atendimento. Para tanto, desenvolveu uma carta de serviços, um documento que demonstra as formas de acesso ao serviço, que pode ser consultado na IES e o ouvidor é o responsável por administrar e monitorar o atendimento das solicitações referentes às demandas.

Premissas da Ouvidoria:

- celeridade e qualidade das respostas às demandas dos usuários;
- objetividade e imparcialidade no tratamento das manifestações;
- pessoalidade e informalidade das relações estabelecidas com seus usuários;
- defesa da ética e da transparência nas relações entre a IES e a comunidade;
- resguardar sigilo das informações;
- promover a divulgação da ouvidoria ao público interno e externo.

Dentre as possibilidades de serviços da ouvidoria temos: as reclamações, solicitações, sugestões e elogios. A Ouvidoria, quando recebe demandas, transfere, via e-mail, ao setor adequado, denominado de Ponto Focal da Unidade. Todos os setores: financeiro, infraestrutura, atendimento ao aluno, secretaria e suporte da tecnologia da informação possuem um ponto focal para atendimento das demandas.

Para acessar o formulário que dará origem à demanda da ouvidoria e encaminhar a manifestação, o aluno acessa a página da IES, fornecendo seus dados como: CPF, nome, curso, e-mail, telefone, assunto e descrição da demanda e pode também encaminhá-la por e-

mail: ouvidoria@brasiliaeducacional.com.br. O *link* de acesso a ouvidoria está disponível no sítio eletrônico da unidade.

Principais etapas no trato da demanda pela ouvidoria: Recebimento da demanda; análise; complemento; encaminhamento; monitoramento; resposta ao demandante e conclusão. Uma demanda é considerada finalizada após a resposta conclusiva e com efetivo envio ao demandante.

8.10 Acompanhamento de Egressos

Dentre os vários indicadores de qualidade de uma instituição de ensino superior, destacam-se os resultados de investigações empíricas sobre o acompanhamento da vida profissional e educacional de seus egressos.

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, por meio de programas de acompanhamento ao egresso, procura manter relacionamento com seus ex-alunos de graduação e pós-graduação, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis, incluindo um espaço on-line e no evento do Dia do Egresso.

Esse programa expressa o compromisso da instituição com o seu egresso numa relação de mão dupla, em que alunos e a instituição manterão um contato direto para troca de informações das diversas áreas de formação, discutindo sobre informações e inovações técnico-científicas, eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), atividades de formação continuada por meio de pós-graduação e outras modalidades de aprimoramento e especialização.

Tal programação representa um feedback do desempenho acadêmico científico e profissional dos egressos, que é fundamental para a instituição em seu processo dinâmico e contínuo de autoavaliação, inovação e acompanhamento de sua atuação no mercado.

Assim, o programa tem como principais objetivos:

- Criar um banco de dados de egressos.
- Promover a manutenção do intercâmbio entre a faculdade e os egressos dos seus cursos.
- Avaliar o nível de satisfação dos egressos com a formação acadêmica adquirida.
- Avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos à demanda do mercado.
- Levantar e analisar trajetórias profissionais.

- Acompanhar os alunos dos cursos de graduação da instituição que já estão em contato com o mercado de trabalho.
- Saber da inserção, ou não, em programas de educação continuada (pós-graduação, atualização, aperfeiçoamento, cursos sequenciais e cursos de curta duração, mestrado, doutorado etc.).

Os mecanismos de acompanhamento dos egressos auxiliam a instituição a conhecer as opiniões dos ex-alunos a respeito da formação recebida, tanto curricular quanto ética, como também verificar seus índices de ocupação no mercado de trabalho, estabelecendo uma relação entre a formação profissional e o mercado de trabalho.

9 INFRAESTRUTURA DO CURSO

9.1 Instalações Gerais

As instalações gerais compreendem salas de aulas; instalações administrativas; salas para docentes e coordenadores de curso; área de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades esportivas, de recreação e culturais; infraestrutura de alimentação e serviços; biblioteca; laboratórios de informática e laboratórios específicos.

As instalações físicas foram dimensionadas visando aproveitar o espaço e são adequadas ao número de usuários, de forma a atender plenamente a todas as exigências legais e educacionais e apresentam-se em bom estado de conservação.

9.1.1 Salas de Aula

As salas de aula são distribuídas conforme a demanda do curso, tamanho das turmas e necessidades de cada conjunto de unidades curriculares, sempre atentando para o conforto e funcionalidade para os acadêmicos permitindo flexibilidade da configuração espacial, oportunizando formas distintas de ensino-aprendizagem.

Todas as salas são equipadas com o mobiliário adequado para utilização do aluno e do professor: quadro, carteiras, mesa para o professor, quadro de avisos para os alunos, lousa, data show, computador e ar-condicionado, bem como recursos tecnológicos inovadores.

As salas possuem boa acústica, iluminação, ventilação e acessibilidade. A faculdade oferece toda a infraestrutura física tecnológica para a realização das aulas, manutenção periódica dos espaços, com as tecnologias necessárias à prática pedagógica.

9.1.2 Instalações Administrativas

As instalações administrativas são bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício das atividades planejadas. A IES possui instalações compatíveis com sua estrutura organizacional e necessidade administrativa.

9.1.3 Instalação para Docentes

A sala de professores, atende às exigências necessárias quanto à limpeza, acústica, ventilação e conservação. O espaço oferece comodidade necessária às atividades desenvolvidas.

O espaço viabiliza o trabalho docente e possui recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados para o quantitativo de docentes da IES, permitindo descanso e integração dos professores, com apoio técnico-administrativo e espaço para guarda de equipamentos e materiais.

A sala dos professores conta com uma mesa para trabalho, computadores, espaço de lazer com acomodações confortáveis para o descanso dos professores, uma TV, filtro de água, geladeira, micro-ondas e espaço de convivência.

9.1.4 Instalação para os Coordenadores de Curso

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso, está equipado com mobiliário e recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, o planejamento didático-pedagógico e atendem as demandas e necessidades do curso de bacharelado em Direito. O espaço garante privacidade para o uso dos recursos e para o atendimento da comunidade acadêmica individuais ou em grupos com privacidade e possibilita formas distintas de trabalho.

O coordenador possui ainda a seu dispor recursos tecnológicos inovadores que permitem o planejamento e gestão do curso como o *WebGiz* e o *SysClass*, um sistema de gestão de turmas e carga horária docente para organização do horário.

9.1.5 Infraestrutura de Alimentação e de Outros Serviços

O espaço de alimentação e outros serviços está equipado com mobiliário e recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados que viabilizam as ações acadêmico-administrativas, o planejamento didático-pedagógico. Tem iluminação e ventilação adequadas e atende as demandas e necessidades institucionais.

9.1.6 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias são de fácil acesso, compatíveis com o número dos usuários e são adaptadas para pessoas com deficiência. Projetado. O sistema de limpeza é realizado permanentemente por prestadores de serviço contratados pela Instituição.

9.1.7 Biblioteca

A biblioteca está instalada em área que permite disponibilizar consulta direta ao acervo com espaço para estudos individuais e em grupo. Está equipada com mobiliário e recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados que viabilizam as ações didático-pedagógicas. Tem iluminação e ventilação adequadas e atende as demandas e necessidades institucionais.

9.1.8 Laboratórios de Informática e específicos

Os laboratórios de Informática estão equipados com computadores e possuem mobiliário e recursos de tecnologia da informação e comunicação adequados que viabilizam as ações didático-pedagógicas. Tem iluminação e ventilação adequadas e atendem as demandas e necessidades institucionais.

9.2 Infraestrutura e acessibilidade

A IES considerando a necessidade de assegurar condições básicas de acesso ao Ensino Superior as pessoas com deficiência física e sensorial, adota como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos e os Decretos 5.296/04 e 5.773/06.

A IES possui infraestrutura adequada e acessível conforme Plano de Garantia de Acessibilidade e Plano de Fuga e de forma específica para o curso de bacharelado em Direito.

Possui os recursos necessários e atende aos requisitos legais e normativos previstos no instrumento de avaliação e na Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I e respeita os critérios básicos de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em conformidade com a NBR 9050/20001, da ABNT.

Importante frisar que, a acessibilidade na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, para além de ser arquitetônica é: atitudinal, comunicacional, digital e pedagógica:

- **acessibilidade arquitetônica:** tem por objetivo proporcionar mobilidade e autonomia para o aluno com deficiência motora;
- **acessibilidade atitudinal:** sua principal característica é colocar-se no lugar de outra pessoa sem se preocupar com as limitações e estereótipos;
- **acessibilidade comunicacional:** tem como intuito eliminar as barreiras comunicacionais interpessoais entre o aluno e o professor dentro das instituições de ensino superior;
- **acessibilidade digital:** tem como intuito eliminar as barreiras digitais que ocorrem nas plataformas de ensino *web* dentro das IES, visando torná-las acessíveis a indivíduos que necessitem de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida.;
- **acessibilidade pedagógica:** é a preocupação com a metodologia utilizada pelo corpo docente da instituição. assim, os projetos pedagógicos de cursos (MEC) deverão contemplar os pressupostos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva, definindo estratégias pedagógicas que permitam o acesso do estudante ao currículo e sua interação na comunidade acadêmica.

Nesse sentido preocupa-se com a acessibilidade em todas as suas formas e respeitando suas políticas institucionais prevê Atendimento Prioritário aos alunos com deficiência,

considerando, sobretudo, se tratar de responsabilidade social, um serviço da educação especial que “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Este atendimento deve levar em conta as características específicas de cada necessidade. Deve promover alternativas viáveis a necessidade do aluno, utilizando tecnologia assistiva, acessibilidade ao computador, orientações em relação a mobilidade e disponibilização de material pedagógico adaptado a sua necessidade.

A tecnologia assistiva "é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007)

A faculdade pretende gerar, para além do atendimento especializado, uma cultura de inclusão, baseado no respeito à diversidade. Leva em conta em sua política e planejamento o atendimento à legislação nacional para a Educação Inclusiva (Portaria MEC 3.284/2003, Decreto 5.296/2004, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008 e Decreto 7.611/2011).

Para tanto, pensa em uma política institucional voltada ao atendimento das pessoas com deficiência, trabalhada de forma transversal e, também, através do NAPA (Núcleo de Apoio ao Aluno).

Para alunos com *deficiência física*, a estrutura física da IES foi projetada com a eliminação de barreiras para circulação do estudante com deficiência física, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimão; barra de apoio nas paredes; portas e banheiros que atendam às normativas para cadeirantes.

No caso da existência de alunos (ou candidatos nos processos seletivos) com *deficiência auditiva*, a Instituição disporá de intérprete de Libras para acompanhamento durante o processo seletivo ou no decorrer do curso, flexibilização na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico.

Em relação a possíveis alunos com *deficiência visual*, a IES contará, com um espaço de apoio equipado com computador com programas especiais, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura e scanner acoplado a um computador. Está previsto também atendimento especializado para *deficiência mental* e *deficiências múltiplas*.

Para toda a IES, diretores, coordenadores, professores, será implementado capacitação através do programa de capacitação para a acessibilidade e inclusão que prevê:

- Informações sobre necessidades especiais;
- Cursos ou eventos a serem ministrados por especialistas para capacitação de uso de materiais;
- Cursos de noções de Braille e Língua Brasileira de Sinais.
- Para a comunidade serão realizadas:
- Campanhas de sensibilização e mobilização sobre acessibilidade e inclusão;
- Parcerias com as corporações, associações, federações, com objetivos de ações integradas para reconhecimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais.

9.3 Acesso a Equipamentos de Informática

Na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS há laboratórios de informática que atendem a demanda discente e com a acesso de internet banda larga de *uplink* “dedicado” (com filtro de bloqueio e uso restrito a *sites* de pesquisas educacionais, orientados pelos professores) e com técnico responsável pelo atendimento.

O laboratório de Informática tem regulamento próprio, com computadores interligados em rede e com acesso à internet, com Servidor de Firewall PFSense, Windows 7 Server com *active directory* e políticas de segurança.; Sistema de acesso WebGIZ de gestão acadêmica; SEI Biblioteca; Web Alunos (Consulta de Notas, Faltas, Situação Financeira, Solicitações); Web Professores (Lançamento de Notas, Faltas e Conteúdo Ministrado); Biblioteca Online (Reservas, Renovação). Adicionalmente na biblioteca, haverá outro laboratório destinado a utilização dos alunos, com as tecnologias necessárias à prática pedagógica.

Aos professores é oferecido acesso aos equipamentos de informática, no laboratório, biblioteca e sala dos professores para o desenvolvimento de investigação científica e a preparação de materiais necessários ao desempenho de suas atividades acadêmicas.

Aos alunos é oferecido acesso aos equipamentos de informática para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas na biblioteca e nos laboratórios de informática.

A comunidade acadêmica tem acesso livre aos laboratórios de informática no horário de funcionamento, exceto quando estiver reservado para a realização de aulas práticas por algum professor da Instituição. O espaço físico é adequado ao número de usuários, às atividades programadas e ao público ao qual se destina.

9.4 Recursos Audiovisuais e Multimídia

A IES disponibiliza recursos tecnológicos e de audiovisual que podem ser utilizados por professores e alunos, mediante agendamento prévio com funcionário responsável pelos equipamentos, que está encarregado de instalar os equipamentos no horário e sala agenda, assim como, desinstalá-los após o uso.

9.5 Serviços

9.5.1 Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

A manutenção e a conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços e instalações próprias para o uso;
- executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

9.5.2 Manutenção e Conservação dos Equipamentos

A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou por empresas especializadas previamente contratadas.

As políticas de manutenção e conservação consistem em:

- a) manter equipamentos em funcionamento e adequados ao uso da comunidade acadêmica;
- b) proceder a reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos equipamentos para o uso;
- c) executar procedimentos de revisão periódica nos equipamentos da Instituição.

9.6 Biblioteca

9.6.1 Espaço Físico

As instalações da biblioteca são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e conta com instalações para estudos individuais e estudos em grupo.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso do usuário. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída e ar-condicionado.

9.6.2 Acervo: Bibliografia Básica e Complementar

A IES tem dependências adequadas a estudos e pesquisa dos acadêmicos e além do acervo físico, conta com a biblioteca digital: Minha Biblioteca, que contempla acervos de várias áreas do conhecimento com mais de 10.000 títulos, para acesso quando e onde quiser, de forma rápida.

Os serviços oferecidos pela biblioteca são informativos e a atualização do acervo da bibliografia do curso será feita conforme a necessidade e definidas nas reuniões de colegiado, sendo repassadas ao setor responsável.

O acervo está disponível no formato digital, atendendo aos critérios de qualidade e quantidade em relação ao número de vagas do curso, estando informatizado, foi indicado pelos professores e referendado pelo NDE do curso.

Há relatórios da biblioteca, número do acervo, acessos e plano de contingência que garante o acesso na forma 24/7, que será apresentado na visita in loco.

9.6.3 Acervo: Periódicos

Os periódicos especializados são correntes e indexados e abrangem as principais áreas de temática do curso de bacharelado em Direito e podem ser consultados na Biblioteca da RT, Revista dos Tribunais. Além destes periódicos outros periódicos de acesso aberto e público são utilizados, tais como: Revista Espaço Jurídico; Revista Prisma Jurídico; Revista Direitos Fundamentais & Democracia; Revista De Direito Administrativo; Revista Direitos Humanos E Democracia; Revista Direito & Justiça; Revista Direito, Estado E Sociedade; Revista Direito Gv; Revista De Direito Público; Revista Da Faculdade Mineira De Direito; Revista Eletrônica Direito E Política; Revista Brasileira De Direito; Revista De Direito Internacional; Revista De Direito; Revista De Direito Em Debate; Revista Opinião Jurídica; Revista De Direitos E Garantias Fundamentais; Revista De Direito Brasileira; Revista Veredas Do Direito; Revista Jurídica Da Unievangélica.

9.6.4 Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, Coordenadorias de Curso, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos e está presente no plano de aquisição, expansão e atualização do acervo.

9.6.5 Horário de funcionamento e pessoal técnico-administrativo

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 07h30 às 22h; e aos sábados das 08h às 16h. O pessoal técnico-administrativo da biblioteca é composto por 01 (um) profissional com formação na área de Biblioteconomia e auxiliares administrativos conforme o número de alunos da IES.

9.6.6 Serviços e Condições de Acesso do Acervo

A *biblioteca física* disponibiliza como serviços a consulta local; empréstimo domiciliar; reserva; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica (COMUT); e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

A consulta ao acervo é livre aos usuários internos e externos, que podem dirigir-se às estantes onde estão dispostas as obras, ou então, aos computadores disponíveis na biblioteca, que permitem a busca online por autor, título, assunto e palavra-chave, utilizando os conectores lógicos.

O empréstimo domiciliar somente é permitido aos usuários internos (alunos, professores e funcionários), podendo, ainda, ser retirados para empréstimos domiciliares quaisquer obras pertencentes ao acervo, com exceção das obras de referências. O material emprestado é controlado por *softwares* específicos.

A *biblioteca digital* pode ser acessada todos os dias da semana de forma ininterrupta. O aluno pode buscar auxílio para esse acesso na biblioteca física ou pelos tutoriais disponibilizados ao aluno.

A biblioteca conta com um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, é disponibilizado o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um manual de normas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos.

9.7 Laboratórios De Informática

A Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS tem laboratórios de informática com computadores que atendem a demanda discente e com direito a acesso de internet banda larga de *uplink* “dedicado” (com filtro de bloqueio e uso restrito a *sites* de pesquisas educacionais, orientados pelos professores) e com um técnico responsável pelo atendimento.

Adicionalmente na biblioteca, há computadores destinados à utilização dos alunos, com as tecnologias necessárias à prática pedagógica.

- a) O Laboratório de Informática, com regulamento próprio, é moderno, conta com computadores interligados em rede e com acesso à internet, mais 01 (uma) máquina do professor, que controla todas as atividades desenvolvidas pelos alunos. Todos esses equipamentos são de uso exclusivo dos alunos da instituição e dos professores.

Laboratório de Informática	Configurações	
	Computadores	Modelo Processador: Core i3 Marca: Lenovo Ram: 4 GB HD: 500 Periféricos: teclado, mouse
	Softwares instalados	Servidor de Firewall PFSense Windows 7 Server com <i>active directory</i> e políticas de segurança Sistema de acesso Web GIZ Gestão Acadêmica SEI Biblioteca Módulos Web: Avaliação do corpo docente Avaliação de avaliações Web Alunos (Consulta de Notas, Faltas, Situação Financeira, Solicitações) Web Professores (Lançamento de Notas, Faltas e Conteúdo Ministrado) Biblioteca Online (Reservas, Renovação)
	Softwares e aplicativos	Aplicativo para os alunos acessarem suas notas e dados da secretaria acadêmica.

9.8 Laboratórios Específicos

Os laboratórios específicos apresentam equipamentos em quantidade que atendem às exigências da formação, assegurando a participação ativa dos alunos nas atividades práticas. Estes equipamentos estão em condições de uso. A IES adota mecanismos de manutenção, conservação e calibração que asseguram o funcionamento permanente e otimizado dos recursos disponibilizados e todos os laboratórios possuem regulamento próprio, manual de uso e de segurança.

Os laboratórios são planejados com equipamentos de proteção contra acidentes (ventiladores, exaustores, capelas, extintores, elementos de proteção da rede elétrica); equipamentos de proteção coletiva - EPC, compatíveis com a finalidade de utilização dos ambientes/laboratórios, e de proteção individual - EPI (máscaras, luvas, óculos, vestuário de proteção) adequados ao número de usuários.

As normas e procedimentos de segurança e proteção ambiental pertinentes estão divulgadas em locais estratégicos que permitem sua visibilidade, assegurando seu conhecimento e aplicação pela comunidade acadêmica, e as instalações e os equipamentos atendem às normas de segurança.

9.8.1 Laboratórios virtuais

Em parceria com a ALGETEC, é disponibilizado ao aluno acesso a Laboratórios virtuais, que têm práticas roteirizadas, associadas ao plano pedagógico da instituição, com alta fidelidade aos experimentos realizados nos laboratórios reais. Os laboratórios virtuais abordam três objetivos básicos: objetivos conceituais/cognitivos, atitudinais e procedimentais.

O catálogo dos Laboratórios Virtuais conta com: 206 práticas de Saúde; 77 práticas de Ciências Naturais; 86 Práticas de Exatas; 17 Práticas de Humanidades.

9.8.2 Núcleo de Prática Jurídica

Na Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, para além da Prática Jurídica como componente curricular obrigatório, o Núcleo de Prática Jurídica oportuniza ao aluno do Curso de Direito o contato profissional na comunidade na qual está inserido e a interdisciplinaridade, pois na sua prática congrega o conhecimento e aplicação de várias habilidades adquiridas nos conteúdos curriculares do curso.

Os atendimentos que serão realizados no NPJ promovem a articulação entre teoria e prática. O aluno tem um contato profissional supervisionado e o NPJ também contribui com a comunidade local através dos atendimentos realizados.

O aluno do Curso de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS cumpre com a prática jurídica a partir do 7º período, através da participação de Laboratórios de prática jurídica que têm o propósito de consolidar os desempenhos profissionais, inerentes ao perfil do formando. Desse modo, enquanto prática, o estudante desenvolverá:

- Prática Jurídica Cível;
- Prática Jurídica Criminal;
- Prática Jurídica Trabalhista;
- Prática Jurídica Interdisciplinar.

A conformação do exercício da prática jurídica, no âmbito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS, se dá por meio da frequência do Núcleo de Prática Jurídicas, - NPJ, que estará diretamente vinculado à Coordenação do Curso de Direito.

O NPJ da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS conta com um Coordenador, professores orientadores, e pessoal de apoio técnico administrativo, para o registro e controle das atividades desenvolvidas. O Núcleo de Prática Jurídica funcionará nos turnos matutino, vespertino e noturno, com escalas de estagiários pré-fixadas no início de cada período letivo.

A estruturação do Núcleo de Prática Jurídica obedece a uma diretriz didático-pedagógica fundamental que exige a realização de atividades simuladas e o enfrentamento de casos reais, com atendimento direto à população e interação com as diferentes demandas que surgem no contexto em que a IES se encontra inserida.

As atividades reais consistem em: atendimento jurídico e judicial nas diversas áreas de conhecimento de modo a atender a população carente, atividades extra jurisdicionais de composição de conflitos, realização de visitas orientadas aos juizados especiais, fórum, delegacia de polícia, departamentos jurídicos, escritórios de advocacia, órgãos públicos, Ministério Público, e outras entidades que desenvolvam atividades correlatas; assistência jurídica a entidades públicas, empresariais, comunitárias e sindicais, estudo acerca da ética profissional.

As atividades simuladas se desenvolvem no Laboratório Virtual Agetec, que proporciona a resolução de casos e elaboração de peças processuais, que possibilita a realização de representações do mundo jurídico, com semelhança de todas as modalidades de atos e ritos que compõem as principais atividades forenses cotidianamente enfrentadas pelos diversos atores jurídicos.

Para o alcance desta perspectiva, o Núcleo de Prática Jurídicas da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS contará com as seguintes instalações:

- Recepção;
- Sala de Conciliação;
- Sala de audiências simuladas;
- Sala de atendimento individualizado.

Ademais da atuação no NPJ da IES, o estudante de Direito da Faculdade UniBRAS do Norte Goiano – FACBRAS poderá realizar suas atividades práticas:

- Em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;

- Nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;
- Em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.
- Na Assistência Social de Porangatu.

10 PROCESSOS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

10.1 Gestão e Autoavaliação do Curso

A gestão do Curso será planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas, como insumos para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do curso.

Entende-se, de acordo com o estabelecido pela legislação vigente, que a autoavaliação institucional tem como objetivos produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas, aperfeiçoar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, bem como fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, além de prestar contas à sociedade.

Desta forma, atendendo ao descrito nos instrumentos de avaliação do MEC e legislação pertinente, a IES prevê seu Projeto de Autoavaliação Institucional, conforme item a seguir.

A IES prevê seu Projeto de Autoavaliação Institucional levando em conta, precipuamente, a legislação em vigor (Lei nº 10.891/2004), e, sobretudo, como ferramenta de gestão e de ações acadêmico- administrativas necessárias para o ato de repensar o 'fazer' da instituição, melhorar seus processos e serviços, além de corrigir rumos.

A autoavaliação institucional na Faculdade será de responsabilidade da CPA - Comissão Própria de Avaliação, constituída por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, sendo clara em sua regulamentação a vedação de composição que privilegie a maioria absoluta de qualquer de um deles, bem como ocorrerá a participação de todos eles.

No Projeto estão descritas as estratégias pensadas para fomentar o engajamento da comunidade, bem como, sensibilizá-la para a relevância da autoavaliação institucional e seus resultados, bem como quais instrumentos serão aplicados.

A CPA, que tem autonomia sobre qualquer colegiado ou órgão da Faculdade, conduzirá todo o processo de avaliação, desde a elaboração e a utilização de instrumentos, definição da metodologia que possibilite a apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica, computação e análise dos resultados, até a sua divulgação analítica, mantendo a comunidade acadêmica informada sobre todo o processo da Avaliação Institucional, possibilitando a devida apropriação deste processo como um todo.

Estão previstas reuniões também no âmbito do curso, com os professores, e, principalmente, integrantes do NDE, para elaborar e sugerir à CPA indicadores para o instrumento de avaliação do curso, em relação aos componentes curriculares, corpo docente, considerando a atuação dos mesmos, a metodologia de ensino, a avaliação e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, bem como a gestão acadêmica do curso.

Entendendo a autoavaliação como ferramenta de gestão e ações acadêmico-administrativas, a Coordenação do Curso, NDE, Colegiado de Curso e demais gestores e equipe multidisciplinar, de posse dos resultados oferecidos pelas avaliações da CPA, reavaliará o projeto pedagógico do curso e da própria Faculdade, a estrutura curricular e o desempenho acadêmico dos docentes, tendo como foco, neste último caso, a avaliação das didáticas e metodologias desenvolvidas.

A autoavaliação, portanto, terá como objetivo principal indicar as alternativas para correção dos rumos, sempre que necessário e, conseqüentemente, fomentar as políticas de formação permanente do corpo docente e da equipe pedagógica.

Quanto às etapas para o processo de autoavaliação institucional, foram estabelecidas para este projeto:

- constituição da equipe de autoavaliação e da infraestrutura necessária;
- capacitação da CPA sobre a legislação do SINAES e Notas Técnicas do MEC, por parte do PI - Procurador Institucional e por meio de eventos e cursos externos;
- elaboração do Projeto de Autoavaliação e dos instrumentos e planejamento de suas atividades;
- gravação de vídeos explicativos a respeito da CPA e da Autoavaliação Institucional;

- apresentação da equipe de autoavaliação a toda a comunidade acadêmica, tão logo a Faculdade tenha iniciados suas atividades;
- apresentação do cronograma de atividades e aplicação da autoavaliação institucional;
- aplicação da Autoavaliação Institucional;
- compilação e análise de dados;
- elaboração dos Relatórios Parciais e Finais de cada ciclo avaliativo, de acordo com a legislação pertinente;
- análise, discussão e aprovação do Relatório da Avaliação Institucional;
- encaminhamento do Relatório aos órgãos competentes externos e internos;
- divulgação analítica dos resultados, com a descrição da metodologia utilizada, para promover a devida apropriação por todos os segmentos da comunidade acadêmica.
- avaliar a avaliação, com o objetivo de verificar o que pode ser melhorado, como engajar ainda mais a comunidade acadêmica e planejar a autoavaliação seguinte.

10.2 Formas de Participação da Comunidade Acadêmica e Técnico-Administrativa e Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da por um representante do corpo docente que também será o Coordenador da CPA, um representante técnico-administrativo, um representante do corpo discente e de um representante da sociedade civil organizada. O processo de avaliação institucional foi estabelecido desde a primeira elaboração de seu PDI até o atendimento das novas exigências do Ministério da Educação através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A CPA é constituída pelos seguintes membros:

- um representante dos professores, indicado pelo corpo docente;
- um representante dos colaboradores do corpo técnico-administrativo;
- um representante do corpo discente, indicado pelos representantes de turmas dos cursos em oferta;
- um representante da sociedade civil organizada, indicado pela direção geral.

10.3 Avaliação Interna, Ações e Devolutivas à Comunidade

A CPA encaminha à Direção Geral da Instituição os resultados das avaliações anuais, nelas incluindo as avaliações das condições de ensino, realizadas pelo MEC, indicando possíveis ações corretivas quanto às fragilidades e de fortalecimento dos aspectos positivos/potencialidades do ensino, da iniciação científica e da extensão.

Periodicamente, de acordo com os ciclos avaliativos previstos no Projeto de Avaliação Interna, a CPA tem a incumbência de emitir relatórios, com sugestão de melhorias a serem desenvolvidas pelos órgãos diretivos da Instituição, e compilar as ações tomadas para o saneamento de deficiências identificadas nestes relatórios. Essas ações deverão sustentar o fortalecimento da IES e consolidar o desenvolvimento institucional com base nos processos avaliativos de:

- Avaliação Interna/ Autoavaliação Institucional;
- Avaliação Externa Institucional, de Cursos e de Desempenho dos Estudantes conduzida pelo INEP;

Após a apuração dos resultados obtidos nos processos de avaliação interna, nos diversos segmentos institucionais, desenvolvem-se as como principais ações para os cursos de graduação:

- a) Atualização e melhoria dos projetos pedagógicos, trabalhando-se cada curso de acordo com o perfil desejado para o seu egresso;
- b) Atualização do acervo da biblioteca, seguindo-se a orientação dos docentes, coordenadores de cursos e sugestões dos alunos;
- c) Desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento de atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Para os projetos de iniciação científica e extensão:

- a) Integração do corpo discente e docente em projetos e programas de iniciação científica;
- b) Integração do corpo discente e docente em projetos voltados para a comunidade, destacando-se a responsabilidade social de todos os agentes que integram a instituição;
- c) Desenvolvimento de atividades como cursos profissionalizantes, palestras, workshop e seminários atividades cívicas voltadas para a comunidade local;
- d) Promoção de programas de formação continuada e acompanhamento de egressos.

Para o corpo docente:

- a. Integração entre o corpo docente, coordenação e corpo discente de cada curso.
- b. Atualização/ revisão dos componentes curriculares em Programas de Formação Docente.
- c. Incentivo aos docentes para a atualização profissional através da liberação para a participação de cursos, congressos, seminários e programas de pós-graduação e qualificação profissional.

10.4 Planejamento e Ações Acadêmico-Administrativas a Partir dos Resultados das Avaliações

O planejamento e as ações acadêmico-administrativas são realizados de forma preventiva e em razão dos resultados da Avaliação Institucional – Avaliação Interna e das Avaliações Externas, sejam da IES e/ou dos seus cursos de graduação (INEP/MEC), de modo a buscar sempre melhoria na oferta do ensino de acordo com os parâmetros de qualidade da Educação.

Tanto o planejamento e as ações envolvem os indicadores nos instrumentos avaliativos e regulatórios do Ministério da Educação (avaliação externa), mediante planos de ações sugeridos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelas Comissões Avaliadoras do INEP/MEC.

A metodologia do processo avaliativo segue quatro etapas: planejamento, desenvolvimento, consolidação dos resultados, relatório de avaliação da IES e devolutivas à comunidade com a divulgação do relatório.

Na etapa de planejamento, a comissão debate sua metodologia de trabalho, organiza seu instrumento avaliativo e traça as ações para ampliar a visibilidade da CPA e garantir:

- que os estudantes reconfigurem suas percepções sobre o questionário avaliativo;
- o maior número de discentes a participarem do processo de autoavaliação;
- a valorização do diálogo com os estudantes.

No desenvolvimento, procura-se implementar o instrumento avaliativo, através do questionário avaliativo, observando os prazos necessários, ao mesmo tempo em que se coletam informações adicionais necessárias para o andamento dos trabalhos, nas demais instâncias da instituição. Por meio desse instrumento é possível identificar ações institucionais, estratégias, mecanismos necessários à formulação de políticas de ensino,

iniciação científica e extensão, e fornecer subsídios que possam auxiliar na tomada de decisões assertivas nas situações adversas, bem como para a divulgação de resultados e prestação de contas à sociedade.

Na etapa de consolidação dos resultados, a Comissão sistematiza em gráficos as informações a serem reportadas aos Colegiados de Graduação e Pós-graduação da IES, que deverão levar em conta essas informações para: i) refletir sobre as ações pedagógicas, ii) romper a atual forma de agir e buscar atitudes criativas, humanitárias e democráticas, iii) redefinir critérios e mecanismos de avaliação do PPC e iv) divulgar de forma adequada aos estudantes os resultados do questionário avaliativo.

A próxima etapa envolve a redação do relatório de avaliação da IES.

O relatório de avaliação da IES é feito de modo compartilhado e dialético envolvendo todos os setores da IES. Estes relatórios são, em seguida, enviados às partes para discussão, ponderação, análise e estabelecimento de fragilidades, potencialidades e sugestões de melhorias.

A IES, mesmo antes da Nota Técnica 62, já elabora relatórios meta-avaliativos em que são cotejadas as potencialidades e fragilidades apontadas nos relatórios, trienalmente, com as metas do PDI, a fim de subsidiar a gestão da IES.

A redação passa por uma primeira versão, realizada pela coordenação, que é então revisada por membros da Comissão e Direção. Estando o material adequado, o relatório final será destinado, de acordo com o ciclo avaliativo, aos membros da comunidade acadêmica, ao INEP e à sociedade.

Todas as etapas do planejamento ao relatório de avaliação buscam uma condução democrática, neutra e que expresse o resultado de uma construção coletiva.

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional são as estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, art. 3º e serão analisadas no processo de autoavaliação da instituição por meio de uma metodologia participativa buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, o que se dará de maneira global.

ANEXO 01

Ementário e Bibliografia

1º Semestre

Disciplina: Argumentação e Gramática

Ementa

Estudo da produção textual com ênfase na prática social discursiva (recepção e produção). Introdução à Teoria da informação e da comunicação. Fatores de textualidade que organizam as informações no texto escrito. Processos discursivos e mecanismo de articulação e construção de estrutura dissertativo-argumentativa. Aspectos relativos à qualidade do texto. Estudo dos aspectos teóricos, finalidade e formas de utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Impactos das ferramentas da tecnologia da informação na sociedade contemporânea. As tecnologias da informação e da comunicação e suas relações com a atuação profissional.

Bibliografia básica

ANDRADE, M. M. **Guia prático de redação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Livro digital ISBN 99788522465095

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Como escrever textos: gêneros e sequências textuais**. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 9788597011135.

PERISSÉ, Gabriel. **A arte da palavra: como criar um estilo pessoal na comunicação escrita**. São Paulo: Manole, 2003. Livro digital. ISBN 9788520438688.

Bibliografia complementar

Moysés, C. A. **Língua portuguesa**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 978-85-02-63403-9.

SANGALETTI, Leticia *et al.* **Comunicação e expressão**. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2019. Livro digital. ISBN 9788595029750.

OLIVEIRA, José Paulo Moreira de; MOTTA, Carlos Alberto Paula. **Como escrever textos técnicos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Livro digital. ISBN 9788522112531.

MEDEIROS, J. B. **Português instrumental**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital. ISBN 978-85-224-8558-1

FRANÇA, Ana Shirley. **Comunicação escrita nas empresas: teorias e práticas**. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 9788522477586.

Disciplina: Fundamentos do Ensino Superior

Ementa

Análise dos níveis de educação escolar previstos pela legislação educacional, com a dimensão dos perfis de competência pertinentes para cada âmbito. Estudo das finalidades da educação superior, com o entendimento sobre o processo de formação e da elaboração de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia básica

CASTRO, Nádya Studzinski Estima de *et al.* **Leitura e escrita acadêmicas**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Livro digital. ISBN 9788533500228.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital ISBN 9788597023954.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação**. São Paulo: Cengage Learning, 2003. Livro digital. ISBN 978-85-221-2608-8.

Bibliografia complementar

APOLINARIO, A. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Livro digital. ISBN 9788522466153.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2017. Livro digital ISBN 9788502636552

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital ISBN 9788597010770.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital ISBN 9788597020328.

AZEVEDO, Celicina B. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4a ed. São Paulo: Editora Manole, 2018. Livro digital ISBN 9786555762174

Disciplina: Ciência Política e Teoria Geral do Estado

Ementa

A evolução do Estado e do pensamento político na história e os seus principais teóricos. Análise sobre a soberania, o território e o povo. A legitimidade do poder estatal e as suas formas. Formas, sistemas e regimes de governo. Elementos sobre a Democracia, o sufrágio, os partidos políticos e os sistemas partidários.

Bibliografia básica

ACQUAVIVA, M. C. **Teoria geral do estado**. São Paulo. Editora Manole, 2010. Livro digital ISBN 9788520442227.

MALUF, S. **Teoria geral do estado**. São Paulo. Editora Saraiva, 2018. Livro digital ISBN 9788553610020.

REINALDO, D. **Ciência política**. 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2013. Livro digital ISBN 9788522476725

Bibliografia complementar

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do estado e ciência política**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786559770908.

RANIERI, N. **Teoria do estado**: do estado de direito ao estado democrático de direito. São Paulo, Editora Manole, 2018. Livro digital ISBN 9788520455791

SILVA, M. D. S. D; FELIPE, S. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. Livro digital ISBN 9788595021891.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. (Atualizador: prof. Miguel Alfredo Malufe Neto). 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital ISBN 9788553610020

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. 6. ed. Portugal, Almedina, 2014. Livro digital ISBN 9789724058146.

Disciplina: Análise Histórica e Filosófica do Direito

Ementa

Análise da evolução histórica e filosófica do Direito perpassando pelos tempos antigos, Grécia, Roma, idade média até as bases jusfilosóficas da modernidade. Observando os principais expoentes filosóficos de cada geração, iniciando com os pré-socráticos, sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles até chegarmos a Kant, Hegel, Habermas e John Rawls. Além do exame da história jurídica brasileira do período colonial aos tempos hodiernos.

Bibliografia básica

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito**: uma crítica à verdade na ética e na ciência. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro digital ISBN 978-85-536-0983-3.

BITTAR, Eduardo C. **História do direito brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital ISBN 978-85-970-1359-7.

NADER, P. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital ISBN 978-85-309-9024-4.

Bibliografia complementar

ACCA, Thiago dos Santos; LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Curso de história do direito**. São Paulo: Método, 2013. Livro digital ISBN 978-85-309-5099-6

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito**: o direito como prática. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital ISBN 978-85-970-2626-9

PALMA, Freitas, R. **História do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Livro digital ISBN 978-85-536-1025-9.

NUNES, Rizzatto. **Manual de filosofia do direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. ISBN 978-85-536-0166-0

WOLKMER, Carlos, A. **História do direito no brasil**: tradição no ocidente e no brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 978-853-09-8730-5

Disciplina: Teoria Geral do Direito e Hermenêutica Jurídica

Ementa

Investigação sobre a origem do Direito e da Sociedade. Análise sobre os conceitos de direito, justiça, ética e moral. Abordagem das teorias e das escolas do Direito. Os ramos do Direito e sua divisão em direito público e privado. As bases da Lei de Introdução às normas do direito brasileiro e das pessoas naturais e jurídicas do Código Civil. Hermenêutica Jurídica: lacunas e antinomias. Pensamento hermenêutico. Escolas do pensamento hermenêutico jurídico. Teorias e métodos de interpretação.

Bibliografia básica

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-970-2616-0.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Livro digital. ISBN 9788530992118.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002-2014. Livro digital. ISBN 9788502136847.

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo *et al.* **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre, SAGAH, 2018. Livro digital. ISBN 9788595024090.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Coleção Fora de Série, Rio de Janeiro, 2020. Livro digital ISBN 9788530991425

SOARES, F; MAURÍCIO, R. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553610235.

Bibliografia complementar

CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti. Manual da teoria geral do direito. São Paulo: Almedina, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-8493-516-1.

FERRAZ JR., TERCIO S . **A Ciência do Direito**. 3. Ed. São Paulo. Grupo GEN, 2014. Livro digital. ISBN 9788522491445.

MACIEL, J.F. R. **Manual de história do direito** .São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553611355.

RIZZARDO, Arnaldo. **Introdução ao Direito e Parte Geral do Código Civil**, 8ª edição. Grupo GEN, 2015. Livro digital. ISBN 978-85-309-6832-8.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital. ISBN 9788597018592.

2º Semestre

Disciplina: Atitude Empreendedora e Inovação

Ementa

Busca da compreensão sobre as mudanças no universo corporativo e a crescente importância do empreendedorismo. Análise de habilidades e atitudes essenciais para empreendedores. Fundamentação da mentalidade Empreendedora. Demonstração de trajetórias de vida e carreira de empreendedores. Aplicação do planejamento de novos empreendimentos.

Bibliografia básica

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. Trad. Francisco Araújo da Costa 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo corporativo: como ser um empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. Livro digital. ISBN 978-85-216-3015-9.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014. Livro digital. ISBN 9780078029196

Bibliografia complementar

CANDIDO, Claudio Roberto; PATRÍCIO, Patrícia. **Empreendedorismo: uma perspectiva multidisciplinar**. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Livro digital. ISBN 978-85-216-3084-5.

CÉSAR, L. F **A Nova Geração de Empreendedores: guia para elaboração de um plano de negócios**. São Paulo: Atlas, 2009. Livro digital. ISBN 9788522470358.

COOPER, Brant; VLASKOVITS, Patrick. **Empreendedorismo enxuto: como visionários criam produtos, inovam com empreendimentos e revolucionam mercados**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. São Paulo: Empreende/Atlas, 2016. Livro digital. ISBN 978-1-118-29534-2.

SALIM, Cesar Simões. **Introdução ao empreendedorismo: construindo uma atitude empreendedora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Livro digital. ISBN 978-85-52-3466-4.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: conceitos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-365-3162-5.

Disciplina: Bens, Atos, Fatos e Negócios Jurídicos

Ementa

A apresentação dos bens juridicamente considerados. A análise dos fatos jurídicos. A formação dos negócios jurídicos, os seus defeitos e as suas possibilidades de invalidação. O estudo moderno dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. A discussão dos institutos jurídicos da prescrição e da decadência. Orientação sobre a teoria das provas. Estudo desses casos de acordo com a jurisprudência hodierna.

Bibliografia básica

LÔBO, Paulo. **Direito civil** : parte geral. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. v. 1. Livro digital. ISBN 978-85-536-1688-6.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: introdução ao direito civil**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 1. Livro digital. ISBN 978-85-309-9035-0

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2021. v. 1.

Livro digital ISBN 9788597027181

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 1. Livro digital ISBN 9788553617234.

STOLZE, P.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil 1: parte geral**. 23. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. v.1. Livro digital ISBN 9788553617661.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: lei de introdução e parte geral**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-309-8929-3.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. **Fundamentos do Direito Civil: Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-309-9019-0

CASSETARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594157

Disciplina: Função Jurisdicional e Sujeitos Processuais-Jurisdição, Competência e Atos Processuais

Ementa

Estudo dos aspectos subjetivos do processo com ênfase ao aperfeiçoamento da relação processual. A análise das normas processuais fundamentais e as suas aplicações. O desenvolvimento da jurisdição e da ação e as regras dos limites da jurisdição nacional, da cooperação internacional e da competência interna. A caracterização dos sujeitos processuais, do litisconsórcio e da intervenção de terceiros.

Bibliografia básica

DELORE, Luiz *et al.* **Teoria geral do processo contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-97-01954-4.

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria geral do processo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 978-65-5559-474-4

WANDERLEI, R. H; AVELAR, L. E. D. **Teoria geral do processo**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2019. Livro digital ISBN 9788597021073.

Bibliografia complementar

CARREIRA, ALVIM, J E. **Teoria Geral do Processo**. 23. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. Livro digital. ISBN 9788530987800

DELLORE, Luiz; et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 4 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Livro digital. ISBN 9786559640249

DA FONSECA, GAJARDONI, Fernando; LUIZ, DELLORE,.; VASCONCELOS, ROQUE, A.; DUARTE, OLIVEIRA Jr., Z. **Processo de Conhecimento e Cumprimento de Sentença-Comentários ao CPC de 2015-Vol. 2, 2ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. Livro digital. ISBN 9788530981785.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria geral do processo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Livro digital. ISBN 978-85-224-5441-9.

Disciplina: Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais

Ementa

Estudo sobre o constitucionalismo e as constituições: histórico, teorias, seus poderes e classificações; e a sua relação com o Estado democrático de direito. Análise dos direitos, liberdades e garantias individuais previstos na Constituição de 1988 e dos seus limites e restrições, bem como a sua eficácia e efetividade à luz da doutrina moderna e da jurisprudência.

Bibliografia básica

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Teoria geral do estado e da constituição**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-309-8684-1.

SARLET, Ingo Wolfgang; Mitidiero, Daniel; Marinoni, Luiz Guilherme. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-536-1934-4.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do estado e da constituição**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-309-8275-1.

Bibliografia complementar

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN: 9788502133556.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-97-02763-1.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-30-99054-1

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 6. ed. Rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530988319.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-536-1375-5.

Disciplina: Teoria Geral da Infração Penal

Ementa

Noções introdutórias do Direito Penal: fontes, princípios, evolução histórica e conceitos. Aplicação da lei penal do tempo e no espaço. Investigação dos principais elementos da teoria do crime. Elementos caracterizadores do crime: tipicidade, ilicitude e culpabilidade e suas

respectivas excludentes. As espécies de crime e a imputabilidade. Desenvolvimento do concurso de pessoas.

Bibliografia básica

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal 1: parte geral** . São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Livro digital ISBN 9788553616985.

JUNQUEIRA, G .; VANZOLINI, P. **Manual de direito penal: parte geral** . São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital ISBN 9788553616398.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. Rio de Janeiro: Editora Forense , 2020. Livro digital. ISBN 9788530989989.

Bibliografia complementar

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-309-9275-0

AZEVEDO, D. T. D. **Código penal interpretado**. 8. ed. São Paulo: Editora Manole, 2018. Livro digital. ISBN 9788520455098.

LOPES, Aury. **Direito processual penal** .18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 6555590084.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Livro digital. ISBN: 9786559770526.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal esquematizado**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553619023.

3º Semestre

Disciplina: Pluralismo Étnico-racial, Diversidade e Direitos Humanos

Ementa

Estudo das origens e influência do marco cultural proveniente da multiplicidade de raças que contribuiu para a formação do Brasil contemporâneo. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Busca pela compreensão do sentido da cidadania, dimensionando sua propriedade para o alcance de justiça social. Análise do processo de constituição dos Direitos Humanos, para o entendimento de seu caráter universal.

Bibliografia básica

BES, Pablo *et al.* **Sociedade, cultura e cidadania**. Porto alegre: Sagah Educação, 2018.

BARROSO, Priscila Farfan; WILIAN JUNIOR, Bonete. **Estudos culturais e antropológicos**. Porto Alegre: Sagah Educação, 2018. Livro digital. ISBN 9788595027862.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 7. ed. Rio de Janeiro:

Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-309-8884-5

Bibliografia complementar

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, 262p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf

COUTINHO, D. R. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. ISBN 9788502207981.

FRANK, C. **Teorias da Democracia**. Porto alegre: Sagah Educação, 2009. ISBN 9788536319490.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Série Cadernos da Diversidade). Livro digital. ISBN 978-85-7526-491-1.

RAMOS, André de Carvalho **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020 Livro digital. ISBN 978-85-536-1663-3.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena. **O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-513-0482-2.

Disciplina: Tecnologias e Ambientes de Interação

Ementa

Conceitos básicos, ferramentas de apoio, editores de texto, planilhas eletrônicas, programas para palestras e seminários. Noções de redes locais e remotas de computadores. Informática aplicada ao Direito.

Bibliografia básica

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Livro digital. ISBN 9788502197565.

LUCAS JR, Henry C. **Tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Livro digital. ISBN 978-85-216-2393-9.

MOLINARO, Carneiro Ramos. **Gestão de tecnologia da informação: governança de TI**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. Livro digital. ISBN 978-85-216-1972-7.

Bibliografia complementar

COMER, Douglas E. **Redes de computadores e internet**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. Livro digital. ISBN 9788582603734.

GOULART, S. R. **Valuation: Guia Fundamental e Modelagem em Excel®**. Grupo GEN, 2019. ISBN 9788597022599.

LONGO, W. **O fim da Idade Média e o início da Idade Mídia.**: Editora Alta Books, 2019. ISBN 9788550811857.

MANZANO, José Augusto N. G.; MANZANO, André Luiz Navarro Garcia. **Estudo dirigido de Microsoft Excel 2013: avançado**. São Paulo: Erica, 2013. Livro digital. ISBN 9788536519142.

MANZANO, André Luiz N G.; MANZANO, Maria Izabel N G. **Estudo Dirigido de Informática Básica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. Livro digital. ISBN 9788536519111

Disciplina: Métodos Adequados de Solução de Conflitos - MASC

Ementa

Análise do princípio do acesso à justiça sob o viés do Tribunal Multiportas visando a efetividade da prestação jurisdicional através da análise do conflito e dos meios autocompositivos (negociação, Conciliação e Mediação) e heterocompositivos (arbitragem e processo administrativo e judicial) adequados para a sua solução, sob a perspectiva teórica e prática hodierna.

Bibliografia básica

SALLLES, C. de. A. **Negociação, mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. 2019. ISBN 9788530988128.

SCAVONE JUNIOR, L. A. **Arbitragem: mediação, conciliação e Negociação**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530990152.

TARTUCE, F. **Mediação nos conflitos civis**. São Paulo: Método. 2018. Livro digital: ISBN 9788530983482.

Bibliografia complementar

FERREIRA, L.S.; ALBERTO, C.C. **Arbitragem: estudos em homenagem ao Prof. Guido Fernando Silva Soares**. São Paulo: Atlas, 2007. Livro digital. ISBN 9788522466825.

FIGUEIRA JUNIOR, J. E. **Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 9788530987244.

SILVA, L. A. M. G. D. **Mediação de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 9788522478866.

PINHO, H.D.B. D. **Manual de mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553612864.

VASCONCELOS, C. E. D. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2020. Livro digital. ISBN 9788530991463.

Disciplina: Obrigações e Responsabilidade Civil

Ementa

Reflexão sobre o Direito das Obrigações, em especial sobre a suas modalidades, a transmissão, o adimplemento, a extinção e as consequências do inadimplemento, além da análise sobre a Responsabilidade Civil contratual e extracontratual e as suas teorias, os atos ilícitos, as causas excludentes e as suas espécies discutidas na doutrina e na jurisprudência.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. Coleção Direito civil brasileiro. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v.2. Livro digital. ISBN 978-85-536-1715-9.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530989323.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: obrigações e responsabilidade civil**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597024678

Bibliografia complementar

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597025422

DONIZETE, E. **Curso de direito civil**. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597025026.

GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553617173.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 9788530986087

ROSENVALD, N.; FARIAS, C.C.D.; NETTO, F.B. **Novo tratado de responsabilidade civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553612086.

Disciplina: Organização dos Poderes e Controle da Constitucionalidade

Ementa

Análise da organização dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das funções essenciais à Justiça. Caracterização da teoria geral do controle de constitucionalidade difuso e concentrado. Estudo sobre o sistema dos precedentes e da modulação dos efeitos de suas decisões. Manuseio das ações constitucionais.

Bibliografia básica

FERREIRA FILHO, F.M.G. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530991845.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. – 23. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN9786555594928.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Livro digital. ISBN9788553172832.

Bibliografia complementar

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN9788597024913.

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-30-99054-1.

MOTTA, S. **Direito constitucional**. São Paulo: Método, 2019. Livro digital. ISBN 9788530986544.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018. Livro digital. ISBN 9788530988319.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-536-1375-5.

Disciplina: Teoria da Pena

Ementa

Busca de compreensão sobre as penas através da análise de suas espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação e reabilitação sob o viés humanístico hodierno. Estudos das medidas de segurança e da ação penal, bem como das causas que geram a extinção da punibilidade.

Bibliografia básica

GRECO, R. **Direito penal estruturado**. São Paulo: Método, 2019. Livro digital. ISBN 9788530985875.

PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. **Curso de direito penal brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Livro digital. ISBN 9788530990114.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte geral arts. 1º a 120 do CP**. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1. Livro digital. ISBN 9788597028102.

Bibliografia complementar

ANDREUCCI, R. A. **Manual de direito penal - verificado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788553616329.

AZEVEDO, D. T. D. **Código penal interpretado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2018. Livro digital. ISBN 9788520455098.

BARRIONUEVO, F. H.; POGGIO, S. G. **Direito penal: parte geral**. São Paulo: 2019. 9788597020465. Livro digital. ISBN 9788597020465.

GONÇALVES, V. E. R. **Direito Penal Esquematizado - parte especial**. São Paulo. Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618927.

NUCCI, G. D. S. **Curso de direito penal - parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 1. Livro digital. ISBN 9788530989262.

4º Semestre

Disciplina: Processos Organizacionais

Ementa

Compreensão dos processos organizacionais no ambiente corporativo, com a identificação dos modos de mapeamento e sistematização do seu aperfeiçoamento para o atendimento de demandas múltiplas e heterogêneas, contribuindo com a gestão das organizações.

Bibliografia básica

CRUZ, Tadeu. **Processos organizacionais & métodos: BPM & tecnologias da informação, metodologia DOMP, desafios da revolução 4.0.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 978-85-97-02747-1.

GERRY, Johnson; SCHOLLES, Kevan; WHITTINGTON, Richard. **Fundamentos da Estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2011. Livro digital.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 21. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-224-8210-8.

Bibliografia complementar

ARAÚJO, Luís César G. de *et al.* **Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 978-85-970-1004-6.

BARRETO, Jeanine dos Santos; SARAIVA, Maurício de Oliveira Saraiva. **Processos gerenciais.** Porto Alegre: Sagah Educação, 2017.

CAMILLIS, Patrícia Kinast de *et al.* **Gestão do desempenho organizacional.** Porto Alegre: Sagah Educação, 2018. Livro digital.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos – metodologia – práticas.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-97-01989-6.

VALLE, Rogerio; OLIVEIRA, Saulo Barbará de. **Análise e modelagem de processos de negócio: foco na notação BPMN (Business Process Modeling Notation)** 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-224-5621

Disciplina: Tutelas Provisórias e Procedimento Comum

Ementa

Análise dos atos, das comunicações e das nulidades processuais, além da formação, suspensão e extinção do processo. Estudo das tutelas de provisórias de urgência e evidência. Etapas do procedimento comum: petição inicial, resposta do réu, providências preliminares e saneamento, instrução e provas, audiências, julgamento conforme o estado do processo, sentença e coisa julgada.

Bibliografia básica

ALVIM, E. A. **Direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553611416.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555592757

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 2. Livro digital. ISBN 978-85-309-9392-4.

Bibliografia complementar

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. Livro digital. ISBN 9788522486823

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: Processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 2. Livro digital ISBN 978-85-536-1605-3

HAROLDO, Lourenço. **Processo civil sistematizado**. 3. ed. São Paulo: Método, 2019. Livro digital. ISBN 9786559640133.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Livro digital. ISBN 9788553616657.

SOUZA, Artur César de. **Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Almedina, 2017. Livro digital. ISBN: 978-85-8493-194-1.

Disciplina: Crimes contra a Pessoa, o Patrimônio, a Dignidade Sexual e a Administração Pública

Ementa

Estudos dos crimes em espécie abordados pelo Código Penal Brasileiro em especial os contra a pessoa, o patrimônio, a dignidade sexual e a administração pública sob o viés doutrinário moderno e jurisprudencial hodierno.

Bibliografia básica

LENZA, P.; ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito penal esquematizado: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553616343.

NUCCI, G. S. **Código de processo penal comentado**. Rio de Janeiro, 2021. Livro digital. ISBN 9788530993474.

PRADO, Luiz Régis; CARVALHO, Erika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. **Curso de direito penal brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. Livro digital. ISBN 9788530990114.

Bibliografia complementar

Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial: crimes contra a pessoa**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 2. Livro digital. ISBN 978-85-536-1702-9

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2. Livro digital. ISBN 9788553619221.

DELMANTO, R. **Leis penais especiais comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553602209.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal: parte especial**. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2. Livro digital. ISBN 9788553619863

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nascimento. **Manual de direito penal: parte especial**. São Paulo: Atlas, 2020. v. 2. Livro digital. ISBN 9788597028010

Disciplina: Formação dos Contratos e Suas Espécies

Ementa

Reflexão sobre a teoria geral dos contratos: origem, evolução, pressupostos, requisitos, princípios, classificação e formação. Espécies contratuais tradicionais e modernas e suas tendências. Extinção dos contratos. Enfoque prático.

Bibliografia básica

GOMES, O. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 9788530986735.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro v 3 - contratos e atos unilaterais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553617258.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 9. ed. São Paulo: Método, 2020. v. 3. Livro digital. ISBN 9788530989347.

Bibliografia complementar

Lobo, P. **Direito Civil 3 - Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2017. Livro digital. ISBN 9788547229146.

RIZZARDO, A. **Contratos**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530992637.

SEIXAS, A. F. F. **Direito civil IV: contratos em espécie**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Livro digital. ISBN 9788533500273.

PABLO, S.; FILHO, R.P. **Novo curso de direito civil: contratos**. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 4. Livro digital. ISBN 9786555593051.

VENOSA.S.D.S. **Direito civil: contratos** São Paulo: Atlas, 2020. v. 3. Livro digital. ISBN 9788597024692.

Disciplina: Gestão da Administração Pública

Ementa

Noções Introdutórias ao Direito Administrativo: evolução histórica, conceito, objeto e fontes. Princípios do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, organização – administração direta e indireta. Atos Administrativos. Poderes administrativos. Agentes Públicos. Bens. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública: controle judicial, social e institucional. Responsabilidade Civil do Estado. Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico.

Bibliografia básica

ARAÚJO, E.N. D. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553601578.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 9788530989736

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9786555593266

Bibliografia complementar

ALMEIDA, F. B. D. **Manual de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618422.

BERWIG, A. **Direito administrativo**. Ijuí: Unijuí, 2019. Livro digital. ISBN 9788541902939.

NOHARA, I. P. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597025262.

OLIVEIRA, R. C. R. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Método, 2020. Livro digital. ISBN 9788530989460.

SPITZCOVSKY, C. **Direito administrativo esquematizado**. São Paulo: 2020. Livro digital. ISBN 9788553618477.

Disciplina: Psicologia Jurídica

Ementa

Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade: Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito – Interdisciplinaridade. Esfera criminal, cível, infância e juventude e direito de família. Desenvolvimento da personalidade humana.

Bibliografia básica

BARROS, D. M. **Introdução à psiquiatria forense**. Porto Alegre: Artmed, 2019. ISBN 9788582715185.

PINHEIRO, C. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: 2018. Livro digital. ISBN 9788553610402.

PAULO, B. M. P. **Psicologia na prática jurídica, 2. ed.** São Paulo: Saraiva, 2012. Livro digital. ISBN 9788502175907

Bibliografia complementar

BARROS, D. M. **Psiquiatria forense: interfaces jurídicas, éticas e clínicas**. Porto Alegre: Artmed, 2019. Livro digital. ISBN 9788582716052.

COLETTA, E.D. **Psicologia e criminologia**. Porto Alegre, Sagah, 2018. Livro digital. ISBN 9788595024649.

ELIAS, A. **Psiquiatria forense de taborda**. Porto Alegre: Artmed, 2016. ISBN 9788582712825.

FIORELLI, O. J. **Psicologia jurídica**. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597027990.

REIS, P. S. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: Sagah, 2017. Livro digital. ISBN 9788595025783.

5º Semestre

Disciplina: Educação Ambiental e Consciência Ecológica

Ementa

Análise dos marcos teóricos da Educação Ambiental, com a compreensão dos elementos atitudinais que levam ao desenvolvimento da consciência ecológica derivativa do exercício da cidadania plena.

Bibliografia básica

MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. **Ciência ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Livro digital. ISBN 9788522118663

OLIVEIRA, S.V.W.B.D.; LEONETI, A.; CEZARINO, L.O. **Sustentabilidade: princípios e estratégias**: Editora Manole, 2019. Livro digital. ISBN 9788520462447.

ODUM, E. P; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2007. Livro digital. ISBN 8522105413.

Bibliografia complementar

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HAPER, John L. **Ecologia de indivíduos a ecossistemas**. 8. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2011. Livro digital. ISBN 9788536309545.

CAIN, Michael L. **Ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017. Livro digital. ISBN 9788582714690.

GUREVITCH, Jessica; SCHEINER, Samuel M.; FOX, Gordon A. **Ecologia vegetal**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015. Livro digital ISBN 9788536320045.

IBRAHIN, Francini Imene Dias. **Educação ambiental: estudo dos problemas, ações e instrumentos para o desenvolvimento da sociedade**. São Paulo: 2014. Livro digital. ISBN 9788536521534.

MILLER JR, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Livro digital. ISBN 9788522113224.

Disciplina: Questões socioantropológicas controvertidas

Ementa

Compreensão do significado de cultura e dos processos de constituição da identidade. Análise dos elementos determinantes do pluralismo cultural e dos aspectos comportamentais e atitudinais do racismo da discriminação. Entendimento dos movimentos sociais e das ideologias que instituíram a vigente ordem social.

Bibliografia básica

BARROSO, Priscila Farfan *et al.* **Antropologia e cultura**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Livro digital. ISBN 9788595021853.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESSOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Livro digital. ISBN 978859702268.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de; Melo *et al.* **Fundamentos de sociologia e antropologia**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Livro digital. ISBN 9788595023826.

Bibliografia complementar

DORETO, Daniela Tech *et al.* **Questão Social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: Sagah. Livro digital. ISBN 9788595027619.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coord.). **Direito à diversidade**. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522496532.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. São Paulo: Autêntica, 2010. Livro digital. ISBN 9788582178157.

ROCHA, Maria Isabel Antunes *et al.* **Representações sociais, identidade e preconceito**. São Paulo: Autêntica, 2019. Livro digital. ISBN 9788551306413.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**. São Paulo: Autêntica. Livro digital. ISBN 9788595027619.

Disciplina: Compras no Setor Público e Compliance

Ementa

Legislação aplicável à contratação de bens e serviços. Lei Federal no 8.666/1993. Lei Federal 10.520/2002. Compras no setor público. Conceito de licitação. Destinatários. Finalidade. Princípios. Objeto de licitação. Modalidades. Obrigatoriedade. Inexigibilidade de licitação. Dispensa de licitação. Procedimento. Edital de licitação. Revogação e anulação. Sanções. Gestão de Contratos. Ética e Transparência na Administração Pública. *Compliance* no Setor Público.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-970-2498-2.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-309-8973-6.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 978-65-555-9326-6.

Bibliografia complementar

BERWIG, Aldemir. **Direito administrativo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019. Livro digital. ISBN 9788541902939.

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito administrativo facilitado**. São Paulo: Método, 2019. Livro digital. ISBN 9788530983819.

HORVATH, Miriam Vasconcelos Fiaux. **Direito administrativo**. São Paulo: Manole, 2011. Livro digital. ISBN 978-85-204-4432-0.

NOHARA, Irene. **Direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 978859702526.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2020. Livro digital ISBN 9788530989460.

Disciplina: Do Direito à Posse ao Direito das Megalópoles

Ementa

Explicitação dos direitos da posse e da propriedade: conceitos, classificações, teorias, elementos caracterizadores e função social. Modalidades de aquisição da propriedade e os tipos da usucapião. Os direitos oriundos dos estatutos das cidades e das metrópoles relacionados às relações sociais e espaços urbanos.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 5. Livro digital ISBN 978-85-536-1597-1

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das coisas**. 6. ed. São Paulo: Método, 2014. v. 4. Livro digital ISBN 9788530993726

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direitos reais**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 4. Livro digital ISBN 9788597024715

Bibliografia complementar

AUGUSTO, Eduardo Agostinho Arruda. **Registro de imóveis, retificação de registro e georreferenciamento: fundamento e prática**. São Paulo: Saraiva, 2013. Livro digital. ISBN 9788502181045.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Estatuto da Cidade comentado: Lei n. 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial**. 7.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-536-1306-9.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: coisas**. 6. ed. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2021. v. 4.

Livro digital. ISBN 9788553617197.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito das Coisas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Livro digital. ISBN 9788530968700.

ORLANDO, GOMES. **Direitos Reais**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. ISBN: 978-85-309-4392-9.

Disciplina: Legislação Penal Especial

Ementa

Análise das principais legislações penais extravagantes, a exemplo: contravenções penais, genocídio, abuso de autoridade, preconceito de raça ou de cor, criança e do adolescente, crime hediondo, consumidor, tortura biossegurança, drogas, terrorismo, ambiental, dentre outras.

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 14. ed. São Paulo Saraiva, 2020. v. 4. Livro digital. ISBN 9788553619245.

DELMANTO, Roberto. **Leis penais especiais comentadas**. 3.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018 Livro digital ISBN 978-85-536-0220-9.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial: esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594959.

Bibliografia complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação penal especial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital ISBN 978-85-5361048-8

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 21. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-970-2519-4.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial: Crimes do ECA, Crimes contra o Consumidor, Crimes contra as Relações de Consumo, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes Ambientais, Crimes do Estatuto do Idoso, Crimes Falimentares, Crime Organizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (Sinopses Jurídicas V). Livro digital. ISBN 9788553610549.

MASSON, Cleber. **Lei de drogas: aspectos penais e processuais**. Rio de Janeiro: Método, 2018. Livro digital. ISBN 9788530983642.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Garantias fundamentais na área criminal**. – Barueri, SP: Manole, 2014. Livro digital ISBN 978-85-204-4851-9.

Disciplina: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa e Voluntária

Ementa

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária no Código de Processo Civil. Procedimentos especiais nas Leis Extravagantes.

Bibliografia básica

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. V. 2. Livro Digital. ISBN 9788553610167.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 2. Livro digital. ISBN 978-85-536-1605-3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 52. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 3. Livro Digital. ISBN 9788530992927.

Bibliografia complementar

ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Livro Digital. ISBN 9788530970765.

DONIZETTI, Elpídio. **Novo código de processo civil comentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Livro Digital. ISBN 9788597006117.

GRECO, Leonardo. **Instituições de processo civil: Introdução ao Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v. 2. Livro Digital. ISBN 978-85-309-6473-3.

MARCATO, Antônio Carlos. **Procedimentos especiais**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 978-85-970-2622-1.

MONTENEGRO Filho, Misael. **Novo Código de Processo Civil comentado**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. Livro digital. ISBN 9788597016611.

6º Semestre

Disciplina: Cooperação, Economia Solidária e Compartilhada

Ementa

Estudo das práticas precursoras da ação cooperativa, perpassando pelo processo de formação e enriquecimento do Cooperativismo, Cooperativa Rural. Análise das origens e formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e das iniciativas práticas de economia compartilhada. Economia Rural.

Bibliografia básica

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Gestão de cooperativas**: fundamentos, estudos e práticas. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. Livro digital. ISBN 9788541902823.

FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da Comunicação**: no mundo do trabalho, terceiro setor e cooperativismo. São Paulo: Grupo GEN, 2005. Livro digital. ISBN 9788522479276.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788597000726.

Bibliografia complementar

ALVES, Aline. **Contabilidade do terceiro setor**. Porto Alegre: Sagah, 2018. Livro digital. ISBN 9788595028593.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597021639.

MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. **As sociedades cooperativas e o regime jurídico concursal**. São Paulo: Almedina, 2015. Livro digital. ISBN 9788584930746.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2004. Livro digital. ISBN 9788522472956.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Gestão financeira para cooperativas**: enfoques contábil e gerencial. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital. ISBN 9788597007602.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Ementa

Conceito de ciência. Classificação e divisão da ciência. Conhecimento científico e tecnológico. Importância do projeto de pesquisa. Planejamento, Estrutura e Metodologia da pesquisa científica. Como apresentar um trabalho científico. Elaboração e desenvolvimento de um plano de trabalho na área de Agronomia.

Bibliografia básica

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Daniel Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências**: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. Livro digital. ISBN 9788521630470.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 9788597012934.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 9788597012408.

Bibliografia complementar

APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Livro digital. ISBN 9788522466153.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica.** São Paulo: Cengage Learning, 2016. Livro digital. ISBN 9788522126293.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 9788597010770.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. Livro digital. ISBN 9788597008821.

SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Livro digital. ISBN 9788522112661

Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada

Ementa

Introdução aos mecanismos de governança da internet na administração pública. Sistemas computacionais para o poder judiciário. Sistemas de informação interligados. Inteligência Artificial no Poder Judiciário.

Bibliografia básica

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Livro digital. ISBN 9788502197565.

MOLINARO, Carneiro Ramos. **Gestão de tecnologia da informação: governança de TI.** Rio de Janeiro: LTC, 2010. Livro digital. ISBN 978-85-216-1972-7

TARCISIO Teixeira. **Direito digital e processo eletrônico.** São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 978655591484.

Bibliografia complementar

BERNARDES, Marciele Berger. **Democracia na sociedade informacional: o desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788502196339.

COMER, Douglas E. **Redes de computadores e internet.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. Livro digital. ISBN 9788582603734.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital.** Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530992262

LONGO, W. **O fim da idade média e o início da idade média.**: Editora Alta Books, 2019. ISBN 9788550811857.

LUCAS JR, Henry C. **Tecnologia da informação.** Rio de Janeiro: LTC, 2006. Livro digital. ISBN 978-85-216-2393-9.

Disciplina: Novos Paradigmas das Famílias

Ementa

A origem e a formação dos direitos das famílias e os seus novos paradigmas. Formas/modalidades de união e seus efeitos jurídicos constitucionalmente reconhecidos. Relações de parentesco, filiação e reconhecimento dos filhos, adoção, poder familiar, direito dos idosos.

Bibliografia básica

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. ISBN 978-65-596-4050-8.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito de família.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555598117.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos de família.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-309-8305-5.

Bibliografia complementar

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de família.** 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 6. Livro digital. ISBN 9788553604579.

MONTEIRO, Washington de Barros; SILVA, Regina Beatriz Tavares de. **Curso de direito civil: direito de família.** 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 2. Livro digital. ISBN 97885502022980.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: direito de família.** Rio de Janeiro: Forense, 2016. Livro digital. V. 5 ISBN 978-85-309-6867-0.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família.** 28. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v. 5. Livro digital. ISBN 9788530990657.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direito de família.** 16. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2021. v. 5. Livro digital. ISBN 978-85-309-9380-1.

Disciplina: Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação

Ementa

Análise dos processos e procedimentos nos tribunais: remessa necessária, ações originárias e recursos, teoria geral e análise dos recursos em espécie.

Bibliografia básica

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2. Livro digital ISBN 9788553617746.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital ISBN 9788597025026.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 53 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 3. Livro digital ISBN 9788530988838

Bibliografia complementar

ASSIS, Araken de. **Cumprimento de sentença**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Livro digital ISBN 978-85-309-4983-9.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. v. 1. Livro digital ISBN 978-85-224-8682-3

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil: execução, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões**. São Paulo: Saraiva, 2021. v. 3. Livro digital ISBN 9786555593839.

LUNARDI, Fabrício Castagna. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital ISBN 9788553611003.

THEODORO Júnior, Humberto, 1938. **Processo de execução e cumprimento da sentença**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital ISBN 9788530990961

Disciplina: Sistema Processual Penal Brasileiro

Ementa

Conceitos preliminares. Direito Processual Penal. Os vários tipos de investigação. Competência e atribuição das várias frentes de investigação. A Constituição Federal como viga mestra da persecução penal. Considerações preliminares sobre a persecução penal. Análise das questões e dos processos incidentes.

Bibliografia básica

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-309-9275-0.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 28. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555595895.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 978855360019.

Bibliografia complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Curso básico de processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Livro digital. ISBN 9788502626129.

LOPES JUNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal: introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9788547210144.

MESSA, Ana Flávia. **Curso de direito processual penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva. Livro digital. ISBN 9788547211264.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-97-02694-8

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-97-02324-4.

7º Semestre

Disciplina: Relações de Consumo e Sustentabilidade

Ementa

Exame das questões representativas da sociedade de consumo, determinantes do entendimento das novas dinâmicas de produção e de consumo na sociedade globalizada, com observação dos preceitos normatizadores das relações de consumo. Compreensão do significado de sustentabilidade e da forma pela qual o consumo incorreto afeta o equilíbrio ambiental.

Bibliografia básica

CORDOVIL, Leonor. **Direito, gestão e prática: direito do consumidor: a visão da empresa e da jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. ISBN 9788502228436.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Direitos do consumidor**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Livro digital. ISBN 9788597017069.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* **Código brasileiro de defesa do consumidor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Livro digital. ISBN 9788530982867.

Bibliografia complementar

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553131839.

LEMOS, Inez. **Pedagogia do consumo: família, mídia e educação**. São Paulo: Autêntica Editora, 2015. Livro digital. ISBN 9788582173725.

ALVES, Fábio Carlos Rodrigues. **A contextualização do binômio produção e consumo à luz dos conceitos da cultura e da ideologia**. São Paulo: Editora Blucher, 2015. Livro digital. ISBN 9788580391053

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553607532.

MARQUES, Cláudia Lima. **Direito do consumidor: 30 anos de CDC**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530992156.

Disciplina: Cumprimento de Sentença e Execução

Ementa

Cumprimento de sentença e execução: natureza, regras gerais de processo, procedimentos executivos. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Título executivo: exigibilidade expropriação de bens. Espécies de execução e meios de defesa. Ações autônomas. Suspensão e extinção da execução.

Bibliografia básica

ELPÍDIO, D. **Novo Código de Processo Civil Comentado, 3. ed.** São Paulo: Editora Atlas, 2018. Livro digital ISBN 9788597016734.

LUNARDI, FC **Série IDP - Curso de direito processual civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital ISBN 9788553611003.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. São Paulo Editora Atlas, 2020. Livro digital ISBN 9788597024098.:

Bibliografia complementar

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil - volume único**. 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital ISBN 9788553618040

THEODORO JÚNIOR, Humberto, 1938. **Processo de execução e cumprimento da sentença** 30. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital ISBN 9788530990961.

ALVIM, EA. **Direito processual civil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. Livro digital ISBN 9788553611416.

BONATO, Leonel. **O novo código de processo civil**. São Paulo: Editora Atlas, 2015. Livro digital ISBN 978-85-970-0236-2.

HAROLDO LOURENÇO. **Processo Civil Sistematizado**. 3 ed. São Paulo: Editora Método, 2017. Livro digital ISBN 9788530985493

Disciplina: Relações Laborais e Contrato de Trabalho

Ementa

Estudo dos contratos e de trabalho e sua duração, salário/remuneração, gratificação natalina, férias e outros. Estabilidades e garantias no Emprego. A extinção dos contratos de trabalho: noções gerais, aviso prévio e análise das diferentes hipóteses. Obrigações decorrentes da dissolução do contrato. O FGTS. Medicina, higiene e segurança no trabalho.

Bibliografia básica

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho**. 8. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO 2020. Livro digital. ISBN 9788530989552.

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617944.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594775.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT comentada**. Colaboração dos advogados. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015. Livro digital. ISBN 9788502627192.

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho: Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. Livro digital. ISBN 9788520460283.

FREDIANI, Yone. **Direito do trabalho**. São Paulo: Manole, 2011. Livro digital. ISBN: 9788520444351.

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Direito do trabalho**. 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597018974.

MARQUES, Fabíola **Direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 9788522478712.

Disciplina: Sucessão Hereditária

Ementa

Análise do direito da sucessão hereditária e seus fundamentos. Abertura, tempo e lugar da sucessão. Transmissão da herança e capacidade para suceder. Sucessão legítima e testamentária e suas formas e consequências jurídicas. Inventário e partilha. Planejamento familiar sucessórios e suas consequências jurídicas.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das sucessões**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 7. Livro digital ISBN 978-85-536-1601-5

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das sucessões**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 9788530984762

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito das sucessões**. 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital ISBN 9788530993788

Bibliografia complementar

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das sucessões**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital ISBN 9788597017328

GAGLIANO, Paulo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: direito das sucessões**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 7. Livro digital ISBN 9786555594812

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, v. 6: direito das sucessões**. 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016. Livro digital ISBN 9788530968748

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: sucessões**. 18. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. (Coleção Direito Civil; 6) Livro digital ISBN 9788597014846

TARTUCE, Flávio Manual de **Direito Civil: volume único**. 11. ed. – Rio de Janeiro, Forense; MÉTODO, 2021. Livro digital ISBN 9788530993115

Disciplina: Morfologia dos Sistemas Penais e Prisões

Ementa

As provas no processo penal e suas características. Atuação do Juiz, Ministério Público, Acusado, Defensor, Assistentes e Auxiliares da Justiça. As várias formas de segregação legal da liberdade, modalidades de prisão e formas de buscar a liberdade. Interdições dos Direitos e Medidas de Segurança. Procedimentos e suas regularidades do procedimento. Sentença.

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital ISBN 9788553619160.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo penal e execução penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 9788530986469

PACELLI, Eugênio. Douglas Fischer. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital ISBN 9788597024937

Bibliografia complementar

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 9788530991708.

BITENCOURT, CR **Tratado de direito penal 1 - parte geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. Livro digital ISBN 9788553616985.

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 6. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital ISBN 9788553605446

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Rio de Janeiro, 2021. Livro digital. ISBN 9788530993474.

PACELLI, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. 24. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597023763

Disciplina: Laboratório de Prática Jurídica: Prática Jurídica Civil

Ementa

As atividades simuladas na área Cível com estudos e discussão de casos fictícios e reais. Elaboração de procuração e contratos. Atendimento ao público e ajuizamento de ações em meios físicos e eletrônicos. Simulação de audiências. Visitas técnicas.

Bibliografia básica

AGUIRRE, João Ricardo Brandão; SÁ, Renato Montans de. **Prática civil**. 8 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Livro digital ISBN 9788553172696.

LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado - advocacia prática: civil, trabalhista e penal** 30 ed. Barueri: Editora Manole, 2018. Livro digital. ISBN 9788520455111.

ROQUE, Nathaly Campitelli; e GONZAGA, Alvaro de Azevedo (coord.). **Prática civil**. 5. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Livro digital ISBN 9788530973957.

TARTUCE, Fernanda. **Manual de prática civil**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530988180

.

Bibliografia complementar

BARROSO, Darlan. **Prática no processo civil**. 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019. Livro digital ISBN 9788553611935

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil** 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617845.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista: de acordo com a reforma trabalhista**. 52. ed. - São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597022346

ROSIO, Roberto *et. al.* **Prática Jurídica: civil**. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN: 9786555595086.

VALLES, Edgar. **Prática processual civil**. 12. ed. Portugal: Grupo Almedina, 2020. Livro digital. ISBN: 9789724084381.

8º Semestre

Disciplina: Meios de Impugnação e Execução Penal

Ementa

Análise da teoria geral dos recursos e a análise de suas espécies como meio de impugnação das decisões judiciais. Reflexão sobre a Lei de Execução Penal e demais diplomas normativos aplicáveis. Exame da natureza jurídica e dos princípios orientadores da execução penal à luz das ideias de humanização da pena.

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-536-1916-0.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo penal e execução penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 9788530986469.

PACELLI, Eugênio; F ISCHER, Douglas. **Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597024937.

Bibliografia complementar

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2019. Livro digital. ISBN 9788530991708.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1. Livro digital. ISBN 9788553616985

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 9788553610631

LOPES JUNIOR, Aury.Celso.Lima. **Fundamentos do processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN: 9786555593020.

MARCÃO, R. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital ISBN 9788553605446.

Disciplina: Relação Jurídica Coletiva de Trabalho

Ementa

Direito Coletivo e relações coletivas de trabalho. Organização e atuação sindical. Conteúdo dos interesses coletivos do trabalho. Liberdade Sindical. Conflitos Coletivos de Trabalho e suas formas de solução: negociação coletiva de trabalho, dissídio coletivo, arbitragem e greve.

Bibliografia básica

JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Manual de direito do trabalho**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital ISBN 9788597011401.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597000122.

MARQUES, Fabíola. **Direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Livro digital. ISBN 9788522478712.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT comentada. Colaboração dos advogados**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015. Livro digital. ISBN 9788502627192.

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617944.

CLT: Consolidação das leis do trabalho: decreto-lei n. 5.452, de 1. de maio de 1943. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. Livro digital. ISBN 9788520460283.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 12. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594775.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530989552.

Disciplina: Sistema Tributário Nacional

Ementa

Atividade financeira do Estado. Orçamento Público: Receita e Despesa Pública. Sistemas de controle: controle interno e externo. Repartição de receitas e federalismo fiscal. Finanças Públicas. Origem dos tributos e evolução histórica no Brasil. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Análise dos princípios, competência, imunidade tributária e relação jurídico tributária. Responsabilidade tributária.

Bibliografia básica

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Tratado de direito financeiro**. São Paulo: Saraiva, 2013. v. 1. Livro Digital. ISBN 9788502208629.

PINTO, Fabiana Lopes. **Direito tributário**. Barueri, SP: Manole, 2012. Livro digital. ISBN 9788520444399.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial**. 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. Livro digital. ISBN 9788530988647.

Bibliografia complementar

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Livro digital. ISBN 9788530988258.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Livro digital. ISBN 9786555592993.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. São Paulo: Atlas, 2017. Livro Digital. ISBN 9788597024968.

PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 6. ed. São Paulo: Método, 2017. Livro Digital. ISBN 9788530977412.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital ISBN 9786555592696.

Disciplina: Teoria da Empresa e Empresário

Ementa

As bases do Direito Empresarial: noções gerais, teorias da empresa, suas peculiaridades e caracterizações hodiernas. Análise da figura do empresário e suas características. Tipos de empresas e sociedades empresárias e suas caracterizações modernas.

Bibliografia básica

SANCHEZ, Alessandro. **Direito empresarial: sistematizado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. Livro digital. ISBN 9788530978785.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597024111

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553616190

Bibliografia complementar

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597022438.

FAZZIO Júnior, Waldo. **Manual de direito comercial**. 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597024890

GODOY, Claudio Luiz Bueno de *et al.* **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 13. ed. Barueri: Manole, 2019. Livro digital. ISBN 9788520460184

MAMEDE, Gladston. **Direito societário: Sociedades Simples e Empresárias**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597027280.

VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial / Elisabete Vido. – 9. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9788553612147.

Disciplina: Laboratórios de prática jurídica: Prática Jurídica Criminal

Ementa

As atividades simuladas na área Criminal com estudos e discussão de casos fictícios e reais. Atendimento ao público e ajuizamento de ações em meios físicos e eletrônicos. Simulação de audiências. Visitas técnicas.

Bibliografia básica

DEZEM, Guilherme. M. *et al.* **Prática jurídica - penal**. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN: 9786555594010

NUCCI, Guilherme de Souza. *Prática Forense Penal*. São Paulo: Grupo GEN, 2020. ISBN: 9788530991401

MARQUES, F.; BARROSO, D. *Prática penal*. São Paulo: Saraiva, 2021. ISBN: 9786555595307

Bibliografia complementar

FELIPE, NOVAES. *Manual de Prática Penal*. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN: 9786559640348

GRECO, Rogério. *Direito Penal Estruturado*. São Paulo: Grupo GEN, 2019. 9788530985875

ISHIDA, Válder Kenji. *Prática Jurídica Penal*. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788597000382.

LUZ, KNIPPEL, E. *Prática Penal*. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. ISBN: 9788530984557

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro - Volume Único*. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788530994136

9º Semestre

Disciplina: Teoria dos Jogos

Ementa

Busca de compreensão da Teoria dos Jogos. Fundamentação da Teoria da Decisão. Estudo dos efeitos de agregação e consequências não intencionais de ações intencionais. Comparação entre jogos de informação perfeita e imperfeita. Aplicação de estratégias dominantes e dominadas. Demonstração em simulação de jogos.

Bibliografia básica

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. **Regras do jogo**. São Paulo:Edgard Blucher, 2012. Livro digital. ISBN 9788521206538.

BARBOSA, R.M.; JOGOS, G.D.E.E.P.E. **Aprendo com jogos**. São Paulo: Autêntica, 2014. Livro digital. ISBN 9788582174005.

FIANI, R. **Teoria dos Jogos**. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788595156388.

Bibliografia complementar

KROEHNERT, G. **Jogos para treinamento de recursos humanos**. São Paulo: Manole, 2001. Livro digital ISBN 9788520442876.

LINO, M.; S., P.A.L.; C., P.N. **Aprender com Jogos e Situações-Problema**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Livro digital ISBN 9788536310787.

BÊRNI, D.D.A.; FERNANDEZ, B.P.M. **Teoria dos Jogos**. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. ISBN 9788502220577.

SAUAIA, A.C. A. **Laboratório de Gestão: Simulador Organizacional, Jogo de Empresas e Pesquisa Aplicada**. São Paulo: Editora Manole, 2013. Livro digital. ISBN 9788520437919.

GOMES, L.F.A. M. **Teoria da decisão** - Coleção Debates em Administração. Rio de Janeiro: Cengage Learning Brasil, 2006. Livro digital. ISBN 9788522108275.

Disciplina: Falência e Recuperação de Empresa e Títulos de Crédito e Valores Mobiliários

Ementa

Dos Valores Imobiliários. Teoria Geral do Direito Cambiário. Letra de Câmbio. Constituição e exigibilidade do Crédito Cambiário. Títulos de crédito e suas espécies. Análise da Teoria Geral do Direito Falimentar. Processo Falimentar. Pessoas e Bens do Falido. Regime jurídico dos Atos e Contratos do Falido. Regime Jurídico dos credores do Falido. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras.

Bibliografia básica

MAMEDE, Gladston. **Falência e recuperação de empresas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Livro Digital. ISBN 9788597027341.

NEGRÃO, Ricardo. **Falência e recuperação de empresas: aspectos objetivos da lei n. 11.101/05**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553613083.

SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530991623.

Bibliografia complementar

BARROS NETO, Geraldo Fonseca de. **Reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência: comentada e comparada**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. ISBN 9788530994167.

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial – falência e recuperação de empresa**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618804.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Lei de falência e recuperação de empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597021486.

PACHECO, José da Silva. **Processo de recuperação judicial, extrajudicial e falência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-309-4959-4.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555595925.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. V. 3. Livro digital. ISBN 9786555595628.

Disciplina: Procedimentos Trabalhistas e Meios de Impugnação

Ementa

Princípios do Direito Processo do Trabalho. Características e Competência da Justiça do Trabalho. O Processo de Conhecimento e os respectivos procedimentos. Os recursos no Processo do Trabalho. A execução no Processo do Trabalho. Dissídio coletivo, ação rescisória e outros procedimentos.

Bibliografia básica

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito Processual do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597019162.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617906.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos; HAJEL FILHO, Ricardo Antônio Bittar. **Curso de direito processual do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Livro digital. ISBN 9788597025040.

Bibliografia complementar

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho: justiça do trabalho e dissídios trabalhistas**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553604579.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 2. Ed.. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553616213.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555595321.

SANDES, Fábio; RENZETTI, Rogério. **Direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Somos Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9786555591682.

QUINTAS, Paula; QUINTAS, Helder. **Manual de direito do trabalho e de processo do trabalho**. 7. ed. Portugal: Grupo Almedina, 2018. Livro digital. ISBN 9789724082899.

Disciplina: Tributos em Espécie

Ementa

Constituição do crédito tributário. Hipóteses de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Espécies de tributos e suas competências federais, estaduais e municipais. Noções de processo administrativo, processo judicial e recursos tributários.

Bibliografia básica

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530988357.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555593204.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. Livro digital. ISBN 9786559640317.

Bibliografia complementar

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555592993.

BRAZUNA, J.L. R. **Direito Tributário Aplicado**. Portugal: Grupo Almedina 2020. Livro digital. ISBN 9786556270432.

CAPARROZ, Roberto. **Direito tributário**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617968.

PINTO, Fabiana Lopes. **Direito Tributário**. Barueri: Editora Manole, 2012. Livro digital. ISBN 9788520444399.

SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555592696.

Disciplina: Trabalho de Curso

Ementa

Pesquisa jurídica: conceito, classificação, métodos. Etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Elaboração de projeto de pesquisa: etapas, estrutura e conteúdo como meio de iniciar a construção do Trabalho de Curso com coleta de dados, estruturação e levantamento bibliográfico. Complemento de pesquisa, fichamento e redação provisória do Trabalho de Curso.

Bibliografia básica

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597026580

MATIAS-PEREIRA, José
Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597008821.

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografica para os cursos de direito. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 9788547204143.

Bibliografia complementar

APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage, 2016. Livro digital. ISBN 9788522122424.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M.. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522495351.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia, Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553611560.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed., rev. e reform. — São Paulo: Atlas, 2017. Livro digital. ISBN 9788597011760.

SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. Livro digital. ISBN 9788522112661.

SILVA, Douglas Fernandes da, *et al.* **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso.** São Paulo: Blucher, 2020. Livro digital. ISBN 9786555500028.

Disciplina: Laboratório de Prática Jurídica: Prática Jurídica Trabalhista

Ementa

Atendimento jurídico. Visitas técnicas. Elaboração de peças processuais em meios físicos e eletrônicos tais como: reclamação Trabalhista, Respostas do Réu; Recursos variados; Ação de Consignação em pagamento, rescisória e monitoria. Participação em audiência Trabalhista simuladas e presenciais.

Bibliografia básica

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de Prática Trabalhista.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2018. Livro digital. ISBN 978-85-309-8202-7.

HINZ, Henrique Machado. **Audiência trabalhista na prática.** 3. ed.. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Livro digital. ISBN 9788553172702.

RALIN, Paulo, *et al.* **Prática forense: prática trabalhista.** 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618149.

Bibliografia complementar

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de Audiência e Prática Trabalhista.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-309-8820-3.

CHOHFI, Thiago; CHOHFI, Marcelo Chaim. **Prática forense trabalhista.** 5. ed., rev., atual. e reform. Grupo GEN, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-309-4843-6.

STUCHI, Victor Hugo Nazário. **Prática trabalhista.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-309-8335-2.

PEREIRA, Leone. **Prática jurídica: trabalhista.** 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555598384.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista: de acordo com a reforma.** 52. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 978-85-97-02233-9.

10º Semestre

Disciplina: Direito Digital e Inteligência Artificial

Ementa

Análise da adequação do Direito aos meios digitais e as suas relações jurídicas oriundas da implementação da inteligência artificial. A defesa do da propriedade intelectual. Análise das

normas Direito Digital. Segurança da informação. Responsabilidade Civil e Criminal decorrente do uso da tecnologia. Direitos das Startups.

Bibliografia básica

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. 6. ed., rev., atual. e reform. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 9788502635647.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital: transformação digital: desafios para o direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. ISBN 9788530992262.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 978655591484.

Bibliografia complementar

BERNARDES. Marcele Berger. **Democracia na sociedade informacional: o desenvolvimento da democracia digital nos municípios brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital. ISBN 9788502196339.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios constitucionais do direito da sociedade da informação: a tutela jurídica do meio ambiente digital**. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. ISBN 9788502230644.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **O Marco civil da internet e o meio ambiente digital na sociedade da informação - Comentários à Lei n. 12.965/2014**. São Paulo: Saraiva, 2015. Livro digital. ISBN 9788502627741.

LONGO, W. **O fim da idade média e o início da idade média**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. ISBN 9788550811857.

LUCAS JR, Henry C. **Tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. Livro digital. ISBN 978-85-216-2393-9.

Disciplina: Direito Internacional

Ementa

Análise do direito internacional público e privado. Historicidade, fontes, princípios e principais normas do direito internacional. Elementos de conexão entre o direito brasileiro e as normas internacionais. Preceitos básicos do direito internacional privado. Relação entre os Estados Soberanos. Domínio terrestre, aéreo, marinho e fluvial dos Estados. Áreas que estão fora da jurisdição dos Estados. Organizações internacionais. Responsabilidade internacional dos Estados. Litígios internacionais. Nacionalidade e Estrangeiro. Proteção internacional dos direitos humanos. Fenômenos da globalidade.

Bibliografia básica

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522496853.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Livro digital. ISBN 9788530990442.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553172894.

Bibliografia complementar

ACCIOLY, Hildebrando, *et al.* **Manual de direito internacional**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594836.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Direito internacional e desenvolvimento**. 5. ed. Baureri: Manole, 2005. Livro digital. ISBN 98520422829.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555594898.

NASSER, Salem H.. **Direito internacional público**. São Paulo: Atlas, 2012. Livro digital. ISBN 9788522475223.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional público**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Livro digital. ISBN 9788547229344.

Disciplina: Ética Profissional

Ementa

Ética e Direito. Ética profissional. O papel do profissional no contexto social brasileiro. Ética do Advogado. Estatuto da advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Procedimentos práticos da profissão. Contrato de prestação de serviços advocatícios. Honorários Advocatícios. Das Infrações e Sanções Disciplinares. Do Processo Ético Disciplinar. O Código de Ética Profissional. O Juiz: deveres profissionais. O Ministério Público. Os auxiliares da justiça. A advocacia pública. A defensoria pública.

Bibliografia básica

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética geral e profissional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553608058.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Ética profissional sintetizado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. Livro digital. ISBN 9788530987107.

RACHID, Alysson. **Dominando ética**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617319.

Bibliografia complementar

Coelho, M.V. F. **Comentários ao novo Código de ética dos Advogado**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Livro digital. ISBN 9788547219659.

COSTA, E.F. D. **Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Livro digital. ISBN 978-85-309-5629-5.

LÔBO, P. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro digital. ISBN 9788553617333.

GONZAGA, Álvaro de Azevedo, *et al.* **Estatuto da advocacia e novo código de ética e disciplina da OAB comentados**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. Livro digital. ISBN 9788530987923.

SANCHEZ, Alessandro. **Ética profissional e filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017. Livro digital. ISBN 9788530973711.

Disciplina: Seguridade Social

Ementa

Apresentação histórica, conceitual e principiológica da seguridade social, bem como os seus fundamentos constitucionais, composição, autonomia e estabelecimentos com os outros ramos do Direito. Fontes de custeio e seus contribuintes e segurados, além dos vários tipos de contribuições, arrecadamento e recolhimentos da seguridade social. Os regimes de previdência instituídos no Brasil dispostos na constituição e demais normas.

Bibliografia básica

HORVATH JUNIOR, M. **Direito Previdenciário**. São Paulo: Manole, 2011. Livro digital. ISBN 9788520444375.

LEITÃO, André. S. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2018. 9788553602117.

ROCHA, D. E.; MACÊDO, José. Leandro. M. de. **Curso de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. 978-85-309-5589-2

Bibliografia complementar

AGOSTINHO, T. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro digital ISBN 9786555592399.

CASTRO, C.A. P. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital ISBN 9788530988715.

GOES, H. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Método, 2020. Livro digital. ISBN 9788530990800.

SANTOS, M.F. D. **Esquematizado – direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2021. Livro digital ISBN 9786555593303.

VIANA, J.E.A. **Curso de Direito Previdenciário**, 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. Livro digital, ISBN 9788522488650.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa

Orientações gerais. Elaboração do trabalho de conclusão de curso. Orientações complementares. Orientação final. Obrigatoriamente seguindo as regras do Manual do Aluno.

Bibliografia básica

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 9788547204143.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597026580

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Livro digital. ISBN 9788597008821.

Bibliografia complementar

APOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage, 2016. Livro digital. ISBN 9788522122424.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M.. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522495351.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia, Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553611560.

SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. Livro digital. ISBN 9788522112661.

SILVA, Douglas Fernandes da, *et al.* **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Blucher, 2020. Livro digital. ISBN 9786555500028.

Disciplina: Laboratório de Prática Jurídica: Prática Jurídica Interdisciplinar

Ementa

Iniciação prático profissional com estímulo ao empreendedorismo jurídico voltado para criação de um escritório de advocacia. Aplicação dos métodos adequados de solução de conflitos. Cartório simulado de um cível, penal ou trabalhista. Elaboração de peças

processuais de direito coletivo, tais como, mandado de segurança coletivo, ação civil pública, entre outros.

Bibliografia básica

LUZ, Valdemar da. **Manual do advogado**: advocacia prática: civil, trabalhista e penal. 30. ed. Baureri: Manole, 2018. Livro digital. ISBN 9788520455111.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Modelos de peças no novo CPC**. 3. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Livro digital. ISBN 78-85-309-7777-1.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. Livro digital. ISBN 978-85-309-9145-6.

Bibliografia complementar

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. **Prática civil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555598490

LAMOUNIER, Daniel. **Prática forense**: prática constitucional. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618187

MARQUES, Fernando, *et al.* **Prática penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Livro digital. ISBN 9786555595307

NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. Livro digital. ISBN 978-65-596-4033-1

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2021. Livro digital. ISBN 978-85-309-9228-6

OPTATIVAS

LIBRAS

Ementa

Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Estudo das Leis e Declarações que regulamentam a Língua Brasileira de Sinais. Apresentação e desenvolvimento do alfabeto e dos números em LIBRAS.

Bibliografia básica

ESTELITA, Mariângela. Elis. **Sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais**. Porto Alegre: Penso, 2015. Livro digital. ISBN 9788584290529.

MORAIS, Carlos Eduardo Lima de. **Libras**. Porto Alegre: Sagah, 2019. Livro digital. ISBN 9788595027305.

QUADROS, Ronice. M. de; CRUZ, Carina. R. **Língua de sinais**. Porto Alegre: Grupo A, 2011. ISBN: 9788536325200.

Bibliografia complementar

BARRETO, Maria. Angela. de. Oliveira. C.; BARRETO, Flávia. de. Oliveira. C. **Educação inclusiva**: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. ISBN: 9788536522234

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. São Paulo: Grupo Autêntica, 2007. Livro digital. ISBN: 9788582179314.

CORRÊA, Ygor.; CRUZ, Carina. R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. Livro digital. ISBN: 9788584291687

QUADROS, Ronice. Müller. de. **Educação de Surdos**. Porto Alegre: Grupo A, 2011. Livro digital. ISBN: 9788536316581.

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Livro digital. ISBN 9788536311746.

AÇÕES COLETIVAS E DEFESA DOS DIREITOS DAS MINORIAS VULNERÁVEIS

Ementa

Fundamentos caracterizadores do Direito Coletivo: noções gerais e interesses transindividuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos. Ações de proteção dos interesses coletivos. A proteção do consumidor, idoso, crianças e adolescentes, dentre outros.

Bibliografia básica

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 13.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553607532.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Tutela de interesses difusos e coletivos**. 13 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. V. 26. Livro digital. ISBN 9788553608874.

ROSSATO, Luciano Alves, *et al.*. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8.069/90. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553611706.

Bibliografia complementar

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014. Livro digital. ISBN 9788502213968.

RUDINIKI NETO, Rogério. **Processo coletivo passivo**: uma proposta de sistematização e operacionalização. São Paulo: Almedina, 2018. Livro digital. ISBN 9788584933679.

ZAPATER, Máira. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553613106.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Direitos do consumidor**. 9. ed. ref., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Livro digital. ISBN 9788530976828.

VILAS BOAS, Marco Antônio. **Estatuto do idoso comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. Livro digital. ISBN 978-85-309-6510-5.

DIREITO AGRÁRIO

Ementa

Função social da propriedade. Fontes do Direito Agrário e Ambiental. Estatuto da Terra. Reforma Agrária. O meio ambiente rural e sua proteção legal. Responsabilidade civil por dano agroambiental. Contratos Agrários.

Bibliografia básica

CASSETTARI, Christiano. **Direito agrário**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522499441.

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. **Direito agrário brasileiro**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. Livro digital. ISBN 9788597009118.

OPTIZ, Silvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Livro Digital. ISBN 9788547217044.

Bibliografia complementar

FERRETTO, Vilson. **Contratos agrários: aspectos polêmicos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 20147. Livro digital. ISBN 9788547217938.

Cassettari, Christiano. **Direito Agrário Atualizado com as Leis NºS 13.001/14, 13.043/14 e Ec 81/14**. 2.ed. São Paulo: Atlas 2015. Livro digital. ISBN 9788522499441.

CIPELLI, Antonio Marco V. **Teoria e Desenvolvimento de Projetos de Circuitos Eletrônicos**. 23. ed. São Paulo: Erica 2008. Livro digital. ISBN 9788536520438.

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. **Direito Agrário Brasileiro**. 12. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597008876.

TRENTINI, Flavia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012. Livro digital. ISBN 9788522480784.

DIREITO AMBIENTAL

Ementa

História do movimento ambientalista Teoria Geral do Direito Ambiental. Conceito. Princípios. Direito Internacional do Meio Ambiente. O Meio Ambiente na Constituição Federal. Política Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Estudo Prévio de Impacto Ambiental. Licenciamento Ambiental. Código Florestal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Responsabilidade Civil Ambiental. Responsabilidade Administrativa. Responsabilidade Penal. Proteção do Meio Ambiente Cultural.

Bibliografia básica

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva 2016. Liveo digital. ISBN 9788547215255.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Livro digital. ISBN 9786559641161

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553616718.

Bibliografia complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 22. ed., rev., atual. e reform. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597027402.

MORAES, Luís Carlos S. de. **Curso de direito ambiental**. Sã Paulo: Grupo GEN, 2004. ISBN: 9788522471904

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves de. **Direito ambiental**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. Livro digital. ISBN 9788530975678.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553618842.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9788553617104.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ementa

Aspectos históricos, sociais e culturais associados aos conceitos de infância e adolescência. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Guarda, tutela e adoção. Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente. Medidas aplicáveis aos pais e responsáveis. Crimes e infrações praticadas contra e pelas Crianças e Adolescentes. Responsabilidade Civil dos Pais pelos atos praticados pelos filhos. Conselho Tutelar. Prática de Ato Infracional.

Bibliografia Básica

ARAÚJO JR, Gediel. C. de. **Prática no estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. edição. São Paulo: Grupo GEN, 2018. ISBN: 9788597019148.

FARIAS, TAVARES, José. D. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012. ISBN: 978-85-309-4438-4.

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar

ISHIDA, Válter Kenji. **A infração administrativa no estatuto da criança e do adolescente**, 2. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015. ISBN: 9788522493609.

MAURO, Renata Giovinona. D. **Procedimentos civis no estatuto da criança e do adolescente**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. ISBN: 9788547217068

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente: comentado**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. ISBN: 9788530992798

ROSSATO, Luciano. A. **Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069/90**. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN: 9788553611706

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. São Paulo: 2019. ISBN: 9788553613106.

DIREITO ELEITORAL

Ementa

Objeto e princípio eleitoral. Democracia e Governo representativo. Sistemas Eleitorais e Partidários. Condições de elegibilidade e inelegibilidades eleitorais constitucionais. Inelegibilidades. Infraconstitucionais. Convenções Partidárias – A escolha dos candidatos. Registro de Candidaturas. Impugnações ao Registro de Candidaturas. Propaganda eleitoral – Permissões e Vedações. Noções Fundamentais de Prestação de Contas.

Bibliografia básica

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Livro digital. ISBN 9788597028126

MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. **Direito eleitoral**. 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018. Livro digital. ISBN 9788597016772

VASCONCELOS, Clever. **Direito eleitoral**. 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9786555591064

Bibliografia complementar

KIMURA, Alexandre Issa. **Manual de direito eleitoral**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Livro digital. ISBN 978-85-309-4328-8.

GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. **Direito eleitoral**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. Livro digital. ISBN 9788597017540

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de direito eleitoral**. 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Livro digital. ISBN 9786555590944

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Livro digital. ISBN 9788553610341

VELOSO, Bárbara Lou da Costa. **Jurisdição eleitoral e direitos políticos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense; 2015. Livro digital. ISBN 978-85-309-6707-9

DIREITO PORTUÁRIO

Ementa

Direito Portuário. Portos e legislação portuária. Exploração e administração de portos organizados.

Bibliografia básica

CASTRO JR., Osvaldo Agripino de. **Direito portuário e a nova regulação**. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

JUCÁ, Paulo. R. **Regulação do setor portuário**. Portugal: Grupo Almedina, 2021. Livro digital. ISBN: 9786556273310

LIMA, Edson Roberto. D.; STOCO, Fernando.; TROMBETA, Heloisa. H.; MELLO, Paulo. **Segurança do trabalho portuário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2019. ISBN: 9788536531250

Bibliografia complementar

JESUS, Michael de. **Direito Portuário no Brasil**. 1ª ed. Editora: Quartier Latin, 2018.

PEREIRA, Cesar; SCHWIND, Rafael Wallbach. (Orgs.). **Direito portuário brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Forum, 2019.

ROJAS, Pablo. **Introdução à logística portuária e noções de comércio internacional**. Porto Alegre: Grupo A, 2014. ISBN: 9788582601945.

PASOLD, Cesar Luiz. **Lições preliminares de direito portuário**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

STEIN, Alex Sandro. **Curso de direito portuário: lei n. 8.630/93**. São Paulo: LTr, 2002.

RELAÇÕES JURÍDICAS DESPORTIVAS

Ementa

As relações jurídicas desportivas e importância no cenário brasileiro. Os principais organismos internacionais do desporto. O Direito Desportivo e as relações de trabalho. Justiça desportiva. Direito Desportivo e sociedade. O estatuto do torcedor.

Bibliografia básica

CAÚS, Cristiana. **Direito aplicado à gestão do esporte**. São Paulo Trevisan 2013.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de *et. al.* **Direito desportivo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

MALINA, André; CESARIO, Sebastiana (Org.). **Esporte: fator de integração e inclusão social?** Campo Grande: Ed. Ufms, 2009.

Bibliografia complementar

BELMONTE, Alexandre Agra *et al.* **Direito do trabalho desportivo: os aspectos jurídicos da Lei Pelé frente às alterações da Lei n. 12.395/2011.** São Paulo: LTr, 2013.

MACHADO, Rubens Approbato *et. al.* **Curso de direito desportivo sistêmico.** São Paulo, Quartier Latin, 2010.

MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei pelé: avanços e impactos.** Rio de Janeiro: Ed. Maquinária, 2011.

OLIVEIRA, Leonardo Andreotti P. de *et. al.* **Direito do trabalho e desporto.** São Paulo, Quartier Latin, 2014.

VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa. **A evolução do futebol e as normas que o regulamentam.** São Paulo: LTr, 2013.

SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ementa

Compreensão das bases conceituais e históricas dos Direitos Humanos, da reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Sistema Internacional de Proteção de Direitos Humanos.

Bibliografia básica

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Livro digital. ISBN 9788553607884.

GARCIA, Emerson. **Proteção internacional dos direitos humanos: Breves Reflexões sobre os Sistemas Convencional e Não - Convencional.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Livro digital. ISBN 9788522499328.

PIOVESAN, Flávia. **Comentários à convenção americana sobre direitos humanos.** Rio de Janeiro: Forense, 2019. Livro digital. ISBN 9788530987152.

Bibliografia complementar

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Livro digital. ISBN 9788502208537.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2013. Livro digital. ISBN 9788502187825.

LAFER, Celso. **A internacionalização dos direitos humanos**: Constituição, racismo e relações internacionais. São Paulo: Manole, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 316 p. v. 3.

RAMOS, André de. C. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2019. ISBN: 9788553616633.